

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO**

**AUTOGESTÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO: TRANSFORMAÇÃO OU
MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES PRECÁRIAS DO TRABALHO NO
CAPITALISMO?**

ALINE KOROSUE

Florianópolis, abril de 2007.

ALINE KOROSUE

**AUTOGESTÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO: TRANSFORMAÇÃO OU
MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES PRECÁRIAS DO TRABALHO NO
CAPITALISMO?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Valeska Nahas Guimarães e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Célia Regina Vendramini. Linha de pesquisa: Trabalho e Educação.

Florianópolis, abril de 2007.

ALINE KOROSUE

**AUTOGESTÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO: TRANSFORMAÇÃO OU
MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES PRECÁRIAS DO TRABALHO NO
CAPITALISMO?**

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Valeska Nahas Guimarães
Orientadora (UFSC)

Prof. Dr.^a. Célia Regina Vendramini
Co-Orientadora (UFSC)

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti
Membro (UFSC)

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
Membro Externo (UFSCar)

Ao Pietro, razão de toda minha luta.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente:

À Professora Valeska Nahas Guimarães, pelo apoio e por toda a dedicação em tantos anos de orientação, e pela paciência na orientação deste trabalho.

À Professora Célia Regina Vendramini, pelas valiosas orientações e sugestões para essa dissertação.

Ao Professor Lucídio Bianchetti, pelas contribuições dadas na qualificação do projeto.

Ao Professor Francisco José da Costa Alves, por ter aceitado participar dessa banca e pelas “descobertas” teóricas que clarearam as dúvidas anteriores à escolha do tema de pesquisa.

Às secretárias do PPGE, Patrícia, Betânia e, especialmente, à Soninha, pela força e carinho durante todo o curso.

Aos autores das dissertações que me disponibilizaram seus trabalhos por e-mail.

À CAPES, por ter concedido a bolsa de estudo.

RESUMO

O presente estudo trata da análise de teses e dissertações do “Banco de Teses – Portal CAPES” que abordam o tema da Autogestão na perspectiva de transformações nas relações de trabalho, perseguindo o objetivo de compreender de que forma a “autogestão” repercute nas relações de trabalho dos envolvidos nas experiências estudadas. Para tanto nos propusemos a resgatar as bases teóricas da autogestão no socialismo utópico, no anarquismo e na crítica marxista e identificar, nas teses e dissertações selecionadas, os pressupostos teóricos, a concepção de autogestão, a prática da autogestão nas experiências estudadas e a relação entre autogestão e relações de trabalho. Foram analisadas uma tese de doutorado e sete dissertações de mestrado que tratam de experiências concretas de autogestão e discutem as relações de trabalho. As experiências analisadas nas produções acadêmicas revelam relações distintas a partir da forma como foi constituída, ou seja, a sua origem. Identificamos a origem dos empreendimentos a partir de falência de empresas, iniciativa pessoal, apoio de Incubadora Popular e por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. A maior parte das experiências estudadas, nas produções acadêmicas analisadas, diz respeito a cooperativas originadas a partir de falência de empresas. Nessa forma específica de empreendimento autogestionário, verificamos que se mantém as condições precárias do trabalho explorado das organizações capitalistas. Consideramos que a precarização nas condições de trabalho e de vida que afetam os trabalhadores envolvidos de tais organizações, relaciona-se com o fato de estarem submetidos às condições impostas pelo capital. Percebemos, porém, que nos empreendimentos em que a motivação de sua constituição é outra, constatam-se elementos de melhoria nas relações de trabalho, no que se refere ao ambiente interno da organização e ao significado desta experiência coletiva para os trabalhadores envolvidos no projeto autogestionário, principalmente, pelo sentido de estar reproduzindo sua vida a partir do trabalho coletivo, ao invés da condição degradante de impossibilidade de reprodução da vida por que passam os desempregados.

Palavras-chave: Autogestão, Relações de Trabalho, Precarização das Condições de Trabalho.

ABSTRACT

The present study concerns about the analyses of the theses and dissertations found in the “Compilation of Theses – the CAPES Portal” which approach the topic of ‘Self Management’ in the perspective of transformations in working relations, aiming at understanding the way that “self management” reflects in the working relations of the ones involved in the experiments studied. For that, we proposed to bring forward the theoretical bases of self management in the utopical socialism, in anarchism and in the marxist criticism and identify, in the theses and dissertations selected, the theoretical conjectures, the conception of self management, the practice of self management in the experiments studied and the relation between self management and working relations. We analyzed one doctorate thesis and seven master dissertations which approach concrete experiments of self management and discuss working relations. The experiments analyzed in the academic productions reveal distinct relations from the way they were composed, that is, their origins. We were able to identify the origin of the executions from the breaking of the companies, personal initiative, support of the “Popular Incubation” and through the Landless Rural Worker Movement – the MST. The most of the experiments studied, in the analyzed academic productions, concerns cooperatives originated from the breaking of companies. In this specific way of self management attempt, we were able to verify that poor working conditions of the work explored from capitalist organizations were kept. We considered that the precarization of the working conditions and the life that affect the workers involved in those organizations relate to the fact they are submitted to the conditions imposed by the capital. We could notice, however, that in the attempts in which the motivation of its constitutions is different, we verify elements in the improvement of the working relations, when it comes to internal environment of the organization and to the meaning of this collective experiment for the workers involved in the self management project, mainly, by the meaning of being reproducing a worker’s life from a group work, instead of the miserable condition of impossibility of reproduction of the life an unemployed man go through.

Key-words: Self Management, Working Relations, Precarization of Working Conditions.

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ATC – Ação, Trabalho e Capital

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

IBASE – Instituto de Análises Sócio-Econômicas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IMS – Instituto Marista de Solidariedade

IPACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NINEIT – Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

ÍNDICE DE QUADROS

<i>QUADRO 1 – TESE E DISSERTAÇÕES ANALISADAS.....</i>	<i>55</i>
<i>QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS.....</i>	<i>129</i>
<i>QUADRO 3: CONDIÇÕES DE TRABALHO.....</i>	<i>130</i>

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
ÍNDICE DE QUADROS	ix
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização do problema de pesquisa	2
1.2 Objetivos	9
1.3 Justificativa e relevância do estudo	10
1.4 Procedimentos metodológicos	11
CAPITULO 1: AUTOGESTÃO: (TRANS)FORMAÇÃO DE IDEAIS E EXPERIÊNCIAS..	14
1. O SOCIALISMO UTÓPICO	18
1.1 Saint-Simon (1760-1825)	19
1.2 Charles Fourier (1772-1837)	22
1.3 Robert Owen (1771-1858).....	24
1.4 A experiência fourierista: O Falanstério do Saí	28
2. O ANARQUISMO	31
2.1 Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)	31
2.2 A experiência israelense: Os Kibbutzin	36
2.3 Anarquismo no Paraná: a experiência da Colônia Cecília	38
3. A CRÍTICA MARXISTA	41
3.1 A crítica de Engels aos Socialistas Utópicos	41
3.2 O Debate entre Marx e Proudhon	44
3.3 Limites de uma Produção “Não-Capitalista”	48
CAPÍTULO 2 – O DEBATE ATUAL SOBRE A AUTOGESTÃO NAS TESES E DISSERTAÇÕES	53
1. TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS.....	54
2. O CONTEÚDO DAS DISSERTAÇÕES E TESES.....	56
2.1. Cooperativa de Produção Nova Esperança.....	56
2.2 Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru - Ensinativa	67

2.3 Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda	75
2.4 Uniwidia e Coop-Arte	82
2.5 Cooperunião, Cooperativa 21 e Ambiens Cooperativa.....	91
2.6 Coopercristal e Unicristal.....	110
2.7 Makerli Calçados.....	119
2.8 Cooperativa de Produção Agropecuária do MST	124
CAPÍTULO 3 – AUTOGESTÃO: TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO?	131
1. Fundamentos teóricos das experiências: o retorno ao Socialismo Utópico.....	131
2. A autogestão concebida e a autogestão exercida: congruência ou incoerência?.....	142
3. Autogestão e democratização das relações de trabalho	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE A	167
APÊNDICE B	173
APÊNDICE C	175
ANEXO A	176
ANEXO B	177

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado em educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa que tem como temática a autogestão. A escolha foi motivada pelo envolvimento em pesquisas sobre o tema como bolsista de iniciação científica de 1998 a 2004 na Universidade Federal de Santa Catarina. O percurso acadêmico levou ao conhecimento das formas alternativas de gestão de organizações capitalistas e dentre estas, a autogestão. Nas pesquisas realizadas no período da iniciação científica, o estudo das experiências “autogestionárias” de Santa Catarina se referia à autogestão em seu sentido restrito, como uma forma de gestão em que os trabalhadores detêm a propriedade dos meios de produção e o controle sobre eles.

A propagação das organizações de produção consideradas “autogestionárias” passa a se tornar notória a partir dos anos 90, quando se inicia um movimento nacional de incentivo ao apoio e fomento da autogestão.

O interesse em estudar esse tema se torna maior a partir do momento em que essa forma de organização passa a representar um meio para a transformação das condições de trabalho e vida dos indivíduos envolvidos no projeto “autogestionário”.

Dessa forma, pretendemos com esse estudo compreendê-la nesse sentido, identificando os limites de sua realização, constatando se realmente ocorre transformação nas relações de trabalho e o que isso implica.

Para tanto, na primeira parte desse trabalho, contextualizaremos o momento do ressurgimento dessa forma de gestão, para então nos atermos à nossa questão de pesquisa.

No primeiro capítulo, resgataremos as raízes históricas da autogestão, ou seja, buscaremos na história do século XIX pensadores incentivadores das teorias e pressupostos que baseiam as atuais experiências de autogestão. Apresentaremos também algumas experiências históricas que foram influenciadas por esses pensadores em sua época e a crítica marxista que aponta os limites materiais das experiências em questão.

No segundo capítulo, iremos debater sobre as experiências atuais consideradas “autogestionárias” a partir de pesquisas realizadas sobre o tema em tese de doutorado e dissertações de mestrado, selecionadas no “Banco de Teses” do Portal da CAPES. Neste capítulo, tentamos compreender quais os pressupostos teóricos que baseiam

essas experiências, qual a concepção de “autogestão” que está sendo utilizada nas produções, qual é a prática da autogestão evidenciada nas experiências estudadas e, finalmente, quais as relações que se estabelecem entre a autogestão e as relações de trabalho nas organizações estudadas. Com isso, pretendemos verificar se realmente ocorrem transformações nas relações de trabalho dessas organizações, principalmente no que se refere às condições de trabalho.

1.1 Contextualização do problema de pesquisa

Nas últimas décadas, presenciamos um processo de transformação das formas de produção e acumulação de capital que levaram a perdas de direitos dos trabalhadores com a desregulamentação das leis trabalhistas, a flexibilização no trabalho, a conseqüente agudização da precarização das condições de trabalho e o aumento massivo do desemprego, colocando os trabalhadores em situação de instabilidade, insegurança e condições precárias de vida.

Não obstante ser o desemprego um elemento essencial para o capital, que necessita produzir seu “exército industrial de reserva” como uma das formas para pressionar e baratear a força de trabalho, este fenômeno assume proporções elevadas a partir dos anos 70, e passa a representar um percalço para o próprio sistema.

De acordo com Mézsáros (2002), o “exército industrial de reserva”¹ não representava uma ameaça para a expansão do capital, podendo ser considerado um problema temporário que seria superado em seu devido tempo. Entretanto, conforme o mesmo autor, acreditava-se que o aumento do desemprego afetasse apenas as regiões menos desenvolvidas, até atingir os países capitalistas mais avançados e representar um perigo para a totalidade do sistema.

A época da chamada reestruturação produtiva, que data do período entre a década de 70 e os anos 90 do século XX, foi marcado por metamorfoses nos processos de trabalho das empresas capitalistas articuladas ao salto tecnológico originado pela introdução de novas tecnologias (microeletrônica, automação e robótica), impondo alterações no comportamento das indústrias e firmas, que por sua vez, reformulam suas

¹ A expressão “exército industrial de reserva” é aqui empregada com referência à expressão utilizada por Marx no período em que a industrialização era o ponto forte do capitalismo. O alto grau de desemprego refere-se, dessa forma, aos três setores da economia nos dias de hoje, sendo mais correto que se utilize somente “exército de reserva”. Além disso, como alerta Mézsáros (2002), os trabalhadores hoje já não se encontram como “reservas”, se tornaram “força de trabalho supérflua”.

decisões de investir, comprar, produzir e contratar força de trabalho (Antunes, 1995). A introdução das novas tecnologias possibilitou às empresas capitalistas um controle cada vez maior de todo o processo de produção e de trabalho e a diminuição substancial do trabalho vivo, com a eliminação de postos de trabalho.

Nesse processo de reestruturação produtiva, o modelo de gestão e organização das empresas antes representados pelo padrão taylorista/fordista de produção em série e de massa, é substituído pelo modelo flexível de produção e gestão. Deste novo “modelo” decorrem diversas acepções do termo, e dentre elas, considera-se importante ressaltar o “modelo japonês de organização de trabalho”, que, segundo Hirata (1993), trata-se de uma determinada modalidade de divisão social do trabalho na empresa, com o funcionamento baseado na polivalência/multifuncionalidade, rotação de tarefas, divisão de trabalho menos nítida entre as categorias hierárquicas e com o trabalhador conhecendo e dominando melhor o processo de produção². Consistem em um conjunto de sistemas, métodos e técnicas de organização do trabalho e da produção (TQC, *Just in Time*, *Kaizen*, *Kanban*, Círculos de Controle de Qualidade etc.).

De acordo com Tumolo (2003), na medida em que se aumenta o investimento em tecnologias, ou seja, capital constante (trabalho morto) em detrimento do capital variável (trabalho vivo) ocorre a redução da taxa de lucro e de acumulação de capital, “tendo em vista o considerável e necessário aumento da composição orgânica do capital, quer dizer, o investimento proporcionalmente maior em capital constante com relação ao capital variável” (Tumolo, 2003, p. 171). Com a diminuição da taxa de lucro, a crise gerada pelo próprio capital só pode ser contornada pela destruição do próprio capital, ou seja, parte das empresas quebra, destruindo com isso também o capital variável, causando ao trabalhador mais desemprego.

As novas técnicas de gestão possibilitaram, ainda, com o aumento de produtividade e conseqüente redução do valor das mercadorias, a diminuição do valor da força de trabalho. No sentido de compreender melhor a relação entre a redução do valor das mercadorias e o barateamento da força de trabalho, é necessário reconhecer que o valor da força de trabalho corresponde “ao *quantum* de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários para produzir e reproduzir a vida da família do trabalhador, e este valor tem uma medida objetiva, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade” (Tumolo, 2003, p.166). Nesta relação, se o valor das mercadorias diminui, nelas estão incluídos os elementos

² O chamado modelo japonês de organização do trabalho permite ao trabalhador um maior conhecimento do processo de produção, mas o processo de trabalho continua sob o controle da gerência, mantendo o trabalhador alienado com relação ao processo de fabricação do produto.

necessários para a subsistência do trabalhador, e portanto, diminuído o valor destes elementos, o valor da força de trabalho também reduz.

Este rebaixamento do valor da força de trabalho repercute na condição de trabalho e vida do trabalhador, que para garantir níveis de subsistência menos precários, submete-se ao prolongamento da jornada e intensificação do trabalho (combinação da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa).

Mészáros (2002) alerta, porém, que o aumento do desemprego não pode ser resumido como decorrência apenas dos desenvolvimentos tecnológicos e às descobertas científicas básicas e, portanto, como se fosse devido à “aparência de leis naturais”. De acordo com o autor,

uma vez que se ignoram os parâmetros estruturais dados e as limitações do sistema sob o qual operam as forças produtivas humanas e materiais (inclusive, evidentemente, as forças produtivas científicas e tecnológicas), os únicos remédios aceitáveis – no caso de se reconhecerem os perigos da instabilidade – são, mais uma vez, os que puderem ser considerados eternos à dinâmica social real, com o que se tenta prender a tampa da panela enquanto se atiça o fogo responsável pelo aumento da pressão (p. 320).

Para este autor, o desemprego representa uma doença do sistema que não tem condições de enfrentar a intensificação de suas próprias contradições. O desemprego “crônico” corresponde aos limites estruturais absolutos do capital,

encontrados pela transformação do tradicional ‘exército industrial de reserva do trabalho’ numa explosiva ‘força de trabalho supérflua’- ainda assim e ao mesmo tempo mais necessária do que nunca para possibilitar a reprodução ampliada do capital – com implicações particularmente ameaçadoras para todo o sistema resultantes da desestabilização do seu núcleo (Mészáros, 2002, p. 343-344).

A intensificação das contradições do capital resulta em crise do capital por “baixa eficiência”, ou seja, diminuição do processo de acumulação de capital com implicações para a sobrevivência do sistema. Nesse momento, torna-se indispensável a interferência do Estado tendo em vista o equilíbrio e a manutenção da ordem vigente (Mészáros, 2002).

No Brasil, a crise estabelecida na década de 1990 demandou a intervenção do Estado, que por meio da adoção de uma política neoliberal, fundamentada em princípios de mínima intervenção do Estado no atendimento às políticas sociais e estabilidade econômica, desencadeou políticas e reformas voltadas para o mercado em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Esse processo, além de agudizar a precarização das

condições de trabalho por meio da desregulamentação das leis trabalhistas, agudizou o problema do desemprego, que atingiu nesta época mais de dez milhões de brasileiros, superando a taxa de 20% (vinte por cento) da população economicamente ativa, cerca de 140% (cento e quarenta por cento) a mais do que na década anterior (Mattoso, 1999).

Como a venda da força de trabalho representa a única maneira de sobrevivência do trabalhador, a busca pelo trabalho torna-se incessante, porém uma missão quase impossível dado o contexto apresentado. Estado e Sociedade Civil (representada por sindicatos, universidades, organizações não-governamentais, movimentos sociais e religiosos) se deparam com a necessidade de criar alternativas para a sobrevivência dos trabalhadores e do próprio sistema.

Como resposta ao desemprego, é estimulado, a partir de projetos e políticas de geração de emprego e renda, o reaparecimento de formas de organização do trabalho cooperadas, em que os trabalhadores envolvidos tornam-se proprietários dos meios de produção e administram a produção sob a forma da “autogestão”. Esse coletivo de trabalhadores organizados vem se constituindo como cooperativas populares, associações, empresas solidárias ou grupos “informais” de produção. Como destacam Guimarães, Corrêa e Korosue (2005, p.293), “as inovações decorrentes dos novos paradigmas organizacionais, dos processos de globalização e reestruturação produtiva, paradoxalmente contribuíram para o ressurgimento de formas ‘alternativas’ de organização e gestão de empreendimentos solidários e coletivistas nas últimas décadas”.

A característica principal destas organizações refere-se ao caráter democrático da gestão do empreendimento. O significado da autogestão, neste caso, é o de gestão pelos próprios trabalhadores, de forma que todos participem das decisões, da propriedade dos meios de produção e do controle da gestão.

De acordo com Dal Ri e Vieitez (1999), a organização dos trabalhadores em cooperativas populares, com características diferentes do chamado cooperativismo tradicional³, tem como movimento percussor as experiências cooperativistas nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Em 1992, o movimento funda a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil –

³ O cooperativismo tradicional é representado principalmente pelas cooperativas ligadas à Organização das Cooperativas do Brasil – OCB. “O objetivo destas cooperativas está praticamente circunscrito à realização de uma função econômica determinada. O compromisso com o exercício e a disseminação de outros valores e princípios do cooperativismo, particularmente com os de educação, cooperação entre cooperativas e a preocupação com a comunidade, é débil ou mesmo inexistente” (Dal Ri e Vieitez, 1999, p.17).

CONCRAB, criada em contraposição aos princípios do cooperativismo tradicional, que teve como um dos objetivos “construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores” (CONCRAB *apud* Dal Ri e Vieitez, 1999, p. 21).

Segundo estes autores, a CONCRAB considerava que os princípios que regem a legislação cooperativista brasileira, representada pela Aliança Cooperativa Internacional, não garantia a democratização das relações de trabalho e que, pretendendo modificar as formas de participação dos sócios trabalhadores, passaram a utilizar o termo “autogestão” em seus documentos e discursos para distinguir o modo de organização dos trabalhadores em suas cooperativas.

A utilização do termo “autogestão” para caracterizar a forma de gestão das organizações coletivas de produção ganha força a partir da criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, que passa a existir no mesmo ano que a CONCRAB. O histórico das experiências apoiadas pela ANTEAG diz respeito, principalmente no contexto de seu surgimento, à recuperação de empresas capitalistas falidas ou em processo falimentar, com a tarefa de salvar ou criar postos de trabalho na situação de desemprego alarmante.

Para a ANTEAG, o termo “autogestão” é a denominação utilizada para designar as novas relações de trabalho, pois acredita na possibilidade de criar e expandir relações de trabalho não assalariadas, no sentido de que o trabalhador seja o cerne da atividade produtiva, e não o capital (Dal Ri e Vieitez, 1999).

Atualmente, a maior parte das organizações produtivas em que os trabalhadores são proprietários dos meios de produção e se baseiam na administração democrática, está inserida na vertente da chamada Economia Solidária⁴. Segundo Singer (2003, p. 116), o conceito de Economia Solidária vem sendo utilizado amplamente com acepções variadas, “mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas”.

O *Atlas da Economia Solidária no Brasil* (2006, p.11) define a Economia Solidária como sendo “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por

⁴ Encontramos também termos como Economia Social, Economia Popular Solidária, Sócioeconomia Solidária. Contudo, a expressão Economia Solidária ganha maior importância a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego representado pelo secretário Paul Singer.

trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão”. O que define a autogestão nestas organizações é, segundo Verardo (2005, p.123), a combinação entre “a cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões”.

Nesse caso, a “autogestão” pode ser entendida como a forma de organização dos trabalhadores no processo de trabalho, no que concerne a práticas participativas nas decisões e na direção do empreendimento. Caso contrário, se existe centralidade da gestão por um grupo externo qualquer, o empreendimento não pode ser considerado autogerido. Neste sentido, Verardo (2005, p.123) afirma que “autogestão significa, antes de tudo, autodeterminação e autonomia do coletivo dos trabalhadores diretamente envolvidos no trabalho”.

Verardo (2005, p.124) considera que um dos papéis da Economia Solidária e da “autogestão” seja de desconstruir o que se quer superar, promovendo: “solidariedade no lugar de concorrência, convergência de esforços no lugar de competição destrutiva, cooperação no lugar de individualismo”. Para o autor, “promover autogestão requer desenvolvimento de práticas adequadas para a superação da lógica tradicional de dominação e exclusão” (p.125).

Segundo esta vertente da Economia Solidária, tal forma de organização da produção caracterizada como “autogestionária” vem ressurgindo no atual contexto dando ênfase aos interesses dos trabalhadores, já que os tira da condição de desemprego, oportunizando renda para sua sobrevivência de forma “autônoma”, em que cada trabalhador torna-se “sujeito-inventor do trabalho, construtor criador da vida” (Tiriba, 2001).

Além do fator “autonomia”, outro significado para a produção associada implica a “melhoria de vida” dos trabalhadores. Neste sentido, Tiriba (2001) aponta a capacidade de gerir um empreendimento e o fato do trabalho nas proximidades de sua moradia, além das relações de solidariedade como elementos que proporcionam a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

A ausência da figura do “patrão” é outro fator positivo para os trabalhadores das organizações coletivas de produção que parece garantir sua satisfação (Tiriba, 2001). O fato da inexistência da personificação do capital caracteriza, objetivamente, a inexistência da relação especificamente capitalista de extração direta de mais-valia, visto que não existe a compra e venda de força de trabalho, salvo quando a própria organização coletiva de produção contrata um trabalhador assalariado, assumindo

assim a figura do capitalista⁵.

Vemos que a construção do conceito de “autogestão” nestes casos, vem ao encontro da contraposição das relações de trabalho características do sistema vigente, da contraposição em relação à estrutura das empresas capitalistas, porém, inseridas na lógica do capital.

Entretanto, a transformação das relações de trabalho, se concebidas dentro da lógica do capital, apresenta limitações, apontadas a seguir.

A sobrevivência destas organizações requer a sua integração às regras impostas pelo capital. Em termos objetivos, podemos analisar esta proposta, denominada autogestionária, como baseada na troca de mercadorias por outra mercadoria de forma que não gere mais-valia, visto que não existe propriedade dos meios de produção por um capitalista, mas pelo coletivo de trabalhadores.

No modo de produção capitalista, quanto mais as forças produtivas são desenvolvidas a partir do trabalho morto, pela maquinaria e tecnologia, aumenta-se a produtividade e o valor do produto cai. Diminuindo o valor do produto, o valor do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção também cai. Deste modo, o tempo que o trabalhador necessita para produzir sua mercadoria está subsumido ao tempo mínimo de trabalho imposto pela concorrência. “O que determina o valor não é o tempo que se gastou na produção de uma coisa, mas o mínimo de tempo no qual ela é suscetível de ser produzida, e esse mínimo é verificado pela concorrência” (Marx, 2001, p.59).

Para o trabalhador das organizações coletivas de produção conseguir chegar ao valor da mercadoria imposto pela concorrência, é obrigado a trabalhar mais horas, uma vez que dificilmente utiliza tecnologia de ponta.

Esse sobretrabalho, ou seja, o acréscimo de horas trabalhadas não recebidas pelo trabalhador, que seria o lucro na empresa capitalista, na organização “autogestionária” deveria representar um aumento da participação do trabalhador, ou seja, no seu “salário”. Todavia, o valor recebido pelo trabalhador continua sendo apenas e tão somente o valor de sua reprodução, ou seja, o necessário para sua subsistência. Assim, o sobretrabalho torna-se valor diluído no valor imposto pela concorrência, ou seja, o trabalho excedente é absorvido pela lógica do capital.

A autonomia do trabalhador nas organizações “autogestionárias” é outro elemento a ser questionado. Consideramos que o trabalhador do empreendimento autogestionário

⁵ Neste caso, ocorre um desvio da concepção original da autogestão, visto que passa a se caracterizar como uma empresa capitalista no momento em que compra força-de-trabalho.

não tem a liberdade de produzir de forma autônoma, como se pressupõe em suas interpretações, pois não pode definir o que quer produzir, o quanto quer produzir e, por vezes, nem como produzir. Dessa forma, mesmo que o trabalhador não venda sua força de trabalho a um capitalista, como no caso dos empreendimentos com características autogestionárias, estão submetidos às leis do mercado, de produção do capital, que aliena quando o econômico (ou seja, a sobrevivência) está em primeiro plano.

As experiências concretas⁶ revelam que as condições de trabalho não melhoram como suposto por seus incentivadores com a prática da autogestão, mas o trabalho é intensificado, torna-se penoso, e os fatores de melhora, apontados anteriormente, são subjetivos, já que o trabalhador continua submetido às condições impostas pelo capital.

Compreendemos assim que a prática das organizações coletivas de produção que têm como proposta a autogestão, que deveria implicar transformação das relações de trabalho precárias características do capitalismo reaparece, na verdade, reforçando tais características a partir do trabalho intensificado.

A partir desta hipótese, pretendemos responder às seguintes questões: a autogestão implica transformação nas relações de trabalho? É uma alternativa ao trabalho assalariado, precário e explorado? Implica novas relações de trabalho?

Para responder estas indagações elencamos os objetivos descritos, a seguir.

1.2 Objetivos

Pretendemos fazer uma análise das teses e dissertações do “Banco de Teses – Portal CAPES” que abordam o tema da Autogestão na perspectiva de transformações nas relações de trabalho, perseguindo o seguinte objetivo geral:

→ Analisar a relação que se estabelece entre autogestão e relações de trabalho nas experiências “autogestionárias”, investigadas nas dissertações de mestrado e teses de doutorado do “Banco de Teses – Portal CAPES”.

⁶ As experiências concretas dizem respeito às pesquisas já realizadas na forma de estudo de caso. A esse respeito ver pesquisas realizadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho – NINEIT, que vem desenvolvendo estudos sobre o tema da “autogestão” desde 2000, sendo que o último desenvolvido entre os anos de 2002 e 2004 – Autogestão como Estratégia Organizacional e dos Trabalhadores: mapeamento de empreendimentos autogeridos em Santa Catarina – apontou, a partir da caracterização dos empreendimentos, para uma intensificação do ritmo de trabalho e extensão da jornada de trabalho (Guimarães et al., 2004).

Para alcançar este objetivo geral, propõe-se:

- Resgatar as bases teóricas da autogestão no socialismo utópico, no anarquismo e na crítica marxista.
- Identificar, nas teses e dissertações selecionadas no “Banco de Teses – Portal CAPES” que vêm discutindo a temática da autogestão na perspectiva das relações de trabalho:
 - os pressupostos teóricos,
 - a concepção de autogestão,
 - a prática da autogestão nas experiências estudadas e
 - a relação entre autogestão e relações de trabalho.

1.3 Justificativa e relevância do estudo

A caminhada acadêmica realizada até o presente momento permitiu-me a aproximação com o tema da “autogestão” tanto em termos teóricos quanto empíricos. A participação no Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho – NINEIT, na condição de bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq de 1998 a 2004, possibilitou-me conhecer diversas experiências de organizações de produção geridas pelos trabalhadores envolvidos, além de instituições de apoio e incentivo governamentais e não-governamentais pelo Estado de Santa Catarina.

Esta experiência trouxe elementos empíricos que fundamentam os questionamentos apontados anteriormente, principalmente no que tange à intensificação e ao prolongamento da jornada de trabalho nestas organizações.

Durante a pesquisa, observamos que os trabalhadores destas organizações consideradas “autogestionárias” chegavam a trabalhar mais de 12 (doze) horas por dia, em um ritmo intensificado de produção, com poucas horas de descanso durante o horário de trabalho para alcançar a produção necessária que possibilitasse o pagamento das despesas (o valor dos meios de produção utilizados na produção), ao mesmo tempo em que assegurasse sua subsistência.

Não obstante, os trabalhadores das organizações “autogestionárias”, por serem os proprietários dos meios de produção, estão desprovidos de garantias trabalhistas como férias, 13º salário, previdência e outros direitos concedidos pelo capital para o

trabalhador assalariado que proporcionam uma melhora na qualidade de vida aos trabalhadores.

A compreensão dos limites dessas experiências se torna relevante, pois existe uma falácia construída em torno de um discurso acerca das experiências que se vêm denominando “autogestão”, apresentando-as como uma ruptura com o sistema capitalista, uma inovação radical ou mesmo revolucionária. Sendo assim, pretendemos compreender até que ponto se pratica de fato a “autogestão”, se é possível se constituir como efetiva transformação das condições precárias de trabalho e de vida dos trabalhadores envolvidos.

É possível perceber, a partir de uma análise materialista histórica das condições impostas às experiências das organizações coletivas de produção inseridas no modo de produção capitalista, que as modificações nas relações de trabalho e mesmo as propostas educacionais à formação destas organizações produtivas representam apenas reformas que não caracterizam uma real ruptura à lógica do capital, submetendo os trabalhadores às condições perversas do sistema capitalista que, na maioria destas experiências se apresentam de forma mais contundente.

É inegável que a formação de organizações coletivas de produção contribui para que os trabalhadores excluídos social e economicamente passem a garantir sua subsistência por meio da oportunidade de trabalho e renda. Entretanto, o estudo das limitações e contradições que envolvem essas experiências é necessário para a superação desses limites e possivelmente a construção de uma alternativa para que avance nos seus propósitos de rompimento com o sistema capitalista de produção.

O estudo aponta para uma abordagem materialista histórica de análise dessas experiências “autogestionárias”. A análise da história em seu movimento indica uma intencionalidade, que se refere a um movimento em direção a substituição das determinações econômicas capitalistas e da base como tal, visto que produz as condições reais de sua própria abolição (Mészáros, 1993).

1.4 Procedimentos metodológicos

Pretendemos com este estudo compreender a relação que se estabelece entre autogestão e relações de trabalho nas experiências “autogestionárias” com base nas dissertações e teses selecionadas no “Banco de Teses – Portal CAPES”. Definimos por

realizar a análise em dissertações e teses pela possibilidade de estudar o mesmo fenômeno em diversos casos, em diferentes regiões, áreas de atuação e setores da economia.

Para tanto, buscamos utilizar uma abordagem dialética de análise. A análise dialética implica compreensão de que conhecimento e pesquisa não são neutros. Estão relacionados com os interesses de determinada classe social. A compreensão de fenômenos que ocorrem na atual sociedade não são possíveis de ser analisados nesta perspectiva sem que se entenda a constituição desta sociedade em termos materiais e históricos, seu movimento, ou seja, é necessário o conhecimento das relações sociais de produção nela estabelecidas (Meksenas, 2002).

Numa perspectiva histórica, no primeiro capítulo, resgatamos as bases teóricas da “autogestão”, procurando compreender seu significado ao longo da história por meio das principais correntes ideológicas que abordaram o tema: os socialistas utópicos, os anarquistas e a crítica marxista.

Em seguida, identificamos os limites da “autogestão” no capitalismo, no que se refere às relações de trabalho, a partir de um enfoque marxiano, pois reconhecemos que os contextos econômicos e sociais que norteiam a dinâmica do capitalismo devem ser entendidos na medida em que revelam as contradições desse sistema, contradições estas que apontam os caminhos de sua superação.

O capítulo seguinte consistiu na análise das relações entre autogestão e relações de trabalho em experiências cooperativistas e, para tanto, optamos pelo estudo de teses de doutorado e dissertações de mestrado que abordam a questão, visando contemplar diferentes “casos” e, assim, ampliar a análise.

Para a seleção das teses e dissertações, utilizamos primeiro a sondagem, fazendo um levantamento preliminar a partir da busca pelas palavras-chave “autogestão” e “economia solidária”. A expressão “economia solidária” foi pesquisada em função de esta conceituação ser utilizada pela maioria dos estudos que debatem o tema “autogestão” na atualidade. Foram encontrados 141 (cento e quarenta e um) trabalhos a partir da palavra-chave “autogestão” e 180 (cento e oitenta) trabalhos a partir da palavra-chave “economia solidária”.

A primeira seleção foi realizada a partir do título, ou seja, selecionamos aquelas dissertações e teses nas quais o título abordasse especificamente o tema da “autogestão” e apontasse para uma análise de uma organização de produção. Foram eleitos 70 (setenta) trabalhos nessa primeira etapa, cujos títulos encontram-se em anexo no Apêndice A ao final desta dissertação.

Em seguida escolhemos as pesquisas que, em seus resumos, se referiam especificamente à autogestão em uma experiência concreta e que tratasse das relações de trabalho, reduzindo a amostra para 20 trabalhos. O Apêndice B apresenta as dissertações e teses selecionadas nesta segunda etapa.

Delimitamos ainda a seleção escolhendo dentre as dissertações, aquelas que fossem somente das áreas de ciências sociais e ciências sociais aplicadas.

De acordo com tais critérios, definimos os trabalhos a serem analisados, consistindo em uma tese de doutorado e oito dissertações de mestrado, apresentadas em Apêndice C.

Entretanto, foi possível a análise de oito produções das nove selecionadas. A dissertação do item 4 citada em apêndice, de Henrique Arlindo Frazmann Schuster não foi encontrada. Buscamos essa dissertação na biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde a dissertação foi defendida, e não se encontrava em arquivo. O contato com o autor também não foi possível, por seu contato eletrônico não constar nas informações da Plataforma CAPES, e por o autor não possuir Curriculum Lattes/CNPq, que foi uma das formas que encontramos para conseguir o endereço eletrônico dos autores para posteriormente solicitar a obra dos autores das dissertações selecionadas.

Neste estudo utilizamos, predominantemente, uma abordagem qualitativa, pois possibilita uma interpretação mais aprofundada das relações que se estabelecem entre as categorias de análise anteriormente elencadas que são, essencialmente, complexas e contraditórias (Triviños, 1990).

A apreciação se deu a partir de evidências empíricas em fontes secundárias, ou seja, a partir das experiências de organizações de produção coletivas com características “autogestionárias”, presentes nos estudos que foram analisados.

Feitas essas considerações, podemos dizer que o presente estudo se caracteriza como revisão bibliográfica ou pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (1985).

As teses e dissertações foram interpretadas considerando-se os seguintes tópicos de análise:

- Identificação do trabalho (tema/problema; objetivos; descrição sucinta do(s) caso(s) estudado(s));
- Pressupostos teóricos do estudo;
- Concepção de autogestão;
- A prática da autogestão na experiência e
- Relações de trabalho versus autogestão

CAPITULO 1: AUTOGESTÃO: (TRANS)FORMAÇÃO DE IDEAIS E EXPERIÊNCIAS

Consultando a literatura corrente observamos que o conceito de autogestão permite diversas acepções.

Segundo Guillerm e Bourdet (1978), a expressão "autogestão" surgiu na França durante a década de 1960 para designar o regime político-econômico iugoslavo. A partir de então, este termo passou a ser empregado e debatido por diversos grupos sociais, como sindicatos e partidos políticos e, após o Movimento de maio de 68, passou a ser utilizado pela imprensa.

Por sua vez, Nascimento (1992) considera que a origem do conceito de autogestão remonta à Alemanha do primeiro pós-guerra, quando do debate sobre o problema da “socialização da economia” e do papel dos conselhos operários, que surgiram em toda a Europa nesta época. Estes conselhos e a autogestão são formas distintas de nomear uma mesma coisa: a estruturação da sociedade em nova forma.

Ainda retomando as lutas históricas, como tentativa de promulgar a autogestão no período do pós-guerra, Nascimento (2000) faz referência a experiências como da Hungria e da Polônia, quando surgiram os conselhos na revolução de 1956, *Solidarnosc* como ponto alto destas lutas no Leste europeu; da Checoslováquia em 1968; a Primavera de Praga, quando milhares de comitês de trabalhadores surgiram no processo de gestão das empresas; da China, na revolução cultural, com o surgimento da Comuna de Shangai e de Portugal, com a revolução dos cravos, quando eclodiram as comissões de trabalhadores e as experiências coletivistas.

Dessa forma, a autogestão é considerada por Faria (1998), como uma tendência histórica do movimento operário, um fenômeno que acontece toda a vez que ocorrem momentos de crises e luta de classes ocasionando rupturas sociais onde os trabalhadores objetivam autonomia que, segundo o mesmo autor, consiste na prática direta contra o capital nas unidades produtivas, onde os trabalhadores estabelecem relações coletivistas e igualitárias, fundadas na solidariedade de classe.

Por outro lado, a “autogestão” pode ser considerada somente como uma forma de gestão no interior de organizações de produção. Nesta perspectiva, Souto (1997) define a “autogestão” como uma tentativa por parte dos trabalhadores de assegurar seus empregos e rendas através da ajuda mútua no controle dos meios de produção e na tomada de decisões. Corresponde à autonomia dos empregados nas decisões

empresariais, desde o processo de formulação das diretrizes internas e divisão do trabalho até a distribuição de renda.

Para Guimarães (1995), a “autogestão” como forma de gestão no interior da organização de produção, faz parte de um conjunto de formas alternativas de gestão, que divergem da forma tradicional de gestão capitalista, a heterogestão, pois se caracteriza por uma distribuição do poder entre todos os participantes, não divisão do trabalho entre os que concebem e os que executam, ausência de relações de subordinação, controle do processo de trabalho parcial ou total pelos trabalhadores.

Com relação às formas alternativas de gestão, a partir da reestruturação produtiva iniciada nos anos 80, tem-se percebido inúmeras tentativas de introduzi-las, não só com a preocupação de solucionar a grave crise social do desemprego, mas também como forma de obter um maior engajamento do trabalhador e ganhos crescentes de produtividade.

Desta forma, diversas são as interpretações de formas alternativas de gestão, podendo-se considerar qualquer tipo de inovações introduzidas na administração do empreendimento.

Neste sentido, entende-se por forma alternativa de gestão a administração do empreendimento que esteja em ruptura total com a heterogestão, na qual o trabalhador tenha poder de decisão e o controle da gestão, paritário ou não-paritário, participando do processo decisório em todos os níveis (operacional, tático e estratégico).

Através dos conceitos relevantes explicitados anteriormente, pode-se reconhecer como forma alternativa de gestão, assumindo-se o construto referencial, a autogestão e a co-gestão.

Na co-gestão ou co-determinação, a participação dos trabalhadores nos órgãos decisórios das organizações é assegurada através da representação. Este tipo de instituição é considerado como “a que maior influência exerceu em outros países, em matéria de participação dos trabalhadores na administração das empresas” (Motta, 1982). Especificamente, trata-se de um tipo de instituição que comporta co-decisão: uma decisão só poderá ser tomada por concordância das partes afetadas, representando, teoricamente, um balanceamento de poderes, com vista a melhoria do desempenho organizacional.

Segundo Tragtenberg, (1980), a co-gestão pode ser interpretada, também, como participação nos lucros ou no patrimônio. Embora este segundo tipo de co-gestão econômica tenha encontrado resistências e objeções sérias a sua implantação, para Tragtenberg a questão fundamental é o compartilhamento do poder. Não existindo co-

decisão, uma instituição não pode ser caracterizada como co-gestionária, na acepção estrita do termo⁷.

A autogestão é o exemplo mais suntuoso de forma alternativa de gestão, pois trata-se de um tipo de administração onde não apenas os trabalhadores têm o controle da gestão do empreendimento, como são os donos dos meios de produção.

Entretanto, para Guillerme e Bourdet (1976), a “autogestão” não pode ser resumida apenas aos limites das empresas, significando um projeto global que abarca o econômico, o político e o cultural. Neste sentido mais extenso, é possível concebê-la como um sistema de organização da sociedade, abarcando não somente a produção, como também todas as instituições políticas.

Dessa forma, se a “autogestão” significa um processo de transição, ruptura, um “projeto político global” (Guillerme e Bourdet, 1978) que tem como propósito o fim da sociedade dominada pelo capital, de forma que os trabalhadores atuem autônoma e livremente na direção da economia e da sociedade em sua totalidade, torna-se relevante recuperar nos pensamentos anteriores ao surgimento do termo, apontamentos e experiências que contribuíram para a construção de sua idéia.

Consideramos que as principais correntes ideológicas que forneceram aporte para a construção da proposta autogestionária foram o socialismo utópico e o anarquismo. Neste sentido, iremos expor as idéias de alguns dos principais pensadores que defenderam, tanto na teoria quanto na empiria, a proposta autogestionária em sua perspectiva emancipatória da classe trabalhadora e da sociedade em geral.

A crítica marxista também contribuiu com este movimento “autogestionário” no sentido de entender as limitações das experiências cooperativistas no plano material e suas possibilidades com relação à emancipação da classe trabalhadora.

Assim, neste capítulo apresentaremos os pensadores que avaliamos como mais significativos representantes das correntes teóricas que abordaremos, sendo representantes do socialismo utópico: Saint-Simon (1760-1825), Fourier (1772-1837) e Owen (1771-1858); e do anarquismo: Proudhon (1809-1865). Dentre os anarquistas que conceberam a discussão quanto ao associativismo, citamos também Bakunin (1814-1876), que considerava as associações como uma forma de transformar a cultura individualista dos homens em uma cultura baseada na solidariedade e no coletivismo. Porém, não nos aprofundamos nos ideais deste autor pela falta de escritos sobre essa

⁷ Exemplos de propostas de participação dos trabalhadores nos lucros, diretamente ou pela aquisição de ações são ESOPs (Employee Stock Ownership Plans) introduzidos nos EUA, a partir do final dos anos 50, com grande divulgação a nível mundial. Trata-se apenas, de um compartilhamento econômico com vista a aumentar a lucratividade da empresa. Além do que, dos mais de 10 mil ESOPs em atuação, não ultrapassariam a 10% aquelas em que os empregados detêm participação majoritária.

questão e por julgarmos que suas idéias não incentivaram de maneira significativa o movimento cooperativista e “autogestionário”. Dessa forma, apenas as idéias de Proudhon são abordadas nesta parte da dissertação como principal representante do anarquismo.

Como forma de complementar as idéias desses autores e demonstrar sua influência no movimento cooperativista e associativista, fazemos menção também neste capítulo a algumas experiências que tiveram como inspiração as teorias desses pensadores.

Em seguida, conduzimos para a crítica de Engels (1820-1895) sobre os socialistas utópicos e o debate entre Marx (1818-1883) e Proudhon, como forma de apreender a posição e crítica marxista sobre as cooperativas no sentido de demonstrar suas limitações como experiências utópicas⁸.

⁸ Entendemos a expressão Utopia aqui no sentido empregado por Teixeira, como designação de “projetos sociais, concebidos de forma quimérica, em atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos, de sua construção, sendo por isso, não só irrealizáveis como incapazes de superar inteiramente as instituições e a ideologia da sociedade que recusam” (2002, p. 27-28).

1. O SOCIALISMO UTÓPICO

Essa corrente de pensamento foi assim denominada por Engels em sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* para designar as idéias dos principais socialistas do início do século XIX, que, para o autor, pretendiam “tirar da cabeça” a solução para os problemas sociais por meio da descoberta de um sistema novo e perfeito de ordem social, possível mediante experiências-modelo.

Os principais pensadores que representam essa fase são Saint-Simon, Fourier e Owen, os dois primeiros franceses e o terceiro inglês. O período em que viviam refere-se à primeira metade do século XIX, início da industrialização na França e na Inglaterra, sendo que na Inglaterra, tendo sido o primeiro país a se industrializar, o processo se encontrava mais desenvolvido.

Esses dois países, Inglaterra e França, foram o palco das transformações que constituíram as bases da nova sociedade e que constitui a “questão social” do capitalismo moderno (Teixeira, 2002). A Inglaterra pela Revolução Industrial que modificou o modo de produção e a economia do mundo. A França, pela Revolução Francesa, que ditou a ideologia e a política liberal que passou a dominar o mundo.

Esse início de industrialização logo gerou a precarização das condições de trabalho e vida, caracterizando o período em que o modo de produção capitalista tornou-se dominante. Esse processo acarretou resistência por parte dos trabalhadores, que, antes mesmo do final do século XVIII, já mostraram sua insatisfação com relação às mazelas geradas pelo sistema, organizando-se em sindicatos (*trade-unions* na Inglaterra) e destruindo as máquinas.

Entretanto, é a partir da primeira metade do século XIX que os trabalhadores entendem que a culpa pela miséria e pelo desemprego não era das máquinas e passam a lutar por outros direitos, como o direito do voto. Em 1819 houve a primeira manifestação pelo sufrágio universal em Manchester.

A partir de então, os trabalhadores passam a se organizar pela luta por direitos sociais por meio de manifestações de rua, associação de trabalhadores, cartas ao povo (movimento denominado cartismo), constituindo o cartismo o primeiro movimento operário espontâneo com ideologia de classe. Ainda assim, Teixeira (2002) não considera que tenha sido um movimento socialista, pois os trabalhadores acreditavam que a reforma política seria suficiente para melhorar suas condições de vida.

Só em 1864, quando é criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional, é que o movimento passa a discutir a luta de classe e a revolução socialista.

É importante ressaltar o contexto em que se situam as obras dos três utópicos: *Cartas de Genebra* de Saint-Simon em 1802, *Teoria dos Quatro Movimentos* de Fourier em 1807 e *O Livro do Novo Mundo Moral* por Owen em 1844, se refere ao período, de acordo com Wilson (1987), de grande confusão, em que ainda era possível ter idéias simples. Segundo o autor, a filosofia racionalista do século XVIII, na qual se baseou a Revolução Francesa, ainda era o pano de fundo da formação intelectual da maioria das pessoas; porém essa filosofia racionalista, da qual se esperara a solução para todos os problemas, não conseguira salvar a sociedade nem do despotismo nem da miséria.

Dessa maneira, o autor considera que “a peculiar combinação de características que vamos encontrar em Saint-Simon, Fourier e Owen é algo típico de sua época”, já que, para ele, “todos se caracterizavam por vidas de uma excentricidade pura e filosófica; por uma retórica rarefeita que hoje nos parece inspirada; e por intuições fundamentais no campo social que continuariam a ter o mais alto valor” (1987, p. 97).

Teixeira (2002) considera que todos tinham consciência dos males da sociedade e um projeto de sociedade futura que superava a sociedade de seu tempo e acreditavam que bastava a educação e a universalização do conhecimento científico para transformar a sociedade e o homem. Para os socialistas utópicos, as tendências do sistema em desenvolvimento lhes parecia tão obviamente desumanas e inviáveis, que seria fácil contê-las e modificá-las. Para Wilson (1987), nenhum dos socialistas utópicos compreendia o mecanismo real das mudanças sociais, não podiam prever o inevitável desenvolvimento do sistema que criticavam. Então, restava-lhes criar sistemas imaginários e tentar construir modelos de tais sistemas, na esperança de que fossem imitados. “Era isso que a palavra socialismo designava quando começou a circular na França e na Inglaterra por volta de 1833” (Wilson, 1987, p. 100).

A seguir destacaremos a contribuição destes três utópicos.

1.1 Saint-Simon (1760-1825)

Filósofo e economista francês, Claude-Henry de Rouvroy, conde de Saint-Simon foi um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico.

Nasceu em Paris e era filho de aristocratas e da grande Revolução Francesa, uma vez que presenciou o triunfo da burguesia sobre a nobreza e o clero.

Aos dezessete anos entrou para o exército, onde combateu como capitão da artilharia em Yorktown na Guerra da Independência dos Estados Unidos, de 1779 a 1783. Quando retornou a França, abandonou o seu título nobiliário e aderiu à revolução. Saint-Simon se torna contra a violência revolucionária após ter sido preso durante a fase do Terror. Após sua participação na Revolução Francesa, fundou o jornal *L'industrie*. Tornou-se crítico do iluminismo, pois acreditava que não refletia suficientemente sobre as condições histórica e social da sociedade.

O período que antecede ao movimento de Saint-Simon na vida política se refere ao momento em que a Revolução Francesa guinou em direção à reação, fato que tornou possível a ascensão de Bonaparte e a concentração da riqueza nas mãos de um número pequeno de burgueses. Em 1793 foi aprovada por quase cinco milhões de votos uma Constituição que parecia exprimir um sentimento popular, sendo contudo, substituída por uma Constituição duvidosa (Wilson, 1987).

Só em 1802 começou a escrever sobre política, filosofia e economia, e no mesmo ano publicou seu primeiro trabalho, no qual trazia a concepção de uma nova religião. A biografia de Saint-Simon, conforme Wilson (1987), apresenta a excentricidade e a extravagância dos idealistas sociais de sua época.

É considerado um dos fundadores do chamado "socialismo cristão". Em seu trabalho *Nouveau Christianisme*, proclamou uma fraternidade do homem que deve acompanhar a organização científica da indústria e da sociedade.

No julgamento de Saint-Simon, o antagonismo entre as classes burguesa e nobreza/clero tomava forma de um antagonismo entre trabalhadores (representados por operários, assalariados, fabricantes, comerciantes e banqueiros) e ociosos (antigos privilegiados, todos os que viviam sem intervir na produção e no comércio). Engels (1980) reconhece que à época de Saint-Simon, em que a grande indústria era pouco desenvolvida na França, o antagonismo entre burguesia e proletariado mal começava a despontar. Mesmo assim, Saint-Simon reconhecia a classe dos "despossuídos" no momento em que se preocupava com a "classe mais numerosa e mais pobre" da sociedade (Engels, 1980).

Para Saint-Simon, a ciência e o progresso humano tinham grande importância para a sociedade. Acreditava que a classe industrial era a classe fundamental, "a classe que alimenta a sociedade" (Teixeira, 2002, p. 47). Essa classe era constituída de

camponeses, artesãos, todos os homens envolvidos na produção de bens materiais e também os banqueiros.

De acordo com Teixeira (2002), Saint-Simon acreditava na virtude das elites e considerava a desigualdade natural e benéfica. Entretanto, foi crítico da ordem social vigente no que se referia à melhoria da “existência moral e física da classe mais pobre” (Teixeira, 2002, p. 48).

Saint-Simon contestava a ordem da sociedade vigente, porquanto proclamava claramente a “transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos da produção”, que, para Engels (1980, p.37) é a idéia de “abolição do Estado⁹”.

No texto “A Parábola”, de 1810, Saint-Simon demonstra seu desprezo e sua crítica aos militares, aos políticos e aos representantes da Coroa, que para ele, não deixavam a França progredir nas ciências, nas artes e nos ofícios. Para o autor, os homens se deixavam “explorar pela violência e pela fraude, e que a espécie humana, politicamente falando, ainda está mergulhada na imoralidade” (Saint-Simon in Teixeira, 2002, p. 60).

Saint-Simon vê a sociedade como um “mundo invertido”. Repreende fatos como pobres terem que ser generosos com ricos, que, por conseguinte se privam de uma parte que lhe é necessário para aumentar o supérfluo dos grandes proprietários; denomina os representantes do governo como piores ladrões, pois recebem como pagamento de seu trabalho, grande quantia dos trabalhadores por meio dos impostos e ainda punem pequenos delitos; considera os chefes da sociedade como ignorantes e preguiçosos e critica o fato de pessoas capazes, econômicas e laboriosas serem empregadas apenas como instrumentos.

As doutrinas sociais de Saint-Simon influenciaram, segundo Kropotkin (1916), todos os reformadores sociais de sua época, que acreditavam que, com o fim do assalariamento, desapareceria também a propriedade individual dos meios necessários à produção. Na compreensão dos reformistas sociais saint-simonianos,

a abolição da propriedade poderia ser conseguida gradualmente por meio da aplicação de uma série de medidas adequadas, que aliás, já a Grande Revolução iniciara. Essas medidas, consistindo na aplicação de pesados impostos sobre a herança, permitiriam ao Estado apropriar-se de uma parte, que naturalmente iria sempre avolumando-se, das propriedades outrora transmitidas por via hereditária de uma a outra geração. A herança individual, por efeito dessas medida, ir-se-ia sensivelmente reduzindo de

⁹ O que é discutível, considerando-se que suas propostas se direcionaram, também, à constituição de um Estado - reconhecido posteriormente- como “Estado Saint-Simoniano”.

modo tal que, em pouco tempo, teria desaparecido e os próprios ricos, afinal, compreenderiam as vantagens que resultariam do abandonar os privilégios de uma civilização caduca. O abandono voluntário da propriedade por parte de seus possuidores e a supressão legal da herança viriam assim a constituir o Estado san-simoniano regulador supremo do trabalho, chefe e director absoluto das três grandes funções da vida social a Arte, a Ciência e a Indústria (Kropotkin, 1916, p. 155).

1.2 Charles Fourier (1772-1837)

François Marie Charles Fourier nasceu em Besançon em 1772, de uma família de comerciantes de classe média. Procurou ganhar a vida como empregado de oficina, vendedor viajante. Foi empregado do comércio em Lyon.

Segundo Kropotkin (1916), Fourier já na sua infância, quando colocado para trabalhar em uma casa comercial onde observou de perto as “inomináveis especulações e fraudes cometidas”, rebelou-se contra o comércio e jurou combatê-lo.

Para Kropotkin (1916), foram os ideais dos *sans-culottes*¹⁰ que influenciaram Fourier a partir da idéia de nacionalização do comércio, pregada por L'Ange, autor de um plano de associação denominado “Associação Voluntária”.

Fourier descobriu sua teoria ao comer uma maçã em Paris e constatar que era cem vezes mais cara do que em sua terra Besançon. Fourier não apenas fazia uma crítica ao capitalismo como apresentava uma interpretação global e unitária do universo, “sugerindo um plano de reorganização da sociedade através da associação voluntária que refletia as aspirações de uma classe média urbana, prejudicada pelo desenvolvimento capitalista” (Teixeira, 2002, p. 63).

Para Teixeira (2002), Fourier propõe uma reforma do homem e considera que o autor não era contra a propriedade privada, nem que a organização social que propõe seja comunista, pois respeitava o direito à herança e considerava riqueza e pobreza como fatos naturais. Apesar de antiigualitário e antidemocrata, era anti-autoritário e propunha que o Estado fosse uma federação de associações livres.

Em sua obra *O Novo Mundo Industrial e Societário* de 1829, Fourier denomina de novo mundo Industrial a ordem societária que imagina, que cria. Neste mundo próprio, o

¹⁰ Expressão francesa que designa os adeptos populares da causa revolucionária. São compostos pela pequena e média burguesia das cidades, e contam com lojistas e outros pequenos comerciantes, artesãos e artífices de todas as profissões. Defendiam idéias radicais, apoiando os interesses populares contra a alta burguesia que assumira o controle da Revolução. A designação de "sans-culottes" vem do uso de largas calças até os pés. Os aristocratas e a alta burguesia vestiam os "culottes", espécie de calções justos que apertavam no joelho.

trabalho é a base, onde os “desocupados” trabalhariam com prazer, cuidando tanto de suas propriedades quanto das fábricas. A partir das chamadas *Séries Passionais ou de Grupos Contrastantes*, o trabalho se tornaria agradável, guiado pelas paixões. Fourier concebe um mundo “direito” em que a justiça e a verdade são meio de enriquecimento.

Fourier propõe a associação de famílias na produção industrial, e acredita que poderia dar certo pela vontade Divina e a partir da atração passional, suposição ligada à teoria de Newton. Para o autor, a finalidade da ordem societária estava em associar o passional e o material, conciliando as paixões, os gostos, o caráter, os instintos e as desigualdades.

Nesta obra, o autor considera que os benefícios cedidos aos pobres, os quais chama de classe operária, levavam à ociosidade e, para resolver tal problema, seria preciso encontrar um mecanismo de atração industrial que tornasse o trabalho prazeroso. As condições para o estabelecimento desse mecanismo societário seriam a atração industrial, a repartição proporcional e o equilíbrio populacional. Para Fourier, a paixão só poderia ser sustentada se houvesse um método de repartição eqüitativo, e que o estado societário tem que equilibrar a população para que não exista miséria.

Fourier critica Owen, pois acredita que seu método seja contrario à natureza ou atração. Para Fourier, Owen “lança ao descrédito a palavra, ele a torna o objeto de especulação, fantasiando-a com formas filantrópicas” (Fourier in Teixeira, 2002, p.71).

Fourier concebia que nenhum escritor ou empreendedor havia chegado ao cerne da questão, que era a associação das paixões, o desenvolvimento de cada indivíduo sem prejudicar o grupo, fazendo brotar as vocações desde a infância e colocando as pessoas nos postos em que a natureza convoca.

Para que este novo mundo societário fosse possível, Fourier sugeria a formação de Falanges de Séries Passionais. Sua proposta era que se formassem cozinhas, adegas, celeiros coletivos que implicariam maior economia em relação à propriedade fragmentada. Cada coletivo teria especialistas trabalhando neles. Por exemplo, o pão seria feito por padeiros especializados e assim tornaria a produção mais barata.

Para a formação deste sistema, as funções industriais seriam divididas em: atividades domésticas, atividades agrícolas, atividades manufactureiras, atividades comerciais, atividades de ensino, estudo e emprego das ciências e estudo e emprego das artes.

As falanges deveriam ser constituídas de 1800 pessoas. Fourier acreditava que mais de 2000 pessoas gerariam confusão e complicação, enquanto que menos de 1600

pessoas deixaria a falange frágil em suas ligações e sujeita a falhas no mecanismo com lacunas de atração industrial.

De acordo com Kropotkin (1916), as falanges resolveriam o problema da troca e da distribuição dos produtos de primeira qualidade. Porém, a comuna não seria proprietária dos produtos armazenados, mas sua depositária, como intermediária de recepção e distribuição, sem fins lucrativos, uma espécie de cooperativa de consumo e comercialização.

Engels (1980) considera que Fourier, a partir de sua crítica às condições sociais existentes, “põe a nu, impiedosamente, a miséria material e moral do mundo burguês”. Porém, Fourier realizou seu projeto social sem atenção à materialidade e ao fator político, pois ao avaliar que a sociedade burguesa se movimenta em um “ciclo vicioso” de contradições em que não pode superar, conseguindo sempre o contrário do que se deseja, Fourier cai na mesma dialética de Hegel, projetando no seu estudo da história a idéia do futuro desaparecimento da humanidade.

1.3 Robert Owen (1771-1858)

Robert Owen nasceu em 1771, em Newton, País de Gales, descendente de uma família pobre. Seu pai foi ferreiro e encarregado de correio. De empregado no comércio em Londres e Manchester, chegou a ser diretor de uma fábrica nesta última, e daí proprietário de uma empresa têxtil em New Lanark, na Escócia (Teixeira, 2002).

Por sua posição social, pôde financiar seus próprios projetos e, dessa forma, teve maior destaque e prestígio entre os socialistas utópicos. Tanto os críticos do capitalismo como Engels, quanto os defensores da ordem vigente reconheciam, de certa forma, o projeto de reforma social de Robert Owen (Engels, 1980).

Owen vivia na mesma época de Saint-Simon e Fourier, porém, diferentemente da França, a Inglaterra apresentava um processo mais desenvolvido do modo de produção capitalista e já apareciam os graves problemas sociais inerentes ao processo de produção e reprodução do sistema. A classe trabalhadora sofria de forma mais contundente a precarização das condições de trabalho e de vida, com o aumento da população nas grandes cidades, o prolongamento e a intensificação abusivos do trabalho, o aumento do trabalho feminino e infantil em condições precárias de trabalho

(ENGELS, 1980). Dessa forma, tinha uma visão diferente e mais madura da sociedade industrial, e por isso, uma crítica mais fundamentada.

Em sua obra *O Livro do Novo Mundo Moral* de 1844, Owen debate na primeira parte os princípios da Ciência da Natureza Humana, em que considera o homem “um ser complexo cujo caráter é formado por sua constituição, ou pela organização que traz desde o nascimento, e pelos efeitos de circunstâncias externas, que o cercam e atuam sobre ele do nascimento até sua morte” (Owen in Teixeira, 2002, p.101). Para Owen, o homem recebe seus sentimentos e convicções independente de sua vontade, mas, são esses fatores que criam a motivação para agir e determinar suas ações. Assim, a natureza das circunstâncias exteriores influem sobre a constituição do ser, e, portanto, o caráter humano desse ser entendido como formado para e não pelo indivíduo, ou seja, é formado pela influência das circunstâncias exteriores.

Owen acreditava que o homem pode ser educado de modo a adquirir hábitos ruins ou saudáveis, ou uma mistura dos dois, e que assim, é forçado a crer ou gostar de algo, sentir prazer ou aversão pelas coisas, sem saber que essas sensações podem ser diferentes se houvesse experimentado de outra maneira.

Dessa forma, Owen compreendia que se o homem e sua formação fossem entendidos neste sentido, e adotados na prática de modo geral, seria possível moldar um novo caráter para a espécie humana: os homens se tornariam “racionais”, isto é, caridosos com seus semelhantes, bons e benevolentes para com tudo o que vivem.

A partir desses princípios, o autor propõe um sistema social racional, que deveria substituir, ou mesmo suprimir instituições e disposições como a religião, os governos, o militarismo, os sistemas monetários, o modo de produção e distribuição da riqueza, o modo de formação de caráter do homem, a maneira de educar as mulheres, a opressão, a prática de criar impostos, entre outros.

Em lugar disso, o que sugeria era que os conhecimentos e experiências fossem concentrados e reunidos para que se produzisse maior quantidade de riqueza com menor perda de capital, e que essa riqueza fosse distribuída de forma mais vantajosa para todos; que o governo assegurasse o bem-estar de todos; que todos fossem empregados em ocupações ativas e atraentes; que a maneira de educar e empregar fosse de acordo com princípios de justiça e benevolência, sem recompensas nem punições; que existisse igualdade entre os sexos; que as crianças fossem educadas todas como filhos de uma só família; que não fosse cobrado nenhum imposto e todos fossem providos por um fundo comum.

Destarte, observamos que Owen acreditava que o caráter do homem era consequência do meio em que vivia, e que a educação seria capaz de transformar essa situação. Para Owen, o homem constituía-se como uma organização guiada por instintos da natureza e, na sociedade capitalista, “ele é levado a agir por suas sensações ou seus sentimentos, que estão muitas vezes em oposição com sua inteligência” (Owen in Teixeira, 2002, p.103).

Como seu caráter será formado de modo a torná-lo um ser racional, cercado por circunstâncias adequadas às leis naturais, todas estas necessidades e sentimentos se encontrarão em estado de harmonia e acordo; e, se for educado de modo a não haver mais oposição entre eles, o instinto físico ficará totalmente sob a direção e o poder das faculdades intelectuais morais. (Owen in Teixeira, 2002, p.104).

As idéias de Owen eram conduzidas pela razão, pois acreditava que o sistema devia ser movido pela verdade, e sua verdade consistia em produzir o aperfeiçoamento constante e a felicidade permanente da humanidade e que, para isso, era necessário “uma reorganização da sociedade segundo um sistema que dê a todos uma educação e ocupações racionais, e ao homem uma nova existência, cercanda-a de circunstâncias superiores. Eis o único meio de eliminar as causas do mal e de assegurar a criação de tudo o que é bom para o homem” (Owen in Teixeira, 2002, p. 146).

Como sócio e gerente da fábrica *New Lanark*, Owen pôde por em prática suas idéias reformistas, sempre no sentido de melhorar a vida dos trabalhadores e seus familiares.

Como Owen não admitia nem recompensas nem punições, ele só pode contar com *atrativos*. “Esse sistema é o que colocou *em prática em New Lanark*, na escola. Se o trabalho pode tornar-se *atraente*, é um contra-senso querer *retribuí-lo*, igual ou desigualmente” (Teixeira, 2002, p. 118).

Assim, em *New Lanark* abriu escolas para os filhos de trabalhadores, não admitia o trabalho de menores de 10 anos (prática muito comum na Inglaterra naquela época), adotou uma jornada de trabalho de 10 horas e meia (quando o normal era de 15, 16 horas), criou uma cooperativa, vendendo a preços baixos alimentação e vestuário, fundou caixas de previdência para assistência médica e amparo à velhice.

As melhorias na fábrica proporcionaram grandes lucros para seus proprietários, e Owen passou a ser considerado filantropo, conquistando a admiração também dos proprietários do capital. Entretanto, não se encontrava satisfeito com essa experiência, pois ainda não chegara ao desenvolvimento racional do caráter e da inteligência de seus

trabalhadores, que ainda considerava “seus escravos” e apenas os proprietários da fábrica estavam enriquecendo com a parte produtora daqueles trabalhadores. Para Engels,

as novas e gigantescas forças produtivas, que até ali só haviam servido para que alguns enriquecessem e as massas fossem escravizadas, lançavam, segundo Owen, as bases para uma reconstrução social e estavam fadadas para trabalhar somente para o bem-estar coletivo, como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade (1980, p.42).

Dessas e outras questões, nasceu a idéia da criação de comunidades igualitárias, que tenta pôr em prática com a fundação, na América do Norte, da comunidade *New Harmony*. Com base no ideal comunista, na qual o lema seria "de cada um segundo seu trabalho, a cada um segundo suas necessidades", considerou que todos os membros da comunidade seriam considerados como parte de uma imensa e mesma família, na qual todos teriam direito à alimentação, ao vestuário, à educação, à moradia. Para Owen, tratava-se da instituição de uma nova ordem social que abrangesse toda a sociedade humana, e não apenas comunidades igualitárias restritas a alguns grupos como as orientadas pelo fourierismo e por diversas seitas religiosas.

Contudo, sua experiência em *New Harmony* que iniciou em 1824, fracassou. Rexroth (*apud* Corrêa, 2004) relaciona seu fracasso a ações que julga equivocadas de Owen:

O assentamento que comprou já estava pronto, os que para lá foram não vivenciaram a experiência de construir algo para eles e para a comunidade. Além disso, não havia vínculo entre os membros, qualquer um que chegasse poderia fazer parte e a maioria tinha pouco ou nenhum compromisso como a proposta da colônia e as idéias de Owen. (Rexroth, 1974 *apud* Corrêa, 2004, p. 63).

De volta à Inglaterra em 1829, se aproximou das associações de artesãos e adere ao movimento sindical, onde atuou durante trinta anos, representando todos os movimentos sociais de interesse da classe trabalhadora. (Engels, 1980).

1.4 A experiência fourierista: O Falanstério do Saí

Consideramos importante destacar aqui uma experiência realizada no Brasil com base na teoria de Fourier. Mais adiante, falaremos sobre outras experiências que tiveram como inspiração algumas idéias destes socialistas utópicos, mas de caráter anarquista. Tal experimento, o Falanstério do Saí, localizado na região de São Francisco do Sul em Santa Catarina, teve como princípio as idéias de Fourier e alguma influência saint-simoniana.

Essa experiência tratou-se de um projeto de colonização da região pelo francês Benoit Jules Mure e que foi implementada na época do Império, existindo de 1842 a 1844.

A intenção de Mure era de formar uma colônia a partir dos princípios de atração e associativismo de Fourier com apoio e incentivo financeiro do Governo brasileiro. Porém, de acordo com Güttler (1994), a proposta de Mure ao Império era de um projeto de modernização industrial a partir da vinda de especialistas franceses que trariam progresso ao país até então predominantemente agrícola.

O projeto de colonização era “uma exposição bastante abreviada de alguns tópicos da dinâmica falansteriana adaptados às necessidades político-econômicas brasileiras” (Güttler, 1994, p. 58). Assim, Mure coloca a proposta como portadora de um método colonizador que adaptaria as inovações tecnológicas européias às necessidades imigratórias brasileiras, pondo à disposição do país “hábeis e honrados obreiros selecionados através de rígidos critérios” (Güttler, 1944, p. 59).

Apesar de sua proposta enfatizar as vantagens que a introdução de tecnologias inexistentes no país até então poderiam proporcionar, Mure insere de forma gradativa sua incursão ao fourierismo. Para tanto, demonstra as vantagens de uma produção associativa e introduz as “séries” de Fourier ao mencionar os progressos ocorridos em vários setores que seriam frutos de pessoas agrupadas ou associadas. Além disso, Mure inclui em sua proposta a educação unitária, que relacionava a escolha da profissão com o desenvolvimento das aptidões naturais e a partir do trabalho atrativo (Güttler, 1994).

Dessa forma, Mure conseguiu a simpatia e o apoio do Governo brasileiro ao seu projeto, fechando um acordo de apoio governamental de um adiantamento monetário para custear o transporte e a implantação das primeiras famílias de imigrantes franceses que se estabeleceriam na região da Península do Saí. Entretanto, o acordo estabelecia

a vinda de 500 franceses, número questionado por Mure que pretendia uma comunidade de 1600 pessoas, estabelecido como ideal por Fourier.

Os franceses dispostos a imigrar ao Brasil para fazer parte do falanstério eram integrantes da *Union Industrielle*, associação fundada por fourieristas para o desempenho da colonização no Brasil por meio de “uma colônia de convivência unitária e o compartilhamento da boa ou má fortuna” (Güttler, 1994, p. 84). Eram 1700 colonos inscritos para imigração ao Brasil e por determinação do acordo, apenas 500 foram selecionados por Mure a partir das habilidades que julgou serem necessárias ao falanstério. Tal comportamento foi avaliado de forma negativa por integrantes da associação *Union Industrielle*, gerando os primeiros obstáculos para a realização da comunidade falansteriana do Saí.

Güttler (1994) relata que houve desentendimento entre os diretores da associação *Union Industrielle* com Mure logo na chegada dos imigrantes ao Brasil, por estar o acordo em nome de Mure e não da associação, e por ele ter todos os direitos sobre a colonização tanto no que se refere à propriedade da terra e do dinheiro cedido pelo Governo brasileiro, quanto nas decisões a serem tomadas.

Assim, os imigrantes dividiram-se em dois núcleos, sendo que um deles foi liderado por Mure constituindo a Colônia do Saí e outro por diretores da *Union Industrielle*, a Colônia de Palmital, sendo que esta última não obteve os mesmos benefícios de concessão de terra e apoio financeiro cedidos a Mure (Güttler, 1994).

A produção no Saí era de criação de gado, cultivo de plantas européias, fabricação de carvão para a forja, construção de dique para tornar o rio mais navegável e de vias de acesso ao Rio Saí. Em um ano haviam construído uma olaria de tijolos e novos estabelecimentos agrícolas. Há depoimentos de visitante que relatam que em 1843, os caminhos do Saí onde apenas se passava a pé, naquele ano já se podia passar de carro para o carregamento de mantimentos aos trabalhadores que estabeleciam uma serraria no local (Güttler, 1994).

A Colônia de Palmital tinha como principal produção a construção naval e não havia produção agrícola. Tinham também uma olaria e uma forja, além da produção de carvão para a forja.

A Colônia do Saí iniciou sua produção com 21 imigrantes, enquanto a Colônia de Palmital contava com o dobro de integrantes em sua primeira formação.

As dificuldades materiais enfrentadas pelas duas colônias eram as mesmas enfrentadas por qualquer empresa colonizadora da época, mas tinham o diferencial do impulso idealista de seus integrantes. Dessa forma, Güttler (1994) desconsidera que sua

dissolução tenha sido por conta das dificuldades de sobrevivência ou do processo de produção, visto que haviam passado por dificuldades para comercialização do material produzido nas colônias, por falta de mercado. O autor relaciona o fim das colônias principalmente com as primeiras intrigas e a conseqüente separação dos imigrantes, fato que trouxe perdas materiais significativas e a impossibilidade de unir moradias, cozinhas, depósitos, adegas e a força de trabalho que garantiria a maior economia com a produção associada (Güttler, 1994).

As colônias foram desativadas em meados de 1844, com o descrédito do Governo brasileiro no desenvolvimento das colônias a partir da dissidência de vários integrantes e da dispersão de vários imigrantes destinados à Colônia antes mesmo de chegar à Península do Saí. Para Güttler (1994), outro impedimento para o desenvolvimento das duas colônias deveu-se à falta de apoio financeiro esperada pelos colonos do Governo brasileiro.

2. O ANARQUISMO

A corrente anarquista configura-se num movimento que, até os dias atuais, possui partidários que militam pela causa. Segundo Woodcock (2002), o termo anarquismo deriva da palavra grega original *Anarchos* que significa “sem governante” e portanto, a palavra pode ser usada tanto para expressar a condição de ausência de governo quanto a condição de não haver governo por ser ele desnecessário para a preservação da ordem.

No contexto político-social, porém, o termo foi utilizado, durante a Revolução Industrial, com um sentido de crítica negativa por diversos partidos para difamar seus oponentes, expressando métodos de atuação política considerados destrutivos ou desastrosos e, em geral, como defesa da desordem (Woodcock, 2002).

Assim, o anarquismo pode ser caracterizado, em geral, pela negação de toda a autoridade, e em particular, pela negação do Estado. Para o anarquismo, “o governo não instaura a ordem, mas, ao contrário, através de seus controles opressivos, impõe obstáculos à espontaneidade social, introduzindo a perturbação na atividade social” (Motta, 1981, p. 113).

2.1 Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

O principal autor anarquista que contribuiu e ainda contribui para a construção de propostas “autogestionárias” foi Proudhon¹¹. Essa corrente é representada por ele, por ter sido o primeiro homem a reclamar para si, voluntariamente, o título de anarquista, no sentido socialmente positivo: como defesa de uma sociedade não-autoritária.

Pierre-Joseph Proudhon nasceu em Besançon em 1809. Seu pai era cervejeiro e sua mãe, cozinheira. Estudou no colégio real de Besançon por meio de uma bolsa de estudos, mas foi obrigado a interromper os estudos por um processo que arruinou sua família. Foi trabalhar como tipógrafo na imprensa de Bellevaux em 1827 e em 1838

¹¹ Outro anarquista de grande importância que fez referência e contribuiu para a construção do movimento cooperativista foi Michael Bakunin. Dentre os seus poucos escritos, convoca em “O Socialismo Libertário”, os trabalhadores a se associarem, a formarem organizações coletivas a fim de ensaiarem relações solidárias diferentes das praticadas na sociedade capitalista. O autor não acredita no potencial das cooperativas e demais organizações coletivas para a emancipação do trabalhador, mas reconhece que tais formas de organização podem ajudar a preparar as organizações do futuro (BAKUNIN, 1979).

retomou os estudos, ingressando no bacharelado da Academia de Besançon, onde conseguiu uma bolsa de estudos e escreveu seu primeiro texto.

O contexto em que Proudhon viveu e teceu suas críticas refere-se às duas fases do século XIX, tanto a primeira metade em que prevalecia uma França pouco desenvolvida e ainda camponesa, quanto a segunda metade em que o desenvolvimento industrial tornou-se mais acelerado. Esse período, marcado na França pela herança dos “25 anos revolucionários”, “consistia na afirmação do preceito filosófico de que nenhum regime se justifica se não garante os direitos naturais à liberdade, à igualdade e à propriedade” (Teixeira, 2002, p.38).

Na França, o desenvolvimento industrial foi rudimentar se comparado ao desenvolvimento na Inglaterra. Assim, os trabalhadores eram obrigados a abandonar os campos pela decadência da agricultura tradicional e migrar para a cidade, onde não encontravam empregos suficientes e quando encontravam, era em condições miseráveis, já que a base técnica ainda era manufatureira e artesanal. Proudhon criticava este contexto.

Entretanto, a maior parte dos escritos de Proudhon se situa no período da segunda metade do século XIX, em que o desenvolvimento do capitalismo já se encontrava mais acelerado, tanto na França como nos outros países da Europa.

Proudhon era um “reformador social e um anarquista que sonhava com uma França povoada por artesãos e pequenos proprietários” (Teixeira, 2002, p. 39). Para Proudhon, o problema era o crédito e os juros eram responsáveis pela apropriação da riqueza. Assim, imaginava um sistema de empréstimo sem juros, que salvaria uma classe de pequenos proprietários. Assim, para Teixeira (2002), Proudhon pode ser caracterizado como pré-capitalista, e não anticapitalista.

Em 1840 publicou seu livro *Qu'est-ce que la Propriété?* em que define que a propriedade é um roubo. Para Teixeira (2002), Proudhon analisa que a propriedade torna possível a apropriação do trabalho de outros, que se dá por meio do juro. Assim, tem como objetivo a abolição do juro capitalista e não da propriedade capitalista.

Teixeira considera a obra de Proudhon contraditória, pois ao mesmo tempo em que analisa a propriedade como um roubo, exalta a propriedade camponesa, e, ao mesmo tempo em que vê Deus como o mal, também elogia a religião.

Proudhon tem atualmente diversos seguidores, como as novas correntes anarquistas e os neo-movimentos federativistas e cooperativistas. Entre as idéias de Proudhon que influenciam o movimento anarquista estão o horror à democracia, o horror ao Estado e a aversão à autoridade (Teixeira, 2002).

A partir de sua crítica veemente ao Estado, Proudhon não admitia o socialismo de Estado, e dessa forma, reprovava os métodos revolucionários das vertentes comunistas que admitiam tal socialismo. Assim, tomando como modelo o sistema de Owen, desenvolveu sua concepção de mutualismo, que tornaria inútil, a seu ver, toda forma de governo político (Kropotkin, 1916).

De acordo com Proudhon (in Resende e Passetti, 1986), a idéia de mutualidade remete às idéias de reciprocidade, troca e justiça, substituindo a autoridade, a comunidade e a caridade. Para ele, esse sistema de relações tendia a mudar a ordem social do começo ao fim.

Proudhon (in Resende e Passetti, 1986, p. 121) relaciona o mutualismo aos partidários da liberdade individual e define essa sociedade mutualista como um “sistema de equilíbrio entre forças livres, onde a cada um é assegurado gozar os mesmos direitos, na condição de realizar os mesmos deveres, obter as mesmas vantagens em troca dos mesmos serviços”, sistema esse, para Proudhon, essencialmente igualitário e liberal, que exclui toda acepção de fortunas, categorias e classes.

Assim, Motta (1981) compreende que o mutualismo tinha como proposta um regime social que se baseava na prática espontânea da indústria, na livre associação dos produtores, que estabeleceriam suas relações recíprocas e tornariam o político inútil. “A idéia era que essa sociedade se oporia a todas as anteriores e impediria a reconstrução do Estado”. (1981, p.113).

Para Proudhon, com a formação de uma sociedade contratual, onde as forças econômicas criariam suas trocas em relações recíprocas livremente debatidas, a ordem viria espontaneamente da ação dos produtores e de sua autogestão. As instituições do mutualismo, segundo Proudhon (in Resende e Passetti, 1986) seriam os seguros mútuos, os créditos mútuos, os socorros mútuos, o ensino mútuo, as garantias recíprocas de escoamento, a troca, o trabalho, o produto de boa qualidade e de justo preço.

Essa sociedade contratual poderia ser formada no próprio sistema capitalista, já que Proudhon acreditava que mesmo nas sociedades autoritárias, a sociedade econômica estaria criando o seu próprio organismo, a sua própria constituição social (Motta, 1981).

A idéia era que a sociedade poderia se autogerir, e assim, suprimir o Estado. Assim, os poderes políticos seriam substituídos por forças econômicas, os contratos entre cidadãos, comunidades e empresas substituiriam as leis, as profissões e funções especiais supririam as antigas classes hierarquizadas, a força pública seria substituída

pela força coletiva, os exércitos pelas companhias industriais e a repressão policial seria substituída pela identidade de interesses (Proudhon in Motta, 1981).

De acordo com Teixeira (2002), a defesa de Proudhon ao mutualismo fornece subsídios para o associativismo e ao cooperativismo. Motta (1981) considera Proudhon o pai da autogestão e inspirador de experiências históricas de criação de um regime autogestionário.

Apesar de nunca ter empregado o termo “autogestão”, Motta (1981) considera que Proudhon se valeu de seu conteúdo, não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma à simples administração de uma empresa por um grupo de pessoas. Na sociedade concebida por Proudhon, cada indivíduo, cada grupo social, cada município, cada companhia operária tem sua própria soberania, se autogoverna e se relaciona livremente com outros indivíduos ou agrupamentos (Motta, 1981).

Nesse sistema, o valor de todos os produtos poderia ser expresso de acordo com a quantidade de trabalho social necessário para a produção e todas as trocas entre produtores poderiam ser efetuadas por intermédio de um Banco Nacional ou Banco do Povo, que aceitaria como pagamento “bônus de trabalho”. Similarmente, funcionaria uma Câmara de Compensação, que estabeleceria diariamente, em um retrospecto demonstrativo, o balanço das entradas e saídas. (Kropotkin, 1916).

O Banco do Povo estaria também habilitado a facilitar empréstimos às associações de trabalhadores para incrementar a produção, empréstimos tais que seriam em “bônus de trabalho”, sem objetivo de lucro de qualquer espécime, apenas uma taxa anual como cobertura de despesas administrativas. “Nessas condições, o capital emprestado sem juros perderia inteiramente o seu caráter pernicioso e não poderia, portanto, ser empregado como instrumento de exploração” (KROPOTKIN, 1916).

Proudhon acreditava que seria possível criar, por esses meios, uma rede de artesãos independentes, camponeses e associações de operários que, desse modo, sairiam do sistema capitalista e chegariam, eventualmente, a uma transformação pacífica da sociedade (Woodcock, 2002).

Proudhon fundou o Banco do Povo em 1849, reunindo 27 mil membros. Porém, o Banco nunca chegou a funcionar, por imprevistos na carreira jornalística e política do autor, segundo Woodcock (2002). Nessa época Proudhon era representante na Assembléia Nacional, para a qual fora eleito em 1848, e em 1849 foi acusado por ter desferido ataques violentos ao então presidente eleito Luis Napoleão. De acordo com Woodcock (2002), Proudhon fugiu após ter apelado à sentença de sua prisão e então,

antes de ser preso definitivamente por três anos, liquidou o Banco do Povo com receio de que caísse em mãos erradas.

Na prisão, Proudhon escreveu o livro *Idéia Geral da Revolução no Século XIX*, considerado uma obra-prima do pensamento anarquista por Teixeira (2002), onde apresenta a revolução como um fenômeno necessário, uma consequência que não pode ser evitada.

A Revolução é uma força que nenhum poder consegue vencer, seja ele divino ou humano; sua tendência é crescer em função da própria resistência que encontra... Quanto mais a reprimires, mais aumentarás sua reação e mais irresistível tornarás sua ação, de tal modo que, para que uma idéia triunfe, não faz a menos diferença que tenha sido perseguida, atormentada e combatida desde o início ou que tenha surgido e se desenvolvido sem encontrar obstáculos. (Proudhon in Woodcock, 2002, p. 147).

Essa idéia de Revolução serve à concepção anarquista que vê a sociedade como parte do mundo da natureza, governada por forças determinantes que representam o domínio do destino, dentro de fronteiras que o homem deve trabalhar para alcançar sua liberdade.

Nesta obra, *Idéia Geral da Revolução no Século XIX*, Proudhon argumentava que a revolução seria necessária no século XIX, já que a Revolução Francesa de 1789 teria conseguido realizar metade das tarefas a que havia se proposto, pois apenas se preocuparam com as transformações políticas e não deram atenção às mudanças econômicas exigidas pelo fim do feudalismo.

O problema para Proudhon estava no Governo, e seria preciso construir um novo “edifício das instituições industriais” para substituir o domínio governamental. Para Proudhon, tal edifício seria construído por meio da associação. Porém, “quando considerada um fim em si mesma, a Associação representa um perigo para a liberdade, mas, quando encarada apenas como um meio para atingir um fim maior, a libertação do indivíduo, ela pode ser benéfica” (Proudhon in Woodcock, 2002, p. 148).

Sua próxima obra *A Revolução social demonstrada pelo Golpe de Estado*, publicada em 1852, foi apontada por socialistas da época como uma adesão a Napoleão III. Após este episódio, Proudhon voltou à oposição e foi novamente condenado e perseguido, tendo que se refugiar na Bélgica (Teixeira, 2002).

Em 1862 foi anistiado e pôde retornar à França e morreu em janeiro de 1865.

As teorias de Proudhon e mesmo dos socialistas utópicos inspiraram diversas experiências do movimento anarquista de construção de comunidades que se baseavam no associativismo e no coletivismo. Consideramos relevante mencionar

algumas dessas experiências que tinham como objetivo justamente colocar em prática o idealismo de libertação da classe operária ou “popular” pelo mundo.

Dos grandes pensadores citados aqui como precursores do movimento autogestionário, apenas Robert Owen pôde pôr em prática suas idéias de comunidade coletivista em *New Harmony*, enquanto os outros autores ficaram apenas no plano da teoria.

2.2 A experiência israelense: Os *Kibbutzin*

Um grande exemplo de experiência de conteúdo libertário são as colônias comunitárias de Israel denominadas *kibbutzin*. Trata-se de um modelo de forma especial de cooperativa baseada nas experiências de Owen em *New Harmony* e em algumas idéias de Fourier.

Os *kibbutzin* eram organizações coletivas consideradas por Bulgarelli (1966) como cooperativas “integrais” que apresentavam realizações em diversos setores da economia israelense, quer nos setor agrícola (como os *kibbutzin* e os diversos tipos de *moshavin*), industrial (desde as cooperativas de artesãos às grandes indústrias modernas), de consumo (que se encarregavam do abastecimento dos centros urbanos) e dos serviços em geral (transporte de passageiros e de mercadorias, restaurantes, hotéis, estabelecimentos de diversão, centros culturais, etc.).

De acordo com Bulgarelli (1966), o *kibbutz* surgiu no início do século XX como uma forma primitiva de cooperação, tendo em vista a necessidade de associação e união face às dificuldades existentes para a colonização do país e para enfrentar a aridez do solo, a especulação com as terras, os ataques dos árabes, a falta de meios e até mesmo o “direito de trabalhar”. O autor enfatiza, porém, que apesar da realidade ter obrigado a essa união, a maior parte das pessoas envolvidas tinha clara consciência da necessidade de formar um movimento estrutural e que seus realizadores traziam marcada orientação socialista.

O *kibbutz* pode ser definido, conforme Bulgarelli (1966, p.21) como “uma sociedade voluntária, baseada na comunhão integral, que abrange a produção, consumo e educação”.

Segundo Apolônio Salles (in Leuenroth, 1963), os *kibbutzin* se localizavam em terras pertencentes ao fundo judaico, que foram ofertadas para o trabalho, mas que

somente pertenceriam aos *kibbutz* quando pagas a juros ínfimos e prazos largos. Toda a maquinaria e ferramentas eram financiadas pela mesma instituição. Todas as construções eram coletivas, inclusive os alojamentos onde moravam os “*kibbutzianos*”, que se constituíam de duzentas pessoas. Ninguém possuía ou ganhava dinheiro, tudo o que se recebia das atividades agrícolas, comerciais ou industriais era reservado em um fundo comum e repassado aos moradores do *kibbutz* em utilidades: vestuário, transporte, comida, diversão, ensino, cultura. A produção da fazenda observada era de laranjas, alfafa, milho, beterraba, amendoim, entre outras culturas.

Nos *kibbutzin* todos eram proprietários e, ao mesmo tempo trabalhadores. Os serviços públicos, como limpeza, eram feitos em rodízio, de modo a não criar profissões “aristocráticas”.

A organização dos *kibbutzin* era realizada por meio de uma direção eleita por dois ou mais anos, sendo que a maior autoridade era uma espécie de secretário-geral. Na direção, existiam cargos como tesoureiro, encarregado de relações exteriores (que mantém contato com as cooperativas que distribuem a produção ou com as instâncias governamentais), um encarregado da parte militar (visto que os *kibbutz* desempenhavam importante papel estratégico), um encarregado de cultura e outro de relações sociais. “O cargo mais curioso é do ‘distribuidor de trabalhos’, cuja tarefa consiste em verificar, diariamente, as necessidades de mão de obra em cada setor de trabalho e, supri-los” (Alberto Denes in Leuenroth, 1963, p. 164). Todas as decisões, desde o ingresso de um comunado a uma universidade até a admissão de novos membros eram tratadas pelo coletivo em assembléias gerais que se reuniam semanal ou quinzenalmente.

Para Alberto Denes (in Leuenroth, 1963), os participantes dos *kibbutzin* eram seguros, retos e francos, pois eram frutos de uma sociedade baseada na confiança e na compreensão. Para ele, tratava-se de um “admirável mundo novo, onde as idéias de redenção nacional servem de denominador comum e aplainam qualquer diferença ou choque pessoal” (Alberto Denes in Leuenroth, 1963).

De acordo com a FIEMG (2007), até a atualidade, os *kibbutzin* são o maior movimento comunitário do mundo. Cerca de 120.500 judeus vivem nos 269 *kibbutz* existentes em Israel. O número de membros de cada *kibbutz* varia de cem até mais de mil, sendo que a maioria deles conta com centenas de habitantes.

Cada *kibbutz* corresponde a uma unidade autônoma social e econômica. Algumas federações nacionais promovem coordenação de atividades e alguns serviços. Entretanto, a realidade demonstra que os *kibbutzin* originais, criados por judeus da

Europa Oriental, estão em via de desaparecer: já responderam em 1948 por 6% da comunidade israelense, hoje correspondem a apenas 2% (100.000 pessoas). Muitos alegam que o fim do *kibbutz* se deu a partir do momento que idéias capitalistas passaram a ser incorporadas a estas comunidades. Assim, uma das finalidades destas comunidades passou a ser o lucro, deturpando a idéia original, renegando-se a noção de coletividade.

O primeiro *kibbutz* urbano surgiu em 1947, embora tenha falido em 1952. Esta idéia foi retomada apenas na década de 1990. Neste período, o Movimento *Kibbutziano* deu legitimidade jurídica a esse tipo de *kibbutz*. Os *kibbutzin* urbanos são definidos como uma coletividade no centro urbano, que trabalha para o bem-estar da sociedade através de um modo de vida igualitário e coletivo que reparte direitos e deveres.

Assim, os *kibbutzin* possuem reconhecimento legal e ao mesmo tempo conseguem recursos financeiros do governo e do Movimento *Kibbutziano*.

Os *kibbutzin* atuais apresentam diferença salarial entre os trabalhadores, as refeições comunitárias são raras e já é realidade a privatização de bens e meios de produção¹².

Na atualidade, a perspectiva de sobrevivência dos *kibbutzin* conforme a idealização de seus criadores, é muito remota. O que se tem notícia é que o primeiro *kibbutz* de Israel, criado há quase 100 anos (1910) foi privatizado recentemente¹³ (FIEMG, 2007).

2.3 Anarquismo no Paraná: a experiência da Colônia Cecília

Outra experiência significativa trata-se da Colônia Cecília, comunidade anarquista que se constituiu no Paraná. De acordo com Mello Neto (1998), a Colônia Cecília fora implementada pelo anarquista Giovanni Rossi em 1890 com o intuito de alcançar a

¹² Entretanto, existe um movimento de jovens, geralmente originários de *kibbutzin* tradicionais, que tentam trazer de volta a idéia original dos *kibbutzin*, adequando à realidade da Israel atual. A maior finalidade deste movimento é a de trazer bem estar aos membros da comunidade, buscando a integração dos membros do *kibbutz* com os demais habitantes da região. Os jovens engajados nestes projetos urbanos, acreditam que a solução para os problemas sociais se tornou o grande desafio da sociedade israelense. Por isso, parte do orçamento dos *kibbutzin* é direcionada à educação e atividades sociais. A finalidade é a integração do meio urbano com o *kibbutz*.

¹³ Os membros deste *kibbutz*, Degania Alef, atualmente 320 - cem deles crianças -, aprovaram sua privatização permanente por uma maioria de votos de 85% (FIEMG, 2007).

realidade de uma vida socialista, livre de autoritarismos e injustiças sociais, tentando viabilizar o socialismo libertário.

A comunidade foi instalada no município de Palmeira, por um grupo de seis italianos, a princípio em uma casa de madeira deixada por antigo colonizador, com pouca infra-estrutura. O terreno fora cedido pelo governo do Brasil, assim como para todos os colonos imigrantes, com a condição de pagamento após cinco anos, com isenção de impostos e remuneração aos colonos pelos trabalhos feitos nas estradas. A área ocupada pela colônia era de 200 (duzentos) hectares. (Mello Neto, 1998).

Segundo Leuenroth (1966), nem todos os pioneiros eram anarquistas, muitos apenas simpatizantes do ideal libertário e os demais de princípios diversos, mas todos animados do propósito de levar a cabo a experiência de uma colônia livre de autoridade estatal.

A intenção da colônia teria sido “mostrar ao mundo as possibilidades de uma vida comunitária dentro de princípios anárquicos, negando, portanto, a propriedade individual e o poder a ela vinculado, e desmistificando o conceito de propriedade como necessário ao estímulo da produção” (Mello Neto, 1998, p. 149).

Os primeiros meses desta experiência anarquista logo mostraram “o duro contraste entre a teoria e a prática” (Mello Neto, 1998), por conta da pouca experiência do grupo para o trabalho em uma colônia agrícola. As condições iniciais apresentavam-se precárias por ter sido local abandonado com terra virgem. Como não tiveram qualquer organização social, nem regulamentos, nem chefes, por conta do próprio ideal, as divergências logo apareceram.

Ao final de 1890, Rossi retorna à Itália com a missão de conseguir novos adeptos. Antes de seu retorno, surge o primeiro mau resultado da produção na colônia: a destruição da plantação de milho por animais por conta de uma cerca não concluída (Mello Neto, 1998).

De acordo com o mesmo autor, apenas no início de 1891 é que chegaram os primeiros lavradores, fato que trouxe para a Colônia um novo impulso, porém, pela falta de experiência com a terra por parte dos pioneiros, se criaram desentendimentos no grupo, os agricultores tendiam a querer impor sua vontade.

Por muito tempo, a experiência da colônia sobreviveu por meio de doações ofertadas por sociedades ou pessoas ligadas às idéias socialistas: ferramentas de uso agrícola, livros para a biblioteca da colônia e até mesmo alimentos.

Conforme Mello Neto (1998), em meados de 1891, a colônia recebeu uma população acima de sua capacidade, ultrapassava o número de 200 pessoas causando desconforto pela carência de condições materiais.

Sem o ideólogo, sem o doutrinador, eram esquecidos ou simplesmente afastados os princípios libertários. Alguns grupos tentaram impor-se e decretavam ordens; outros recusavam-se a exercer tarefas simples e rotineiras, porém essenciais (Mello Neto, 1998, p. 153-154).

A existência da Colônia Cecília persistiu ainda por mais três anos, com muitos desistentes da causa, que saíram para “fazer fortuna fora da comunidade” ou por não conseguirem se habituar ao trabalho cansativo da lavoura ou pela insuficiência da alimentação (Rossi *apud* Mello Neto, 1998). O autor registra, ainda, um roubo da caixa social da Colônia, que ficava à disposição de todos.

O fim da Colônia foi em 1894. Para seu precursor, a pobreza foi um dos fatores principais de sua dissolução. Porém, Rossi também acreditava que outro motivo para o término da colônia teria sido o comportamento de seus integrantes, por meio do egoísmo e dos desentendimentos entre as pessoas envolvidas em seu experimento (Mello Neto, 1998).

3. A CRÍTICA MARXISTA

O socialismo utópico sofreu grande crítica por parte de Engels em sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, na qual o próprio Engels designa tal expressão para identificar as idéias dos autores socialistas do século XIX. Como não contemporâneo de tais pensadores, Engels compreende sua “ingenuidade”, até mesmo pelo contexto de industrialização incipiente em que viviam.

Marx vai mais a fundo em sua crítica, quando enfrenta Proudhon e outros anarquistas que participaram da I Internacional. O ponto mais alto da discussão entre Marx e Proudhon refere-se à obra de Marx *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*.

3.1 A crítica de Engels aos Socialistas Utópicos

O Socialismo apresenta-se como continuação mais ou menos desenvolvida e mais conseqüente dos pensadores franceses do século XVIII. Os pensadores franceses tiveram, para Engels, atitude revolucionária para a época, pois criticavam a concepção da natureza, a sociedade e a ordem estatal. Porém, tudo se justificava pela razão.

Mais tarde destacaram-se os chamados socialistas utópicos: Saint-Simon, Fourier e Owen. Para Engels, nenhum deles atuava como representante do proletariado. Pretendiam instaurar o império da razão e da justiça eterna, emancipar toda a humanidade.

Engels parte do princípio que o socialismo moderno, da época, era consequência da percepção dos pensadores com relação aos antagonismos de classe e pela “anarquia que reina a produção”, referindo-se ao processo de distribuição do modo de produção capitalista (Engels, 1980, p. 28). Os socialistas da época questionavam o antagonismo entre ricos e pobres, porém, não atuavam em defesa de uma classe, mas lutavam pela salvação de toda a humanidade.

Para Engels (1980), o problema estava no mundo das idéias. Referindo-se aos socialistas utópicos, o autor constata que o problema se configurava não apenas pelo contexto pouco desenvolvido do modo de produção capitalista em que viviam os autores em referência, mas consistia no teor idealista de suas teorias.

As suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar (Engels, 1980, p. 35).

Para os socialistas utópicos, na visão de Engels, o socialismo era a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça. Engels contesta a inconsistência desta idéia, pois para ele, se a verdade absoluta não está sujeita ao desenvolvimento histórico e seu tempo, “só o acaso pode decidir quando a verdade se revelará” (Engels, 1980, p. 44).

Conforme Engels (1980), é necessário que se entenda o modo de produção capitalista para poder criticá-lo. Como os socialistas utópicos criticavam o modo de produção existente, mas não sabiam explicá-lo, só podiam repudiá-lo como mau. Para Engels, foi a partir da teoria da mais-valia que se pôde explicar o trabalho não pago e a apropriação do trabalho, e assim elucidar o processo da produção capitalista e o processo de produção do capital.

Essas duas grandes descobertas – a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia – nós devemos-las a Karl Marx. Graças a elas, o materialismo converte-se numa ciência, que só nos resta desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações (ENGELS, 1980, p. 54).

Segundo Engels (1980), a concepção materialista da história parte da tese de que a produção e a troca de produtos são a base de toda a ordem social. Desta forma, as causas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas devem ser procuradas na economia da época de que se trata, e não na filosofia.

Consideramos relevante aqui, explicar brevemente a concepção de Marx quanto à sua teoria do valor e de produção de capital.

Para Marx, a circulação de mercadorias é o ponto de partida da produção do capital. A mercadoria aparece com a divisão manufatureira do trabalho e só pode ser considerada mercadoria na medida em que pode ser trocada no mercado por mesma espécie, de mesmo valor.

O valor da mercadoria é gerado pelo dispêndio de trabalho do homem no sentido fisiológico, caracterizando o trabalho igual ou trabalho abstrato. A grandeza de valor do trabalho abstrato, por sua vez, é mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produção da mercadoria, significando o dispêndio de trabalho social necessário para gerar a mercadoria.

No modo de produção capitalista, o trabalhador é expropriado dos meios de produção pelo capitalista, que lhe toma seus meios de trabalho (propriedade, instrumentos de trabalho), restando-lhe apenas sua força de trabalho. O trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, a fim de garantir a sua sobrevivência. Sua força de trabalho torna-se mercadoria, trocada pela mercadoria salário.

O salário aparece como preço do trabalho: determinada quantidade de dinheiro que paga determinada quantidade de trabalho. Mas, se valor é a forma objetiva do trabalho social despendido para produzir uma mercadoria, e o que o trabalhador vende é a força de trabalho, o valor da força de trabalho deve ser mensurado pelo valor necessário para reproduzi-la. “O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários do trabalhador médio” (Marx, 2005, p.591).

Para Marx (2005), dois fatores influenciam no valor da força de trabalho:

- os custos de sua formação, que variam com o modo de produção,
- a diversidade natural: a diferença entre as forças de trabalho de homens, mulheres e crianças.

O emprego dessas diversas forças de trabalho modifica bastante os custos de manutenção da família do trabalhador, permitindo ao capital diminuir o valor da força de trabalho no momento em que emprega toda sua família.

Nesta relação, apesar do salário parecer estar vinculado com a jornada de trabalho, o trabalhador não recebe pelo valor total equivalente à jornada trabalhada. O capitalista paga ao trabalhador o equivalente à utilização dela durante o dia, ou seja, o valor pago refere-se à subsistência do trabalhador durante as 24 horas do dia.

Esse valor, entretanto, equivale a uma quantidade menor de horas trabalhadas – o trabalho necessário para se chegar ao valor pago. O trabalhador passa mais horas que o necessário produzindo valor excedente, denominado mais-valia por Marx.

A extração da mais-valia, responsável pela produção de capital, é possível de duas maneiras: pelo prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz o equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação do capital deste trabalho excedente, que Marx (1983, 2005) chama de mais-valia absoluta, e por meio da mais-valia relativa, que pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em trabalho necessário e trabalho excedente – para prolongar o trabalho excedente encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitam produzir-se mais em menos tempo o equivalente ao salário, possível com o desenvolvimento da

força produtiva do trabalho, ou seja, por meio do desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria, técnico e tecnológico. O trabalho morto da maquinaria se destina a encurtar a parte da jornada de trabalho necessário.

Assim, Engels (1980) conclui que o socialismo anterior ao científico partia da descoberta casual de um ou outro “intelecto genial”. O autor adverte que “os meios necessários para pôr fim aos males descobertos não devem ser tirados da cabeça, mas a cabeça é que tem que descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece” (Engels, 1980, p. 57).

A relação estabelecida no modo capitalista de produção, portanto, consiste no antagonismo entre duas classes – dos proletários e dos capitalistas, e, sendo assim, Engels constata que, como a maioria dos indivíduos são convertidos cada vez mais em proletários, é o próprio modo de produção capitalista que cria a força para a realização da revolução, ou seja, a apropriação dos meios de produção pelos proletários. Porém, para que isso seja possível, é necessário que sejam dadas as condições materiais para sua realização.

A fim de que esse progresso, como todos os progressos sociais, seja viável, não basta ser compreendido pela razão que a existência de classes é incompatível com os ditames da justiça, da igualdade, etc.; não basta a simples vontade de abolir essas classes – mas são necessárias determinadas condições econômicas novas (ENGELS, 1980, p. 73).

O modo capitalista de produção move-se com o antagonismo entre organização da produção na organização e a anarquia da produção no seio da sociedade. Para Fourier, tal fato caracterizava um círculo vicioso. Mas para Engels, o movimento não é circular, mas em espiral, de forma que o círculo vá reduzindo gradualmente até que chegue ao seu fim, ou seja, de forma dialética. Isso significa que é a força da própria anarquia social da produção, que leva cada vez mais indivíduos à condição de proletários, que lhes dará condições de por fim a essa anarquia da produção.

3.2 O Debate entre Marx e Proudhon

O socialismo do final do século XIX foi marcado pelo debate entre comunistas e anarquistas, com destaque para a discussão entre Marx e Proudhon. Além disso, esse debate é relevante na discussão sobre cooperativas e autogestão, pois todo o

entendimento que Proudhon tinha com relação às categorias econômicas como valor, propriedade, crédito, entre outros, influenciava em sua teoria sobre o mutualismo.

Marx era enfático em suas críticas a Proudhon. Inicia sua obra *Miséria da Filosofia* referindo-se a Proudhon como mau economista francês, por ser considerado na França bom filósofo alemão; e mau filósofo alemão por ser, na Alemanha, rotulado como um dos melhores economistas franceses (Marx, 2004). Para Marx, Proudhon está “abaixo dos economistas porque como filósofo que dispõe de uma fórmula mágica pensa que pode deixar de entrar em detalhes puramente econômicos e abaixo dos socialistas porque não tem coragem nem clarividência para erguer-se acima do horizonte intelectual burguês” (Marx, 1984a, p. 329).

Apesar de reconhecer sua primeira obra *Qu'est-ce que la Propriété?* (que teve grande repercussão e fez de Proudhon conhecido como revolucionário) como uma boa produção pela maneira como expôs os fatos, Proudhon é criticado por não especificar a qual propriedade se refere, pois, para Marx, assim como a própria história tratou de exercer sua crítica quando as relações de propriedade da antiguidade foram destruídas pelas feudais e estas pelas burguesas, se a crítica era com base na propriedade burguesa, esta deveria ser feita com uma análise crítica da economia política. Assim, deveria analisar as relações de propriedade como um todo “e não em sua expressão legal, como relações de volição, mas em sua forma real, como relações de produção” (Marx, 1984a, p. 327). A resposta dada por Proudhon ao título do livro é de que “a propriedade é um roubo”. Para Marx, sendo o roubo a violação da propriedade, Proudhon pressupõe em sua resposta a existência da própria propriedade.

Assim como os utópicos, Proudhon buscava uma pretensa ciência a qual seria inventada *a priori* a “solução da questão social”. Entretanto, Proudhon vivera um período mais avançado do capitalismo mundial e, especificamente, o francês, em relação ao período vivido pelos socialistas utópicos. Dessa forma, a crítica de Marx, assim como de Engels, a Proudhon é feita de forma mais contundente do que a realizada aos socialistas utópicos Saint-Simon, Fourier e Owen.

A crítica maior de Marx foi ao livro *Filosofia da Miséria ou Sistema das Contradições Econômicas* em que Proudhon faz uma análise da economia política. De acordo com Marx (1984a), Proudhon tenta mostrar dialeticamente o sistema das categorias econômicas a partir da contradição hegeliana, por meio de uma filosofia especulativa.

Ao invés de conceber as categorias econômicas como expressões teóricas de relações históricas de produção, correspondentes a um dado estágio de

desenvolvimento da produção material, ele as converte de maneira absurda em idéias eternas, preexistentes; e como através de circunlóquios retorna mais uma vez ao ponto de vista da economia burguesa (Marx, 1984a, p. 328).

Em um texto de Proudhon extraído do livro *Confessions d'un Révolutionnaire*, no qual tenta dar uma idéia de seu Sistema de Contradições Econômicas, Proudhon expõe como faz uma “operação” sobre cada uma de suas categorias econômicas

A propriedade é um roubo; a propriedade é uma liberdade: estas duas proposições são igualmente demonstradas e subsistem uma ao lado da outra no *Sistema de Contradições*. Faço a mesma operação sobre cada uma das categorias econômicas, a divisão do trabalho, a concorrência, o Estado, o crédito, a comunidade, etc.; mostrando alternativamente como cada uma destas idéias e, por conseguinte, como as instituições que engendram têm um lado positivo e um lado negativo; como elas dão lugar a uma dupla série de resultados diametralmente opostos: e sempre concludo pela necessidade de um acordo, conciliação ou síntese. A propriedade aparecia então aí, com as outras categorias econômicas, com sua razão de ser e sua razão de não-ser, isto é, como elemento de duas faces do sistema econômico social (Proudhon in Guérin, 1983, p. 28).

Para Marx (2001b), as categorias citadas por Proudhon são, na realidade, relações sociais, cujo conjunto forma o que se chama propriedade, pois fora dessas relações, a propriedade burguesa é apenas uma alusão metafísica ou jurídica.

Assim, Marx entende que essa concepção de desenvolvimentos econômicos de Proudhon se deve ao fato de não compreender o estado social em sua engrenagem. Proudhon vê na história uma determinada série de desenvolvimentos sociais em que os homens, enquanto indivíduos, não sabem o que fazem. Dessa forma, o desenvolvimento da sociedade está desvinculado do desenvolvimento social. Sua hipótese, neste caso, é de que essa relação se dá por meio da manifestação da razão universal.

Ao contrário de Proudhon, Marx (2001b) compreende que os desenvolvimentos econômicos devem ser entendidos a partir dos preceitos de que a sociedade é a ação recíproca dos homens; que os homens não são livres para escolher a forma social; que a forma de comércio e consumo depende do desenvolvimento das forças produtiva; que a sociedade civil é determinada pelo grau de desenvolvimento da produção e que o Estado político é a expressão oficial da Sociedade Civil. Ou seja, os homens não são livres ártros das suas forças produtivas e a história social dos homens nunca é mais do que a história do seu desenvolvimento individual.

Para Marx (1984a), dever-se-ia procurar a fonte da ciência no conhecimento crítico do movimento histórico, que produz ele mesmo as condições materiais da emancipação. Segundo o autor, as formas econômicas são transitórias e históricas: com a aquisição de novas faculdades produtivas, os homens modificam seu modo de produção, e a forma das relações econômicas se alteram conforme a modificação e o crescimento destas faculdades produtivas. No julgamento de Marx, Proudhon não compreende este caráter histórico e transitório das formas de produção de uma determinada época e, por conseguinte, Proudhon recorre a uma ficção para explicar o seu desenvolvimento.

Com relação à noção de valor, Marx (2001, 1984a) considera que Proudhon segue as orientações do economista burguês Ricardo. Mas em sua comparação concebe que Ricardo tem uma interpretação científica com relação a sua teoria do valor, enquanto Proudhon faz uma interpretação utópica da teoria de Ricardo. Segundo Marx (2001), Ricardo parte da sociedade para demonstrar como se constitui o valor. Já Proudhon parte de um valor constituído para estabelecer um novo mundo a partir do valor constituído. Os dois autores consideram que o valor é determinado pelo tempo de trabalho, contudo, se para Ricardo a determinação do valor pelo tempo de trabalho é a lei do valor de troca, para Proudhon essa determinação consiste em uma síntese do valor útil e do valor de troca. Assim, Proudhon concebe que “uma certa quantidade de trabalho equivale ao produto criado por essa mesma quantidade de trabalho” (Marx, 2001, p 46). Dessa forma, Proudhon determina o valor relativo das mercadorias pelo valor do trabalho, e acaba por confundir a medida do tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria pela medida do valor do trabalho, conclui que o salário é o valor do trabalho (Marx, 2001). Para Marx (2001), deve-se considerar que o trabalho, nesse caso, é sempre um trabalho determinado (o trabalho abstrato), “não é nunca o trabalho em geral que se vende ou que se compra”.

Para Marx, nas suas argumentações sobre o “crédito livre” e o “Banco Popular”, Proudhon prova que a base teórica de suas idéias provém da falta de compreensão dos princípios elementares da política burguesa, ou seja, da relação mercadoria-dinheiro.

Marx concorda que o sistema de crédito possa servir para acelerar a emancipação das classes trabalhadoras, assim como já serviu para transferir a riqueza de uma classe para outra.

Mas, considerar o capital que rende juros como a principal forma de capital e querer fazer de uma aplicação especial de crédito, a suposta abolição

dos juro, a base para uma transformação da sociedade é uma fantasia completamente pequeno-burguesa (Marx, 1984a, p. 331).

Diante de todas as críticas, Marx (2001a) qualifica Proudhon como “necessariamente doutrinário”, uma vez que o movimento histórico se resume, para ele, no problema de descobrir o justo equilíbrio entre a forma capitalista de produção e suas conseqüências, porquanto não considera que a forma capitalista de produção é uma forma histórica e transitória.

3.3 Limites de uma Produção “Não-Capitalista”

O que vem sendo considerado como “autogestão” pelas vertentes que estimulam a formação de organizações coletivas de produção, é a forma de produção em que um coletivo de trabalhadores é proprietário dos meios de produção e realiza a gestão, de forma que todos participem das decisões, a denominada gestão democrática.

Por ter a propriedade dos meios de produção, diferencia-se do processo de produção de capital, visto que a propriedade dos meios de produção por um capitalista é condição necessária para o processo de produção capitalista.

Contudo, a principal característica que distingue a natureza da relação social capitalista da natureza da relação social estabelecida em organizações com características autogestionárias é o fato de não existir venda da força de trabalho. Sendo a força de trabalho a única mercadoria capaz de produzir valor além do seu próprio valor, ou seja, de quanto ela vale, na produção autogestionária não existe produção de mais-valia diretamente apropriada por um capitalista¹⁴.

O processo de trabalho também é distinto, pois é processo apenas de formação de valor: a organização com características autogestionárias produz mercadoria para trocar por outra mercadoria, a mercadoria dinheiro.

Apesar da “autogestão” se caracterizar como uma outra natureza de relação social que não a capitalista, por estar inserida no modo de produção capitalista, a produção de capital torna-se determinante e as outras relações acabam subordinadas a

¹⁴ Existe uma polêmica quanto ao processo de extração de mais-valia em organizações autogestionárias, que não vamos nos aprofundar neste estudo. Entretanto, é importante colocar que, embora consideremos que não exista extração direta de mais-valia em organizações onde os trabalhadores administram seu próprio empreendimento, existe um sobretrabalho, ou seja, o trabalho não pago, excedente, que é apropriado pela lógica do capital.

essa relação. Vemos então a importância de entender a relação social estabelecida na produção autogestionária a partir da relação determinante.

No modo de produção capitalista, o trabalhador é expropriado dos meios de produção pelo capitalista, que lhe toma seus meios de trabalho (propriedade, instrumentos), restando-lhe apenas sua força de trabalho. O trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, a fim de garantir a sua sobrevivência. Sua força de trabalho torna-se mercadoria, trocada pela mercadoria salário.

Na relação estabelecida na organização com características autogestionárias, não existe propriedade privada por apenas um capitalista e, por conseguinte, não existe a venda da força de trabalho.

Na forma capitalista de produção, a cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista e o comando do capital converte-se numa exigência para execução do próprio processo de trabalho, em uma verdadeira condição da produção. Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala e a conseqüente elevação da produção, o capitalista transfere a função de supervisão a um trabalhador específico, o gerente, que se torna o representante do capital na administração do empreendimento (Braverman, 1987). Como forma de aumentar o processo de acumulação de capital e conseqüência dos problemas gerados pela ampliação dos trabalhadores na produção, os métodos de controle do trabalho são aperfeiçoados e surge o que Braverman (1987) chama de “gerência científica”, com o intuito de adaptar o trabalho em função das necessidades do capital.

Já na produção autogestionária, a partir do momento que o trabalhador se associa, deixa de ser assalariado e passa a ser responsável pela administração da organização coletiva de produção. Ou seja, o processo de trabalho é organizado pelos próprios trabalhadores, não existe o comando por um gerente ou por um dono.

O valor das mercadorias no capitalismo é definido pelo tempo de trabalho mínimo necessário para a sua produção. Nesse tempo de trabalho, está incluído o tempo de trabalho da mercadoria utilizada como insumo, manufatura, que pertence a outro portador e deve ser trocado pelo seu valor. Isso implica que o valor real do produto depende das despesas.

No modo de produção capitalista, quanto mais as forças produtivas são desenvolvidas a partir do trabalho morto, pela maquinaria e tecnologia, aumenta-se a produtividade e o valor do produto cai. Diminuindo o valor do produto, o valor do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção também cai, ou seja, o tempo do trabalhador. Assim, o tempo do trabalhador está subsumido ao tempo mínimo de

trabalho imposto pela concorrência. “O que determina o valor não é o tempo que se gastou na produção de uma coisa, mas o mínimo de tempo no qual ela é suscetível de ser produzida, e esse mínimo é verificado pela concorrência” (Marx, 2004, p.59)

Luxemburgo (1999) analisa esta forma de organização do trabalho que ela caracteriza como cooperativas de produção, como “uma pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista”. Para a autora, se na economia capitalista é a troca que domina a produção, a completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, se torna uma condição de existência da organização coletiva de produção.

Sendo assim, o trabalhador das organizações coletivas de produção acaba por se “auto-explorar” no momento da produção, pois para conseguir chegar ao valor da mercadoria imposto pela concorrência, é obrigado a trabalhar mais horas, uma vez que dificilmente utilizam tecnologia de ponta. Dessa forma, surge a necessidade de intensificar o trabalho o máximo possível, definir as horas de trabalho conforme a situação do mercado, empregar a força de trabalho conforme a necessidade do mercado ou colocá-la na rua, utilizando os mesmos métodos que permitem uma empresa capitalista concorrer com outra (LUXEMBURGO, 1999).

Para Marx, as cooperativas inseridas dentro do sistema capitalista superam o antagonismo entre capital e trabalho de forma que os trabalhadores acabam por se tornar capitalistas de si próprios, ou seja, utilizam os meios de produção para valorizar o próprio trabalho.

Assim, os operários encontram-se na

necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (Luxemburgo, 1999, p. 81).

As organizações autogestionárias correm o risco, ainda, de tornar pior as condições de trabalho por meio do trabalho intensificado no sentido de se chegar ao valor da mercadoria imposto pela concorrência. A precarização característica das organizações de produção autogestionária é também de caráter específico, já que não está relacionada à exploração da mais-valia pelo capitalista da força de trabalho. Porém, consideramos a precarização nas condições de trabalho e vida existente aos trabalhadores envolvidos de tais organizações relaciona-se com o fato de estarem submetidos às condições impostas pelo capital.

Algumas correntes que defendem a produção autogestionária como forma de melhoria das condições do trabalhador, também acreditam na possibilidade de transformação da ordem capitalista a partir da proliferação destas organizações. Entretanto, como inserida no sistema, na medida em que a relação capitalista se amplia, destrói outras possibilidades de relações de produção.

No *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Marx se refere ao movimento cooperativo, especialmente às fábricas cooperativas, como uma “vitória ilusória” da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Assim, Marx reconhece que as cooperativas têm valor demonstrativo para a classe operária ao provar que a produção pode se dar em outros marcos, que não o capitalista; e demonstra a crença de que o trabalho assalariado tenderia a desaparecer diante do trabalho associado, como uma forma transitória e inferior.

Porém, apesar deste valor, o cooperativismo sempre enfrentará grandes dificuldades se quiser expandir-se a ponto de oferecer risco à produção capitalista hegemônica. Neste texto, Marx mostra que a reação dos proprietários a qualquer tentativa de acabar com seu monopólio econômico, se dá a partir de privilégios políticos. Cabe aqui citar a crítica de Marx quanto à impossibilidade da proliferação do sistema cooperativista dentro do modo de produção capitalista a partir da análise da experiência de Robert Owen:

[...] a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (Marx, 1984b, p. 319).

Podemos entender a impossibilidade material de superação da sociedade capitalista a partir das organizações de produção autogestionária por meio da análise feita por Luxemburgo (1999) sobre as cooperativas de trabalho. Para a autora, a cooperativa de produção só pode assegurar sua existência no seio da economia capitalista tendo um círculo constante de consumidores, por meio da cooperativa de consumo. Dessa maneira, as cooperativas de produção têm de limitar-se a um pequeno mercado local de forma reduzida, e de preferência de produtos alimentícios. Os ramos mais importantes da produção capitalista, estão previamente excluídos das cooperativas de consumo, e portanto, das cooperativas de produção. Assim, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pressupondo-se que

para isso, seja necessária a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca.

Nos limites de sua possível realização, as cooperativas de produção acabam por se reduzir em simples anexos das cooperativas de consumo, reduzindo toda reforma socialista por meio de cooperativas em luta contra o capital comercial, e não contra o capital de produção, e assim como luta contra o pequeno e médio capital comercial, ou seja, “contra pequenos ramos do tronco capitalista” (Luxemburgo, 1999, p. 83). Assim, evidencia-se sua incapacidade de transformar o modo de produção capitalista, se tornando apenas meio de reduzir o lucro capitalista.

Marx faz referência ao cooperativismo em sua *Crítica ao Programa do Partido Operário Alemão*, quando este expõe:

A fim de preparar o caminho para a solução do problema social, o Partido Alemão exige que sejam criadas cooperativas de produção com a ajuda do Estado e sob o controle democrático do povo trabalhador. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção deverão ser criadas em proporções tais que delas surja a organização socialista de todo o trabalho (Programa do Partido Operário Alemão in Marx, 1984c).

Numa clara alusão ao fourierismo, owenismo e proudhoniano, esta proposta do programa recebe dura crítica de Marx primeiro no que se refere à “ajuda do Estado”, ou seja, o Estado deve criar as cooperativas, e não os trabalhadores, o que significa a construção de uma nova sociedade por meio de empréstimos do Governo. Para Marx, as sociedades cooperativas “só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas pelos governos nem pelos burgueses” (1984c, p. 220). Como única solução para a expansão e o desenvolvimento cooperativo, Marx coloca a conquista do poder político (Marx, 1984b).

CAPÍTULO 2 – O DEBATE ATUAL SOBRE A AUTOGESTÃO NAS TESES E DISSERTAÇÕES

Neste capítulo, apresentaremos a tese e as dissertações analisadas a fim de compreender as experiências por elas enfocadas, o marco teórico definido pelos autores e as relações de trabalho estabelecidas nessas experiências.

No total, foram analisadas uma tese e sete dissertações, nas quais encontramos doze experiências, localizadas em diferentes setores da economia e da produção. Como a seleção foi realizada a partir do Banco de Teses da CAPES, e por conta da delimitação do foco do estudo, encontramos nas produções apenas experiências situadas em três Estados: Paraná, Santa Catarina e São Paulo. A dissertação que trata de uma experiência no Rio Grande do Sul não foi encontrada, o que contribuiria para enriquecer mais nosso estudo.

Dentre as experiências estudadas nas produções selecionadas, temos seis no setor da indústria: três de produção de cristais, duas de produção têxtil e uma de calçados; duas no setor agropecuário e três no setor de serviços: uma cooperativa educacional, uma de elaboração de planejamento urbano e rural e uma cooperativa de prestação de serviços em portaria, conservação e jardinagem.

É interessante aqui destacar também, que o porte das organizações pesquisadas nas dissertações e tese também é diferenciado. Dessas experiências, encontramos desde organizações fundadas por cinco associados até grandes cooperativas organizadas com 400 (quatrocentos) trabalhadores. Esse fato permite-nos verificar a diversidade de formas de organizar o trabalho, constatando as peculiaridades que a constituição da autogestão em uma organização de grande porte proporciona com relação a uma organização de pequeno porte, por exemplo.

Outro fator que diversifica nosso objeto de estudo é a forma de constituição dessas experiências, ou seja, suas origens. Verificamos nesse conjunto, organizações que se formaram a partir: de falência de empresas; de incentivo e organização de movimentos sociais, com o apoio de organizações governamentais ou não-governamentais (MST, Incubadoras e Prefeituras) e por motivações pessoais, ou seja, o desejo de instituir uma organização produtiva com princípios diferentes daqueles determinados pela lógica capitalista.

Na primeira seção deste capítulo, apresentamos as dissertações e teses selecionadas, e em seguida descrevemos as experiências nelas estudadas, subdividindo os tópicos de apresentação em:

- Origem das experiências: nessa parte, apresentamos o processo de origem da organização, com o intuito de compreender as propostas e os princípios que fundamentaram a constituição da organização como “organização autogerida”, no sentido de entender a base na qual foi constituída, que fundamentos inspiraram a origem dessas experiências.
- Concepção de autogestão: com o objetivo de conhecer os conceitos de “autogestão” empregados pelos autores das produções selecionadas, apresentamos em cada caso, os autores e as teorias que fundamentaram o entendimento da “autogestão” para o pesquisador da produção analisada.
- Prática da autogestão na experiência: com o fim de apreender como a autogestão se apresenta nessas experiências, esboçamos em cada caso, a forma de organização do trabalho, a divisão do trabalho e outros aspectos que caracterizam o empreendimento como autogestionário.
- Relações de Trabalho x Autogestão: tentamos compreender a partir das práticas adotadas nas experiências, como está sendo instituída a relação entre a concepção e os fundamentos da autogestão em uma organização e as relações de trabalho que estabelecem. Apresentamos, então, como estão sendo compostas as relações de trabalho a partir da constituição de uma forma de organização mais “democrática”¹⁵ de organização do trabalho, com o intuito de observar o que mudou e o que permaneceu com relação à jornada de trabalho, à remuneração dos associados, às condições de trabalho e vida dos envolvidos, entre outros aspectos.

1. TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS

Foram selecionadas uma tese de doutorado e 08 (oito) dissertações de mestrado do “Banco de Teses – Portal CAPES”, após uma minuciosa análise dos resumos contidos no Portal. As dissertações e teses deveriam tratar especificamente do tema “Autogestão”, relatar experiências concretas em organizações de produção e discutir sobre relações de trabalho. Como forma de delimitar ainda mais o objeto de pesquisa, selecionamos apenas as dissertações das áreas de ciências humanas e ciências sociais

¹⁵ Um dos pressupostos da instituição da autogestão em uma organização produtiva, trata-se da gestão democrática do empreendimento, ou seja, da participação de todos os associados nas decisões mais importantes da organização.

aplicadas. De um total de 321 dissertações e teses, definimos, conforme explicitado anteriormente nos procedimentos metodológicos, pela análise dos trabalhos que se encontram em Apêndice C.

Das nove produções selecionadas, como já justificado nos procedimentos metodológicos, uma não foi encontrada na biblioteca da universidade que consta nas informações do Banco de Teses CAPES. Trata-se da dissertação de Henrique Arlindo Franzmann Schuster. Buscamos também seu Curriculum Lattes do CNPq, para possível contato eletrônico, mas também não localizamos.

O quadro a seguir apresenta os títulos da tese e dissertações analisadas, os autores e as respectivas experiências estudadas.

QUADRO 1 – TESE E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

Título	Autor	Experiência analisada
Os fios da esperança? Cooperação, gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores	Marisa Nunes Galvão	Cooperativa Nova Esperança - Cones
Cooperativa educacional multidisciplinar de bauru - ensinativa: uma possibilidade de democratização das relações de trabalho e da gestão	Cynthia Magda F. Ariosi	Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru - Ensinativa
Autogestão e heterogestão-comparando as relações de trabalho em duas organizações do setor têxtil de Santa Catarina	Fernanda Z. M. Corrêa	Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda.
Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridos e a construção sócio-político da economia	Henrique Z. M. Parra	Uniwidia e Coop-Arte
Organizações coletivistas de trabalho: a autogestão nas unidades produtivas	José Ricardo V. de Faria	Cooperunião, Cooperativa 21 e Ambiens
Autogestão – a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial	Mariléia Hillesheim	Coopercristal e Unicristal
Se a coisa é por aí, que autogestão é essa? Um estudo da experiência autogestionária dos trabalhadores da Makerli calçados	Maurício Sardá de Faria	Makerli Calçados
O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social)	Raquel Sizanoski	Cooproserv

Quadro 1: Tese e dissertações analisadas

Fonte: dados primários e secundários

2. O CONTEÚDO DAS DISSERTAÇÕES E TESES

2.1. Cooperativa de Produção Nova Esperança¹⁶

Esta tese enfoca as relações de trabalho numa cooperativa de produção têxtil da Região Metropolitana de Campinas, município de Nova Odessa. Trata-se da análise da Cooperativa Nova Esperança – Cones, que processa atividades no segmento têxtil voltadas aos setores de fiação, retorção, malharia, tecelagem e tinturaria, abrangendo beneficiamento primário, secundário e terciário de fios. (Estatuto Social, p. 01 *apud* Galvão, 2004, p. 64).

A análise da autora priorizou a escolarização, a qualificação dos trabalhadores, as relações de gênero e as relações pedagógicas. Apesar desta tese não tratar diretamente das relações de trabalho, consideramos que as categorias que Galvão analisa, perpassam pelas relações de trabalho no âmbito da produção, principalmente no que se refere à qualificação e às relações de gênero.

Ao indagar em que medida os princípios da cooperação e da autogestão possibilitam relações de trabalho democráticas e solidárias, a autora constatou permanências e continuidades na organização do trabalho, bem como a construção de espaços de mudanças, favorecidos pelo aprendizado cotidiano do cooperativismo e da autogestão, mediado, permanentemente, pelo campo político relevante nessas organizações.

A hipótese da qual Galvão partiu foi a de que as cooperativas são portadoras de grande potencial educativo por estarem implementando uma gestão mais participativa e igualitária, na medida em que possibilitam, e até mesmo exigem, por meio do trabalho autogerido, o exercício cotidiano da negociação, da argumentação, da troca, da solidariedade, enfim, das ações que embasam a democracia.

ORIGEM DA EXPERIÊNCIA

¹⁶ Refere-se à análise da tese de doutorado de Marisa Nunes Galvão, intitulada “Os Fios da Esperança? Cooperação, Gênero e Educação nas Empresas geridas pelos Trabalhadores”, defendida em 2004 no curso de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas.

A Cooperativa Nova Esperança – Cones está localizada em Nova Odessa, região metropolitana de Campinas. A economia dessa região está baseada na produção industrial, predominando a tecelagem, além de fiação e confecção. O contexto em que a cooperativa surgiu refere-se ao início da década de 90, período em que os ajustes macroeconômicos promoveram a eliminação de postos de trabalho na região a partir do fechamento de empresas. Assim foi com a empresa S/A Têxtil Nova Odessa, antigo nome da empresa da qual se originou a Cooperativa Nova Esperança – Cones.

De acordo com a autora, a empresa S/A Têxtil ameaçou fechar suas portas no ano de 1998, levando os trabalhadores da empresa à mobilização para a manutenção de seus postos de trabalho. Nesse processo, procuraram o apoio do Sindicato dos Mestres e Contramestres, Sub-sede de Americana, que encaminhou um dirigente para assessorá-los. Este dirigente propôs a participação conjunta da organização Ação, Trabalho e Capital (ATC) ¹⁷.

Ambos propuseram a criação de uma cooperativa como saída que, conforme Galvão, interessaria tanto aos patrões, quanto aos trabalhadores desempregados, visto que, do ponto de vista legal, o fechamento da empresa não poderia ser efetivado em função das dívidas adquiridas anteriormente.

Conforme exposto por Galvão (2004), a empresa cessou as atividades da Sociedade Anônima sem deixar de existir juridicamente, permanecendo com algumas pessoas cuidando de sua contabilidade. As dívidas eram trabalhistas, bancárias, fiscais e de fornecedores que ultrapassavam o valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), e o patrimônio da empresa girava em torno de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Não houve falência por implicar disponibilização de bens particulares.

Como a idéia de fundar uma cooperativa não havia sido levantada nem pelos trabalhadores nem pela empresa, e na medida em que a consultoria indicada mantinha, paralelamente, um estreito relacionamento com os empresários, a autora supõe um duplo papel político por parte do assessor, bem como o interesse da empresa na fundação da cooperativa, como estratégia de saída de uma grave crise.

Para Galvão, “as cooperativas constituem também em estratégias, não só dos trabalhadores, mas dos empresários interessados em flexibilizar as relações de trabalho. Neste caso, ao que tudo indica, a estratégia não era flexibilizar, e sim, delegar aos operários, uma tarefa que não conseguiram realizar: equacionar a crise financeira” (2004, p. 54).

¹⁷ De acordo com informação da autora, esta organização foi fundada por ex-dirigentes da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG.

Conforme a autora, a cooperativa encaminhou pedido de falência da empresa, mas foi recusado. Galvão supõe também que, ao concordar com a idéia de formação da cooperativa, os proprietários já tinham a intenção de colocar em prática esta estratégia, qual seja, manter o registro da empresa aberto, livrar-se das dívidas ou ganhar tempo para regularizá-las, tendo garantidos os rendimentos oriundos do arrendamento, pago em produto, que estão sendo utilizados para quitar dívidas com fornecedores. Para os trabalhadores uma alternativa ao desemprego, para os proprietários uma estratégia de saída da crise.

Assim, conforme descrito na tese analisada, para viabilização do projeto cooperativo foi firmado com a antiga empresa um contrato de arrendamento, que autorizava a Nova Esperança a utilizar prédios, instalações e equipamentos da mesma. A cooperativa possui duas unidades produtivas, sendo a primeira mais antiga, em funcionamento desde 1947, que não se encontra em boas condições físicas e a segunda mais nova e moderna, em funcionamento desde 1987, com instalações em melhores condições, mas com equipamentos e máquinas igualmente obsoletos. Segundo a autora, a cooperativa não realiza a manutenção e os reparos necessários por limitações financeiras.

Quanto aos meios de produção, a autora alega que se encontram obsoletos por terem sido herdados da antiga empresa, fato que demanda alto custo de manutenção. Além disso, alguns equipamentos não atendem mais às necessidades da produção.

Essa situação de formação da cooperativa, segundo Galvão, teve como consequência alguns prejuízos aos trabalhadores. A assessoria contratada, como já descrito, levava em consideração os interesses da empresa anterior em maior grau que o interesse dos trabalhadores. Dessa forma, os trabalhadores na época da análise de Galvão, ainda estavam lutando por seus direitos trabalhistas, enquanto continuavam a produção na empresa pagando pela alocação dos meios de produção.

A autora relata que houve insatisfação dos trabalhadores quanto à assessoria contratada, pois perceberam os prejuízos estabelecidos pela mesma, visto que, de acordo com os trabalhadores entrevistados por Galvão, “a consultoria não atendeu às reais necessidades da cooperativa, não apresentou caminhos para solucionar os muitos problemas que surgiam e não demonstrou a devida competência técnica” (2004, p. 59). Além disso, gerou desconfiança por parte dos cooperados, especialmente pela forma como conduziu este processo, pois decidiu questões importantes sem a participação do coletivo das lideranças.

Por essa insatisfação, a cooperativa rompeu com a assessoria da ATC, e filiou-se algum tempo depois à União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo - UNISOL Cooperativas.

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

A autora se utiliza do referencial teórico da vertente da economia solidária como base de sua análise da experiência. Para ela, o conceito de economia solidária refere-se essencialmente às iniciativas que apresentem as características de solidariedade entre os membros do grupo; prática coletivista; não assalariamento, ancoradas ainda pelo exercício da autogestão, compreendida enquanto organização e gestão da produção que assegure canais democráticos para as decisões coletivas (Albuquerque, 2003 *apud* Galvão, 2004).

A autora reconhece o caráter contraditório da autogestão e suas limitações como organização da produção diferenciada da capitalista a partir de uma citação de Lúcia Bruno em que diz que “historicamente a prática da autogestão, seja no espaço social ou fabril, coloca para os trabalhadores um desafio que permanece na atualidade: fazer prevalecer as relações de igualdade ou reproduzir a disciplina e a hierarquia próprias da organização capitalista” (Bruno, 1983 *apud* Galvão, 2004, p. 2).

Para Galvão, a autogestão contempla:

- uma dimensão social, pois possibilita ações e resultados que favorecem grupos e indivíduos;
- uma dimensão econômica, visto que constrói relações sociais de produção nas quais o trabalho ocupa posição diferenciada e prioritária em relação ao capital;
- uma dimensão política, na qual valores e princípios do sistema de representação favorecem decisões construídas coletivamente, possibilitando o equilíbrio do poder bem como o respeito às diferenças e
- uma dimensão técnica, que favorece outras formas de organização e divisão do trabalho.

A autora utiliza o conceito de Motta, que se fundamenta nas idéias de Proudhon, entendendo que a autogestão pressupõe que a política se torne o governo do próprio povo, desaparecendo a apropriação econômica e política próprias do sistema burocrático. (Motta, 1981 *apud* Galvão, 2004). Focalizando o conceito no âmbito dos

processos de trabalho, cita Corraggio (2000 *apud* Galvão, 2004), que afirma que esta forma de organização tem crescido como uma alternativa ao trabalho assalariado, ao assumir duas formas, tanto como processo de produção de bens e serviços úteis: a produção de valores-de-uso; quanto processo de valorização do trabalho por meio da produção cooperativa para intercâmbio direto ou no mercado, produção de valores-de-troca. Acrescenta que nos momentos de crise econômica, estas duas formas são retomadas podendo, por um lado, representar apenas um refúgio temporário à exclusão, por outro, podem representar um novo “estilo de vida”¹⁸, sustentado pela solidariedade, com grande potencial de “comunicação global”¹⁹, capazes de melhorar significativamente as condições de vida dos trabalhadores.

Nesta perspectiva, a autora entende que a autogestão que está sendo efetivada em cooperativas, como na Cones, está circunscrita à tentativa dos trabalhadores de manter postos de trabalho para controle dos meios de produção e da autonomia do processo de decisão.

Assim, Galvão orienta que

autogerir uma empresa, implica construir novas relações sociais, mais igualitárias, num ambiente tensionado fortemente pelo mercado e pela lógica do capital; no entanto, existe um significativo grau de autonomia no âmbito das relações internas, que confere aos cooperados e cooperadas uma organização do trabalho mais democrática (2004, p. 136).

Com relação ao debate sobre o “novo cooperativismo”²⁰, a autora compreende que a polêmica mais recorrente com relação à temática, questiona o potencial transformador desses movimentos para superar o modo de produção capitalista. Contudo, esta autora defende que a superação do capitalismo exige mudanças nas esferas política, econômica, social, cultural e ambiental, e, para a viabilização destas mudanças, as organizações econômico-solidárias são de fundamental importância, por serem portadoras de princípios e valores opostos aos do capitalismo.

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NA EXPERIÊNCIA

¹⁸ A autora não define o que entende por “estilo de vida”. Consideramos que a autora se refere às condições de vida dos trabalhadores, porém, com significado muito vago.

¹⁹ A autora também não esclarece o que entende por comunicação global. Neste caso, nos fica a dúvida.

²⁰ O “novo cooperativismo” é uma das expressões utilizadas para caracterizar o cooperativismo que começou a ser incentivado a partir da década de 90, em contraposição ao cooperativismo tradicional. Um dos objetivos do “novo cooperativismo” ou “cooperativismo popular” seria o de “construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores” (CONCRAB *apud* Dal Ri e Vieitez, 1999). De acordo com Parra (2002), esse termo é utilizado, principalmente, pelo movimento sindical que apóia essas experiências.

A autora relata que os novos cooperados assumiram, de maneira geral, os mesmos postos que tinham na antiga empresa. Foram mantidas também, a estrutura e a organização do trabalho, porém com menor número de trabalhadores.

Quanto ao ingresso do cooperado na organização, é necessário que se faça uma proposta formal por escrito ao Conselho Administrativo. Os principais critérios utilizados para a entrada na cooperativa são qualificação técnica e experiência profissional. Caso a proposta seja aceita, o interessado ingressa provisoriamente, por um período de experiência de três meses, para após esse período ser efetuada uma avaliação pelo setor em que será alocado e enfim aprovação ou não pelo Conselho Administrativo. Para esta avaliação são considerados, além do desempenho técnico-profissional, a disposição de se incorporar às normas cooperativistas, além de demonstrar certa “adaptabilidade” às relações político-pessoais estabelecidas no setor em que será alocado.

Segundo a autora, a divisão das tarefas, a partir da criação da Nova Esperança não apresenta muitas modificações. Mantida a base tecnológica, as tarefas executadas também permaneceram.

A estrutura administrativa da cooperativa é composta por um Conselho de Administração formado por 20 (vinte) cooperados eleitos em Assembléia Geral, e constitui-se como instância que cotidianamente dirige a cooperativa; um Conselho Fiscal ao qual compete a fiscalização da administração da cooperativa, composto por três membros e três suplentes também eleitos em Assembléia; e para auxiliar os trabalhos dos Conselhos existem Comitês Especiais: Comitê de Ética e Disciplina, Comitê de Segurança e Comitê de Produção e Qualidade. Cada Comitê é composto de três membros do Conselho Administrativo e mais três cooperados que o Conselho Administrativo indica. De acordo com a autora, os membros do Conselho Administrativo são os cooperados mais qualificados, assegurando, para a autora, melhor atuação na administração da cooperativa.

Com relação à gestão do empreendimento, a autora coloca que nas assembleias gerais os mais instruídos acabam por determinar algumas decisões, por deter mais conhecimentos. Para ela, delegar aos colegas com maior escolaridade, maior poder de oratória, maior capacidade de liderança a responsabilidade pelas decisões, é uma característica que acompanha as relações entre estes trabalhadores até os dias de hoje.

No que se refere à qualificação dos trabalhadores, a autora coloca que esta foi adquirida ao longo do trabalho assalariado, e lhes possibilitou assumir a gestão e a

produção da empresa. Entretanto, foi indicada como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento da cooperativa, uma vez que, autogerir significa conhecer todas as etapas do processo de trabalho, os princípios da autogestão e do cooperativismo, bagagem incomum dentre trabalhadores assalariados.

A partir dessa organização administrativa da Cones, a autora observa muitas “permanências” em relação à antiga empresa, sendo elas: a mesma estrutura piramidal, tendo na administração a valorização do trabalho intelectual e na produção a exclusividade do trabalho manual; a mesma estrutura tecnológica, a mesma organização do trabalho. Jornada, horários e turnos também foram mantidos, ancorados na racionalidade produtiva. Prevalece o interesse na otimização da produtividade, uma vez que reflete diretamente nos valores das retiradas ao mesmo tempo que garante condições de competitividade no mercado.

A autora observa resistências, principalmente no que se refere à cultura hierárquica e burocratizada. Ao mesmo tempo que reconhecem que na cooperativa as relações de trabalho devam ser democratizadas, defendem a manutenção da autoridade exercida pelos cooperados nas funções superiores, especialmente a de líderes.

Conquanto reconheça as resistências e permanências, a autora releva que o fato da gestão passar às mãos dos trabalhadores, significou uma possibilidade concreta de colocar em prática os princípios da autogestão, rompendo, mesmo que gradualmente, com o modelo clássico da heterogestão e, sobretudo, abrindo caminho para a formação de uma “cultura produtiva solidária”.

Galvão entende que essa cultura do trabalho, experimentada por muitos trabalhadores que hoje são cooperados, exige um outro aprendizado, visto que precisam se adaptar à nova lógica, diferente do trabalho mensal, celetista, heterogerido, comandado por um patrão.

Nesse sentido, a autora considera que os trabalhadores, ao assumirem o controle de uma empresa por meio de um projeto cooperativo e autogestionário, uma das primeiras medidas deve ser reduzir ao máximo os mecanismos de controle, fato que considera ter sido constatado na Cones, por desde o início ter abolido o cartão de ponto²¹.

Para Galvão, existe, mesmo que incipiente, um sentimento de autonomia que atinge, de forma diferenciada, todos os trabalhadores, que os faz acompanhar com

²¹ Cabe aqui ressaltar que a simples abolição do cartão ponto não implica eliminação do controle numa organização. Consideramos que existem formas muito mais coercitivas de controle, que em alguns casos, inclui até mesmo a participação do trabalhador, como é o caso da administração com base no modelo “toyotista”.

maior atenção o produto de seu próprio trabalho. A autora entende que a organização do trabalho na cooperativa proporciona um ambiente com maior liberdade de atuação aos cooperados, pelo fato de transitarem por vários setores de trabalho, pois favorece a ampliação do aprendizado relativo às especificidades das diferentes funções e setores; à capacidade de análise, ao poder de decisão, produzindo ainda, maior comprometimento, favorecido em grande medida pela oportunidade de exercer a autogestão.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

Para a autora, o diferencial da relação social estabelecida na cooperativa estudada refere-se à questão da educação, pois entende que “a educação é especialmente relevante, porque é entendida como requisito essencial para a elaboração e execução de um projeto alternativo de relações de trabalho e de produção” (Galvão, 2004, p. 5).

Nesta perspectiva, Galvão alerta que não é possível separar a educação humanística²² da educação para os negócios, pois

dada a disposição dos trabalhadores em empreender um conjunto de ações que objetivam a construção de laços solidários e cooperativos para a instalação de um autogoverno, ou ainda para a reelaboração de um projeto humanístico, fica evidenciada a importância da elaboração de novas propostas de educação formal e política que possibilitem a formação de uma nova cultura do trabalho (Nakano, 1997 *apud* Galvão, 2004, p. 5).

A autora aponta como dificuldade da cooperativa o fato dos trabalhadores terem assumido o compromisso de arrendamento da empresa, não só pelo valor estabelecido para o aluguel, mas, sobretudo, pelo fato de ser um valor progressivo, ou seja, reajustado mês a mês. Para preparação deste contrato, foi elaborada uma tabela com valores progressivos de aluguel, cujo valor máximo foi alcançado no final de 2001,

²² “A concepção de educação que tende a nortear as cooperativas autogestionárias, e que está sendo indicada pela Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG, é da formação do homem integral, do cidadão trabalhador, levando em conta várias dimensões: a necessidade da educação escolarizada ou formal; da educação voltada ao saber técnico ou formação profissional; da educação política, voltada à sua atuação dentro e fora do ambiente de trabalho. Considera, desta forma, que educação formal e educação política não estão separadas, na medida em que, qualquer proposta educacional traz implicitamente, uma posição política” (Galvão, 2004, p. 5).

depois deste período, permanece um valor médio fixo, considerado ainda muito alto, apesar de estável.

Quanto às condições de trabalho, a autora relata que no setor de operação de máquinas de fiação, as tarefas são realizadas em pé e há necessidade de alguém acompanhar, atento, o ritmo da máquina, com os trabalhadores interferindo em momentos necessários.

Além desse trabalho, é feito o transporte dos carrinhos de maçarocas, pelos homens e a limpeza do local, realizada predominantemente pelas mulheres, obedecendo-se a uma divisão do trabalho, ancorada nas habilidades femininas. Nessa fase do processamento o chão fica repleto de pedaços de fio e partículas de algodão, exigindo que a limpeza seja feita com freqüência. Permanece nesse local o barulho das máquinas.

Com relação ao horário de trabalho, a autora observa que permaneceram os mesmos turnos realizados pela antiga empresa, sendo o primeiro das 05:00 às 12:00, o segundo das 12:00 às 18:00 e o terceiro das 21:30 às 05:00.

A autora analisa que o estabelecimento de turnos seja uma prática característica da racionalidade capitalista, criticada por Marx²³: “O prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite a dentro, serve apenas de paliativo para apaziguar a sede vampiresca do capital pelo sangue vivificante do trabalho” (Marx, 1975 *apud* Galvão, 2004).

Entretanto, considera que duas observações se fazem necessárias: a primeira que se refere à lógica produtiva mantida na cooperativa que obedece aos padrões exigidos pelo mercado, colocando portanto, metas de produtividade; e a segunda que diz respeito à necessidade do empreendimento manter, ou até mesmo elevar esta produtividade, garantindo assim, a manutenção ou o aumento dos valores das retiradas. Com isto, a autora conclui que a autonomia de gestão característica das cooperativas permite aos trabalhadores aumentar ou diminuir o trabalho, tendo em vista não somente os interesses mercantis, mas também, seus próprios interesses.

No que concerne à remuneração, Galvão relata que os cooperados se dispuseram a doar os primeiros 30 dias de trabalho para a cooperativa, na tentativa de assegurar algum capital de giro. Esta estratégia inicial foi regulamentada e todos os

²³ Consideramos interessante observar que a autora referencia Marx no sentido de criticar a racionalidade capitalista sem, contudo, fazer uma análise da organização que leva em conta as críticas de Marx com relação às cooperativas, pelo contrário, concebe as experiências sem considerar os aspectos políticos, práticos e concretos de sua realização.

novos admitidos doam os primeiros 30 dias de trabalho. Aqueles que eventualmente não permanecem, recebem de volta o valor correspondente.

Os valores relativos às retiradas mensais dos sócios estão definidos, tendo como base as faixas salariais praticadas na antiga empresa. Segundo a autora, se comparado ao piso do setor têxtil de R\$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais), verifica-se que a retirada mais baixa está acima deste valor, que é de R\$ 683,84 (seiscentos e oitenta e três reais, oitenta e quatro centavos). A progressividade de valores verificada entre cada faixa, corresponde, de acordo com Galvão, aos critérios de qualificação técnica, experiência na função, responsabilidade exigida na execução das tarefas e grau de risco, sendo o valor mais alto de R\$2.083,84 (dois mil e oitenta e três reais, oitenta e quatro centavos).

Galvão relata que essa hierarquização de valores foi justificada pelos cooperados da administração, uma vez que defendem a valorização do trabalho dito intelectual, mais qualificado e que, portanto, deve ser melhor remunerado, como predominante na forma capitalista de organização do trabalho.

Foram realizadas oito contratações de trabalhadores com base na CLT na cooperativa estudada por Galvão. Conforme exposto pela autora, os cooperados alegam não ser possível aumentar o número de cooperados, ou seja, transformar esses trabalhadores celetistas em cooperados, visto que não é possível demiti-lo caso seja necessário²⁴.

Quanto à política de remuneração do trabalho, a autora observa avanços se comparada aos salários praticados no setor têxtil. Também no tocante às diferenças entre as faixas salariais, observa-se que são menores, diminuindo a distância entre o maior e o menor salário. Entretanto, as mulheres permanecem recebendo os valores mais baixos, como historicamente verificado no mercado de trabalho de modo geral.

Para a autora, as contratações assalariadas realizadas constituem em degeneração, sendo que, para ela, tal fato acaba por refletir em uma falta de compromisso dos cooperados com o princípio da igualdade.

Conforme constatado pela autora, é na política de remuneração que se instala o maior conflito político, sintetizado na contradição entre o compromisso de igualdade e a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Apesar desses percalços, a autora avalia que a cooperativa tenha alcançado, desde o início, resultados suficientes para manter ou até mesmo “elevar suas condições

²⁴ Essa condição de contratação, além de descaracterizar o caráter autogestionário da empresa, ainda remete a uma condição de compra de força de trabalho, caracterizando uma natureza de relação social especificamente capitalista.

de vida”, mas não especifica o que entende como condição de vida, muito menos de que forma é elevada.

Para ela, a inversão da gestão empresarial totalmente orientada para obtenção do lucro, tem sido uma característica recorrente nas empresas geridas pelos trabalhadores, que priorizam a remuneração dos associados.

Os problemas enfrentados pela Cones desde sua criação se agravaram sobremaneira no período inicial da gestão cooperativa, pelo fato de não ter havido falência, aliado à falta de informação, colocando para os novos gestores um problema jurídico de graves conseqüências, denominado “sucessão”.

Conforme descrito por Galvão, dadas as circunstâncias em que foi fundada a cooperativa, situação em que não houve transferência de patrimônio, e sim de gestão, existe a possibilidade jurídica da nova organização ser considerada “sucessora” da antiga empresa, significando em termos práticos, responsabilidade da atual administração com relação aos atos realizados pelos antigos diretores. A cooperativa, então foi acionada judicialmente para que efetuasse o pagamento de dívidas trabalhistas da Têxtil.

No entendimento de Galvão (2004, p. 136),

as relações de trabalho, mediadas pelas relações políticas, possibilitam a construção individual e coletiva de outros saberes, técnicos e políticos, que estão sendo socializados de forma mais intensa, dado o maior grau de liberdade de atuação dos trabalhadores. É bem verdade que este aprendizado pode caminhar tanto no sentido da afirmação da solidariedade, quanto na reafirmação dos valores capitalistas. Entretanto, sem a oportunidade de vivenciar relações de trabalho por vontade própria, apropriando-se do produto do seu trabalho, não haveria escolha.

Assim, concebe a educação como fundamental nesse processo de constituição da autogestão.

2.2 Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru - Ensino²⁵

Esta dissertação aborda as relações de trabalho na Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensino, constituída por profissionais da educação e áreas afins. A experiência em questão trata da organização de um grupo que mantinha uma escola de educação infantil, na qual os profissionais eram, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores, e, conforme a autora, havia a tendência em administrar o empreendimento segundo uma concepção autogestionária.

Diante deste contexto, a autora buscou verificar se as relações internas de trabalho foram constituídas de forma mais democrática e se as estruturas de poder hierarquizadas se modificaram.

A dissertação discute as questões da democracia e de poder no interior de uma cooperativa de profissionais da educação. A problemática do trabalho volta-se para a investigação da possibilidade de instauração de relações de trabalho mais democráticas no interior de uma cooperativa educacional.

A autora, partindo do princípio de que a organização de trabalho neste caso é diferenciada, questiona: como se dão as relações entre os cooperados no ambiente de trabalho, uma vez que são, ao mesmo tempo, trabalhadores e gestores do empreendimento? Como trabalhadores, que têm uma tradição ausente de prática democrática e de trabalho coletivo, podem assumir um empreendimento com tais características, trabalhando e administrando coletivamente a cooperativa?

ORIGEM DA EXPERIÊNCIA

Conforme expõe Ariosi (2004), a Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensino surgiu a partir da iniciativa de duas professoras insatisfeitas com as condições de trabalho na Educação.

O contexto que levou à formação da cooperativa era relacionado ao fato de existirem muitos professores formados pelas cinco instituições de Ensino Superior que

²⁵ Refere-se à análise da dissertação de mestrado de Cinthia Magda Fernandes Ariosi, intitulada “Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru - Ensino: Uma Possibilidade de Democratização das Relações de Trabalho e da Gestão”, defendida em 2004 pelo curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em Marília.

oferecem curso de formação de professores em nível superior. Os recém-formados praticamente não conseguiam emprego, caso não se sujeitassem aos estágios voluntários. Assim, havia um número grande de professores sem emprego e os salários sendo cada vez mais minimizados. Nas escolas privadas, em que o lucro é que determina as ações educacionais, os professores vivem a pressão da possibilidade de demissão, caso um pai de aluno faça alguma reclamação, pois a escola segue a visão empresarial de que o *cliente tem sempre razão*. Conforme relatado por Ariosi (2004), no ensino público municipal, que abrange a educação infantil e parte do ensino fundamental, os professores precisam lidar com a falta de condições materiais de trabalho, pois a prefeitura oferece somente o prédio, os profissionais e o mobiliário, que em algumas situações são insuficientes ou inadequados.

Aliado ao exposto, conforme Ariosi (2004), o Sindicato dos Professores de Escolas Particulares (Sinpro) não tem uma atuação significativa em defesa dos interesses dos professores, aceitando alguns acordos com os proprietários de escolas que diminuem os benefícios trabalhistas em nome da manutenção do emprego.

Assim, em dezembro de 1999, as professoras insatisfeitas com o contexto em questão, resolveram organizar uma Cooperativa de Profissionais da Educação em Bauru. O objetivo desses profissionais era desenvolver um trabalho voltado para a área educacional na cidade de Bauru, atendendo aos princípios de uma educação integral, de qualidade e para formar cidadãos. A cooperativa atua, principalmente, na manutenção de uma escola de ensino regular iniciada a partir do Berçário com possibilidade de atingir o ensino superior, estendendo sua área de atuação à realização de cursos de formação de profissionais da educação e áreas afins. E, neste processo, garantir aos profissionais cooperados o exercício da sua atividade profissional dentro de um ambiente diferenciado, com uma organização do trabalho mais democrática e eqüitativa.

Nesta perspectiva, o profissional que desejasse aderir ao projeto da Cooperativa deveria apresentar o seguinte perfil: ser uma pessoa com formação na área educacional ou em áreas afins; ter disposição para se envolver nas questões educacionais mais atuais e para comprometer-se com a gestão da cooperativa; participar do grupo acolhendo as opiniões dos outros componentes e expressando suas sugestões, sempre com uma visão de conjunto; e possuir disponibilidade para investir financeiramente na Cooperativa, sem previsão de ganhos.

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

De acordo com a autora, o Cooperativismo Educacional era inicialmente formado por pais de alunos. Atualmente, são encontradas também cooperativas formadas por profissionais que buscam livrar-se do trabalho assalariado e forjar relações de trabalho internas mais democráticas.

Para ela, as cooperativas autogestionárias trabalham com o princípio da gestão democrática, entendido, neste momento, como um processo de administração de autogestão ou autogoverno. Segundo a autora, a cooperativa é gerida com a autonomia do coletivo, mas que exige a autonomia individual de cada trabalhador cooperado.

Conforme Ariosi (2004), o objetivo das cooperativas educacionais formadas por pais é de oportunizar a formação das crianças a um custo mais justo e acessível aos pais, com garantia de qualidade. No caso das cooperativas educacionais formadas por profissionais da educação, o principal anseio coletivo é procurar estabelecer outras relações de trabalho, que não o assalariamento, buscando livrar-se das estruturas básicas do capitalismo que são a dominação e a exploração. Porém, a autora lembra que tanto a escola, como os profissionais por ela formados estão impregnados da ideologia capitalista.

A autora aborda o cooperativismo autogestionário, considerando que o movimento cooperativista traz como um de seus princípios a gestão democrática. No entanto, para a autora, uma cooperativa autogestionária busca mais que a gestão democrática, visa a construção de um espaço coletivo para tomada de decisões, considerando que este é um processo ainda incipiente e em fase inicial na cooperativa estudada.

Ariosi (2004) reconhece os desafios para a organização cooperativa na atualidade, pois, embora ela seja uma proposta de organização do trabalho diferenciada, está inserida em uma economia baseada no livre mercado, na alta competitividade e na busca desenfreada pelo lucro, pela acumulação. Assim, a autora enfatiza que a cooperativa precisa encontrar uma maneira de manter-se no mercado, sem perder sua proposta de mais equidade entre os cooperados, consolidando-se como uma empresa igualitária, dentro de um cenário de profundas desigualdades.

Outra questão apontada pela autora é a manutenção da organização cooperativa no mercado é a cultura democrática, ou seja, como garantir a gestão da empresa pelos próprios trabalhadores, com base nos princípios da democracia, se estes

vêm de realidades totalmente antidemocráticas ou com poucas oportunidades de práticas democráticas.

Como forma de buscar resposta aos problemas apresentados, a autora apóia-se em teorias que considera ter uma visão crítica perante a organização econômica atual. Os autores em que se baseia, segundo a autora, contribuem com teorias que dão suporte a tentativas de mostrar alternativas ao sistema hegemônico, explorador dos trabalhadores e que visa à acumulação de capital, através da competitividade exacerbada da individualidade.

Os principais autores utilizados por Ariosi são Perús, Candido Vieitez, Neusa Maria Dal Ri e Gustavo Gutierrez.

Para conceituar o termo “autogestão”, Ariosi utiliza o autor Perús (1998), que indica Proudhon como um dos ideários da autogestão. Para este autor, embora não tenha usado o termo “autogestão”, Proudhon utilizou em seus escritos o conteúdo essencial do termo, classificando vários grupos como conjunto social de grupos autônomos, configurando uma sociedade autogestionária, aquela que é organicamente autônoma, constituída de várias autonomias individuais compondo a autonomia do grupo que se auto-administra.

Assim, Perús conceitua autogestão como a

forma de gestão de empresa, que privilegia o fator trabalho sobre o capital, apropriado ao trabalhador o produto de seu trabalho e garantindo a participação democrática. Os elementos constitutivos neste conceito são: a – A propriedade é social e comum a todos; b – O capital é coletivo; c – A organização interna é democrática; d – A renda gerada é redistribuída na proporção do trabalho. Há elementos suficientes para caracterizar a autogestão cooperativa: - trata-se de uma forma de gestão nas cooperativas e no sistema cooperativista onde o fator trabalho prepondera sobre o capital coletivo, tanto como poder de decisão, quando como critério de distribuição do seu produto (Péius, 1992 *apud* Ariosi, 2004).

A autora considera a empresa autogestionária distinta da empresa capitalista pela forma como são controladas, sendo que a primeira é controlada pelo trabalho (autogestionário) e a segunda, pelo capital (capitalista).

Para ela, empresas autogestionárias, conforme definição de Vieitez e Dal Ri, são empresas de propriedade coletiva e nelas os proprietários também são trabalhadores, não existindo a figura do investidor capitalista. As cotas-partes têm seus valores definidos pelos próprios trabalhadores e cada associado passa a possuir uma quantidade de cotas-partes, que é limitada por lei para que nenhum associado detenha o controle sobre a empresa.

Reconhece que embora busquem consolidar-se como uma alternativa de organização ao trabalho capitalista, as empresas autogeridas estão presentes dentro do sistema de produção capitalista. Assim, percebe que o seu funcionamento é determinado pelas leis de valorização do capital. Considera, porém, que as empresas autogestionárias têm que se adequar às determinações do mercado, neste sentido a organização da produção é profundamente afetada, pois as empresas precisam manter-se competitivas.

Numa visão idealista, considera que pensar em uma empresa cooperativa autogestionária significa falar em “novas formas de organização da força de trabalho supõem a desconstrução dos antigos pactos sóciopolíticos que diferenciavam e regulavam os atores sociais no processo de trabalho” (Albuquerque *apud* Ariosi, 2004, p. 83).

Albuquerque (1995 *apud* Ariosi, 2004) alerta para o fato de que a atividade autogestionária não pode ser concebida simplesmente como um instrumento coletivo de gestão de uma empresa associativa a serviço de projetos individuais, mas deve ser encarada como um novo e salvador modelo de gerenciamento. O autor propõe uma revisão e ruptura com os pactos sociais de subalternidade, estatutária, assistencialista, paternalista existente na empresa capitalista.

Para a autora, a autogestão, além de criar um ambiente de amizade e confiança, cria novas relações tendo o trabalhador como centro e não o capital, isso cria novas configurações das relações de trabalho .

De acordo com Ariosi (2004), as cooperativas contribuem para a humanização da economia, na medida em que seu objetivo principal é o bem estar do homem, a satisfação de suas necessidades econômicas, neste sentido, nessas organizações o homem deixa de ser instrumento da atividade econômica.

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NA EXPERIÊNCIA

A Escola de Educação Infantil Ensino é a principal atividade mantida e desenvolvida pela cooperativa. Atende crianças de quatro meses a sete anos de idade, organizadas do berçário ao pré-primário.

A direção da Escola de Educação Infantil Ensino é realizada por um cooperado escolhido em Assembléia, com mandato de dois anos, que pode ser

prorrogado, quantas vezes o grupo considerar interessante para o bom andamento das atividades da escola.

A Escola também é administrada por um Conselho Pedagógico constituído de um Diretor, Assistente de Direção, Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional, a quem compete todas as decisões na área educacional.

A Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru tem uma estrutura composta de quadro social, administrativo e funcional, que compreende as instâncias próprias de uma cooperativa e as instituições específicas da Escola Ensinativa.

O quadro social é composto por todos os associados da Cooperativa. As Assembléias Gerais são os espaços de reunião de todo quadro social e o órgão máximo de decisão da Cooperativa.

A Assembléia Geral tem a competência de destituir os órgãos de administração e/ou fiscalização, assim como seus membros individualmente. Cada cooperado tem direito apenas a um voto, independente do número de cotas que integralizou e, ainda, não é permitida a representação por meio de mandatários.

Segundo a autora, nas assembléias quase todos os cooperados estão presentes e podem tomar conhecimento das conquistas e dos problemas, avaliar, discutir e apontar soluções para todas as situações que a Cooperativa enfrenta, que acarretam conseqüências diretas ou indiretas para todos.

Na concepção de Ariosi (2004), a cooperativa é uma empresa e enquanto empresa é um espaço de contradição, uma vez que toda empresa é um espaço de relações sociais pautadas principalmente nas questões econômicas. Para a autora, a Cooperativa Educacional, como uma empresa, também está sujeita às determinações de ordem econômica, política e simbólica e, pela sua natureza organizacional, enfrenta grandes desafios.

Com uma proposta que visa consolidar uma prática cooperativa autogestionária, essas empresas são, segundo Dahl (1990 *apud* Ariosi, 2004), empresas econômicas coletivamente possuídas e democraticamente geridas por todas as pessoas que nelas trabalham. Ariosi entende por democraticamente geridas, aquelas que têm uma organização que visa atender aos critérios do processo democrático, assegurar a igualdade política e a proteção dos direitos políticos primários dentro da empresa.

Segundo a autora, na Cooperativa Educacional, havia muita disposição do grupo de cooperados em administrar, dentro de uma proposta autogestionária. Para tanto, as reuniões eram freqüentes e visavam deixar todos os cooperados inteirados sobre as questões administrativo-financeiras, bem como as ações que seriam executadas na

busca de atender aos objetivos sociais da cooperativa e, conseqüentemente, da escola Ensinativa.

A democracia é a base para as relações sociais no interior da Cooperativa Educacional, visando construir uma estrutura democrática que nivele todos os cooperados, permitindo a participação igualitária em todas as instâncias de decisões.

Ariosi (2004) considera que a base da prática democrática é a participação, é a presença e envolvimento com as questões da vida coletiva. Para ela, na cooperativa estudada, há cooperados que demonstram ausência de compromisso para com o projeto da cooperativa, faltando às assembléias e reuniões ou estando presentes, sem se envolver nas discussões.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

O cooperativismo é visto pela autora como uma alternativa às relações de trabalho colocadas pelo sistema capitalista. Para os cooperados, a proposta consiste como uma possibilidade de relações de trabalho mais humanizadas e solidárias. Segundo Ariosi, os cooperados acreditavam que na cooperativa eles poderiam estabelecer novos padrões de convivência profissional: pelo motivo de que não haveria a figura do patrão, do dono da escola; e porque, sendo assim, as decisões seriam coletivas, ou seja, todos os cooperados em conjunto iriam tomar as decisões, em diversas oportunidades de discussões e ações coletivas.

A autora considera que a Cooperativa Ensinativa tinha relações de trabalho diferenciadas, uma vez que as decisões eram coletivas e havia preocupação com as relações de ajuda mútua, entretanto não era a maioria dos cooperados que tinha essa preocupação, o que gerava alguns conflitos e descontentamentos. Muitas vezes havia um clima de confusão e desentendimentos entre os cooperados, devido ao comportamento dos cooperados que não trabalhavam com o coletivo.

Sendo a cooperativa uma organização de propriedade coletiva, não há a figura do dono da empresa, assim, não há a figura do capitalista, não existindo a exploração do trabalho assalariado. Embora existam cooperativas que contratem trabalhadores assalariados, a autora alega que a cooperativa em questão só tinha uma faxineira contratada, todos os outros trabalhadores eram cooperados. Essa contratação não caracteriza compra de força de trabalho, visto que a cooperativa está contratando o serviço de limpeza da faxineira e, portanto, não existe extração de trabalho excedente.

Alguns cooperados entrevistados por Ariosi (2004) afirmam que o funcionamento da escola era igual ao das outras, porém sentiam que era melhor, uma vez que havia a igualdade entre todos eles. Para a autora, ao mesmo tempo que esta igualdade gera conflitos, esta mesma igualdade é vista como positiva, pois descaracteriza a pirâmide hierárquica comum a outras organizações empresariais.

Dessa maneira, a autora considera que as novidades que o cooperativismo autogestionário trouxe para as relações de trabalho são: relações de trabalho pautadas nos valores que têm origem na sociabilidade, a eliminação do trabalho assalariado, a gestão democrática da organização e a diminuição da hierarquia no interior da organização. Para Ariosi (2004), estas diferenças de uma empresa cooperativista para uma empresa capitalista sinalizam com a possibilidade de inovar a organização do trabalho na sociedade, mesmo reconhecendo que existem ainda “obstáculos a vencer”.

Na cooperativa, segundo a autora, as pessoas têm acesso a todas as informações administrativas e financeiras, assim surge um ponto de conflito quando se trata de discutir e refletir sobre a distribuição dos ganhos e sobras ou perdas. As sobras/perdas de final de exercício já têm sua distribuição definida por lei, cabendo ao grupo apenas definir detalhes, como a possibilidade de parcelamento, números de parcelas, datas de início dos pagamentos, enfim, critérios da restituição ou pagamento. Já a distribuição dos ganhos referentes aos trabalhos realizados na cooperativa gera muitos desentendimentos, uma vez que envolve questões de valores.

Ariosi (2004) relata que até o período em que realizou sua pesquisa, nenhum cooperado havia tido retirada em dinheiro, e, longe disso, todos estavam pagando para trabalhar.

2.3 Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda ²⁶

O estudo de Corrêa (2004) contempla uma análise comparativa dos padrões das relações do trabalho em duas organizações com formas de gestão distintas (uma com características autogestionárias e outra heterogestionária), integrantes do setor têxtil de Santa Catarina, na perspectiva de identificar suas semelhanças e diferenças. A autora buscou analisar as condições de trabalho nas organizações; a política de pessoal adotada; as relações de poder existentes; as formas de controle sobre o trabalho; a organização do trabalho e identificar quais as modalidades de vinculação institucional presentes.

Para efeito do nosso estudo, consideraremos apenas a análise da autora que se refere à organização chamada pela autora de “organização com características de autogestão”.

ORIGEM DA EXPERIÊNCIA

A Bruscor²⁷ teve sua origem relacionada às Comunidades Eclesiais de Base e foi constituída por cinco jovens que acreditavam que era necessário buscar alternativas mais concretas que pudessem realmente contribuir para a transformação da sociedade.

A atuação política dos envolvidos acabou tendo como conseqüência a perda de seus empregos. Assim, a necessidade de sobrevivência e garantia de renda serviram como impulso para que essas cinco pessoas iniciassem um pequeno empreendimento de produção de telas para quadros de pintura a óleo.

De acordo com Pedrini (*apud* Corrêa, p. 142), a proposta do grupo inicialmente era trabalhar em conjunto “sem exploração, sobreviver com dignidade, poder militar com

²⁶ Refere-se à análise da dissertação de mestrado de Fernanda Zanin Mota Corrêa, intitulada “Autogestão e Heterogestão: Comparando as Relações de Trabalho em duas organizações do setor têxtil de Santa Catarina”, defendida em 2004 pelo curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁷ A autora não cita o nome da organização que analisa, referindo-se a ela como Organização com Características de Autogestão. Tendo em vista que a organização heterogestionada que analisou não autorizou a publicação do nome da empresa, como esta organização com características de autogestão não impôs limitações quanto a divulgação do nome da empresa, fomos autorizados pela autora a publicar o nome da empresa.

liberdade sem ter a insegurança do desemprego, vivenciar novas relações humanas e trabalhistas para, desta forma, ter elementos concretos de contribuição à sociedade”.

Conforme a autora, desde o início, a propriedade dos meios de produção foi coletiva. No processo de fundação, cada um dos cinco sócios, contribuiu com os bens que possuía, independentemente do valor monetário.

A produção da experiência estudada consiste na fabricação de cordas e cordões, produção que alimenta a indústria têxtil da região em que atua. O registro da organização é de empresa de sociedade limitada, da qual todos os trabalhadores são sócios. De acordo com a autora, para os trabalhadores a organização se constitui em uma “Empresa Alternativa de Produção Socializada”, abarcando dessa forma seus ideais e os impulsionando a uma atuação mais ampla nos movimentos sociais dos quais fazem parte.

Os ideais de coletivismo e solidariedade foram a base para a formação da organização produtiva. Como dito anteriormente, os envolvidos pretendiam contribuir para a transformação da sociedade e vivenciar novas relações. A alternativa encontrada foi a formação de um empreendimento que pudesse proporcionar a liberdade dos envolvidos com relação à sua militância política e ainda a possibilidade de materializar o desejo de encontrar o caminho para a transformação social.

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

No intuito de compreender a autogestão como proposta de emancipação social, a autora resgata a história do movimento autogestionário a partir da “história da luta pela emancipação, da busca pela liberdade daqueles inconformados com a injustiça social, exploração e aviltamento do trabalho humano” (Corrêa, 2004, p. 60).

A autora registra a importância histórica das diversas formas de mobilização, organização, resistência e luta dos trabalhadores frente aos ditames de um modo de produção, de uma sociedade baseada nestas contradições, no sentido de contribuir com o debate que indica a construção de uma alternativa superior ao capitalismo.

Sendo assim, apresenta alguns teóricos e pensadores que colaboraram para o desenvolvimento da proposta autogestionária – em sua perspectiva emancipatória da classe trabalhadora e da sociedade em geral – e também relata as experiências ao longo da história que, de uma forma ou outra, debateram, defenderam e/ou tentaram tornar realidade o projeto autogestionário.

Para Corrêa, a busca da liberdade, de autonomia dos trabalhadores, de uma sociedade mais justa, com relações sociais e de produção não opressoras, tornou a luta pela autogestão um meio de questionamento e confrontação com a realidade. Considera que ela tem suas raízes nos socialistas utópicos e libertários, “através do movimento cooperativista estimulado por Robert Owen (1771-1858); na criação dos falanstérios por Charles Fourier (1772-1837); na democracia industrial proposta por Pierre Joseph Proudhon” (Corrêa, 2004, p. 63). Acredita que ela também está presente nas idéias defendidas por teóricos revolucionários como Karl Marx, Mikhail Bakunin, Rosa Luxemburgo e Antônio Gramsci.

Os principais autores utilizados nesta análise foram Guillerm e Bourdet e Maurício Tragtenberg, que entendem a autogestão como a direção pelos trabalhadores da economia e da sociedade em sua totalidade.

Assim como Guillerm e Bourdet, a autora entende que a autogestão,

[...] é outra organização nacional (ou, melhor ainda, uma federação de nações de vocação mundial) que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos (Guillerm e Bourdet, 1976 *apud* Corrêa, 2004, p. 84).

Para a autora, a autogestão constitui uma proposta na qual, no plano microeconômico, os trabalhadores assumem o controle da produção e da gestão de empreendimentos e no macroeconômico dirigem a sociedade e a economia.

Corrêa acredita que a organização autogerida representa um importante salto de qualidade nas relações de vida e de trabalho, comparativamente ao funcionamento da heterogerida. “Indiscutivelmente estamos lidando com uma forma superior de organizar homens e mulheres no espaço produtivo que reúne, pelo menos potencialmente, condições de dar ao trabalho um caráter humanístico, solidário, fonte de valorização da vida e de bem estar” (Corrêa, 2004, p.230).

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NA EXPERIÊNCIA

O órgão máximo de decisões da Bruscor é a assembléia geral (realizada uma vez por mês), seguido do conselho administrativo, composto por três sócios, eleitos a cada dois anos. Os direitos e deveres dos sócios e os objetivos do empreendimento estão descritos em um estatuto, que rege as atividades da organização.

Essa organização tem a assembléia geral como seu órgão máximo deliberativo, proporcionando que a autoridade seja exercida pelo conjunto dos membros. A assembléia ordinária ou reunião mensal ocorre no horário em que a maioria dos membros está fora do expediente. Também podem ocorrer assembléias extraordinárias, que podem ser convocadas por qualquer sócio, comissão ou Conselho Administrativo, para a discussão de algum assunto repentino e importante.

Para a execução das decisões tomadas em assembléia, a organização criou um conselho administrativo, composto por três membros eleitos pela coletividade no planejamento anual e com mandato de um ano, podendo haver reeleição.

Além das assembléias, são realizadas reuniões quinzenais, principalmente na produção e expedição, para debater questões pertinentes ao setor. Essas reuniões propiciam o levantamento de pontos a serem levados para a assembléia geral e resolução de aspectos específicos da área.

Conforme descrito por Corrêa, a Bruscor não faz uso de mecanismos de controle como vigilância direta ou padronização de regras e regulamentos. Cada membro responsabiliza-se com o grupo para a realização de suas tarefas, não existindo dominação de uns sobre outros. Para a autora, tal comprometimento é fruto do envolvimento de todos no processo de tomada de decisões, os membros têm a responsabilidade de realizar aquilo que planejaram e, por essa razão, não necessitam ser controlados, trabalham para o alcance dos objetivos que ajudaram a definir e comprometem-se com o grupo no alcance dos mesmos.

Uma outra razão para Corrêa atribuir essa responsabilidade ao grupo é o fato de as pessoas que fazem parte da organização serem selecionadas em função de características pessoais como capacidade de trabalho em grupo, atuação em movimentos sociais, preocupação com o coletivo entre outros fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma responsabilidade maior com os compromissos que assumem frente ao grupo que integram. Para a autora, isso significa o controle indireto, explicitado por meio do critério de seleção utilizado pela organização.

Essa organização tenta por meio de um fundo, manter os associados que necessitem se ausentar do trabalho por motivo de saúde. A autora cita um caso de depressão e relata que existe a insatisfação de alguns sócios pela remuneração do associado que não está produzindo, o que prejudica a produção da cooperativa. Sendo assim, a autora avalia que a organização, estando inserida no mercado, necessita manter sua produtividade para continuar atuando, desta forma, percebe-se que a

solidariedade, a compreensão esbarra no mercado e nas suas regras de competitividade.

Segundo a autora, a Bruscor discute seus problemas e resolve seus conflitos nas reuniões, e relata que, apesar do problema de relacionamento ser evidente, eles procuram contornar essa situação através do diálogo aberto.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

A insuficiência de espaço é um aspecto ressaltado pela autora na organização. Conforme a autora, na Bruscor, aqueles membros que trabalham diretamente com as máquinas observaram que existe risco de ocorrerem pequenos acidentes, como cortes leves ou coisas do gênero. De acordo com os entrevistados pela autora, tais riscos podem ocorrer em função da desatenção do trabalhador, pois são riscos dos quais não existem formas de prevenção. A responsabilidade dos acidentes que podem ocorrer recai sobre o trabalhador, no entanto, a autora considera que, como nessa organização os trabalhadores possuem o controle sobre o processo de trabalho e por serem eles os proprietários do empreendimento, são responsáveis pelas próprias condições a que estão expostos.

A preocupação em garantir melhores condições de trabalho para os membros da organização é outro fator apontado, no entanto, consideravam que muitas coisas eram difíceis de ser modificadas em função do custo que exigem. Desta forma, muitas vezes deixam de investir em segurança ou outro aspecto que possa melhorar as condições de trabalho, para investir na produção, garantir maior retirada para seus sócios, auxiliar nas questões que envolvem a educação entre outros.

Para a autora, apesar das condições não serem as ideais, elas são fruto das decisões de seus membros, representam no máximo uma imposição do mercado no qual a organização luta para se manter – que às vezes a obriga a investir em aspectos relacionados diretamente à produtividade e não à melhoria das condições de trabalho de seus membros.

Em relação à prática de horas extras, os entrevistados destacaram que normalmente é necessário estender a jornada no final do ano, época em que o volume de pedidos aumenta bastante. Como é uma organização autogerida, a hora extra não aumenta a retirada, sendo uma prática voluntária, apenas aqueles que estão vinculados à organização pela CLT tem suas horas-extras remuneradas.

A autora salienta que os membros também praticam hora-extra como forma de recuperar faltas no trabalho - ocasionadas por motivo de saúde ou quando participam de feiras e eventos representando a organização. Uma prática interessante apontada pela autora é que nessa organização, no setor da produção, existe a diminuição do horário de trabalho, quando se tem poucos pedidos a serem atendidos, e a volta ao horário normal de trabalho, quando a necessidade de produção aumenta.

Os membros da organização autogerida tiram férias coletivas durante quinze dias no final do ano, além disso, podem ficar uma semana de folga no verão e nove dias no inverno (muitos optam por juntar esses dias e tirar de uma vez só). O período de férias é negociado, para que não haja coincidência da saída de muitas pessoas em um só setor.

A organização garante seguro de saúde e de vida aos seus sócios por meio de contrato com a Unimed e também paga INSS. Para os contratados verbais e celetistas, a organização paga a Multimed, um convênio que garante descontos com médicos, farmácia entre outros.

Nessa organização, a educação é importante como forma de melhorar a atuação de seus membros na gestão do empreendimento. Para tanto, incentiva seus associados a terem pelo menos o ensino médio concluído, por meio do pagamento integral de seus estudos. Atualmente cinco sócios estão concluindo o ensino médio com o incentivo da organização.

Essa organização também incentiva seus associados na formação técnica e superior, reservando em seu orçamento uma quantia mensal (não cumulativa) para auxiliar nas despesas com os cursos.

Segundo o relato dos entrevistados por Corrêa, o auxílio financeiro é direcionado para as atividades diretamente relacionadas com os interesses do empreendimento, ou seja, mais voltado para cursos de capacitação técnico-administrativa, como por exemplo, os cursos do SENAI. O interesse da pessoa é levado em consideração, mas é necessário que esteja relacionado com as necessidades de qualificação da organização.

Além da educação formal, a organização autogerida também incentiva seus membros a participarem de feiras e eventos relacionados à economia solidária como forma de ampliar os debates e o conhecimento acerca da autogestão. Também apóia a inserção de seus associados em movimentos populares, a fim de promover uma maior conscientização política e atuação direta na luta social.

Para a autora, a organização autogerida enfatiza a importância da educação como forma de alcançar maior igualdade entre seus associados, naquilo que se refere ao seu conhecimento e capacidades técnicas para gerir o empreendimento. No entanto,

a razão predominante para esse interesse em estimular a aquisição de conhecimentos na educação formal relaciona-se principalmente com as necessidades de atuação da organização no mercado, que prima pelo melhor desempenho e maximização de resultados.

Assim, a autora considera que outras formas de disseminação do conhecimento são importantes para um empreendimento que se propõe a trabalhar dentro de uma proposta autogestionária. Para Corrêa, se além do ensino formal, a organização não tiver como prática a reunião de seus membros em torno de debates constantes acerca da realidade brasileira, da classe trabalhadora, debates que giram em torno de proposta para transformação da sociedade e do repensar as relações de trabalho, corre o risco de aos poucos, perder seu caráter contestador, transformador e passar a assumir comportamentos e práticas de qualquer organização convencional.

2.4 Uniwidia e Coop-Arte²⁸

Parra (2002), nesta dissertação, debate sobre a separação entre liberdade e necessidade, tendo como objeto de estudo as organizações autogestionárias. Nesta perspectiva, Parra (2002) questiona as possibilidades e os entraves à criação democrática no interior de relações de produção, que estão submetidas aos imperativos da esfera da reprodução.

Para Parra, as empresas de trabalhadores autogeridas, que surgiram a partir da década de 1990, introduzem de forma contraditória elementos da ordem moral no seio das relações de trabalho. Dessa forma, as perguntas de pesquisa foram: “O que emerge do conflito entre a lógica gestonária e a lógica política? Quais são os dilemas que estão postos por essas experiências?” (Parra, 2002, p, 12).

Nesse sentido, o autor entende que a experiência autogestionária implica conciliação de duas lógicas conflitantes: a racionalidade econômica, que relaciona com o “reino da necessidade” e a racionalidade democrática, que remete ao “reino da liberdade”. Assim, objetiva problematizar as relações econômicas enquanto um campo socialmente construído, identificando as possibilidades e os limites de um processo que chama de “invenção política”.

Assim, analisa essas questões em três dimensões: as relações de produção, os trabalhadores e o contexto socioeconômico em que as empresas autogeridas estão inseridas. Partindo da situação limítrofe vivida por esses empreendimentos autogestionários, Parra pretende detectar o que emerge nesse processo.

Para tanto, o autor faz sua pesquisa em duas cooperativas: a Uniwidia, cooperativa de produção metalúrgica, e a Coop-Arte²⁹, cooperativa de produção de cristais. Ele utiliza em sua análise outras experiências baseadas em pesquisas já realizadas ou documentos de agências de apoio e incentivo à formação de organizações autogestionárias, porém, enfocaremos nossa análise nas duas cooperativas pesquisadas especificamente pelo autor.

²⁸ Refere-se à análise da dissertação de Henrique Zoqui Martins Parra, intitulada “Liberdade e Necessidade: Empresas de Trabalhadores Autogeridos e a Construção Sócio-Político da Economia”, defendida em 2002 pelo curso de Mestrado em Sociologia da Universidade de São Paulo.

²⁹ Coop-Arte é um nome fictício dado pelo autor à cooperativa, visto que os entrevistados não estavam de acordo com sua identificação e porque existia um processo judicial em nome da empresa.

ORIGEM DAS EXPERIÊNCIAS

As duas cooperativas pesquisadas por Parra tiveram origens semelhantes, procedentes de falência de empresa. Esse tipo de empreendimento pode também ser chamado de “Empresas Recuperadas”. A partir dos anos 90, esse movimento de recuperação de empresas foi amplamente incentivado pela ANTEAG, em decorrência da crise estabelecida em diversos setores da economia, levando ao fechamento muitas empresas.

Além da ameaça do desemprego e, como geralmente, quando as empresas começam a entrar em crise, a tendência são salários atrasados e o não recolhimento de impostos, uma alternativa encontrada para assegurar postos de trabalho e saldar parte da dívida da empresa para com os trabalhadores é a troca entre os créditos trabalhistas e os ativos da empresa, ou seja, os trabalhadores recebem como pagamento os meios de produção da antiga empresa e ainda têm a possibilidade de continuar a produção sob seu próprio controle.

A Uniwidia é uma cooperativa de produção de metal duro (*widia*), localizada no município de Mauá, Estado de São Paulo, que se constituiu a partir da falência da empresa Cervin Indústria e Comércio Ltda.

Parra relata que a Cervin entrou em dificuldades societárias e administrativas a partir da abertura comercial da *Era Collor*, tendo como conseqüências a demissão de trabalhadores, o não recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), não pagamento de 13º, férias e até mesmo de salários. Nessa situação, os trabalhadores, com o apoio do Sindicato Metalúrgico do ABC iniciaram uma negociação de seus direitos trabalhistas. Como solução, os trabalhadores foram todos demitidos e constituiu-se uma cooperativa dos trabalhadores que ficariam responsáveis pela produção. Entretanto, o empreendimento funcionaria num sistema de co-gestão, em que existiria concomitante à organização da produção, uma administração gerida por um grupo que ficaria responsável pela compra de insumos e comercialização dos produtos. Dessa forma, o faturamento seria dividido entre as duas organizações.

A partir de uma tentativa de retirarem da empresa cilindros que armazenavam combustíveis sem ordem judicial, os trabalhadores impediram essa ação e pediram nova negociação. O acordo estabelecido, então, foi de arrendamento da Cervin pelos trabalhadores retirando os administradores do negócio.

Com a retomada da produção, os trabalhadores normalizaram os salários e os impostos foram todos recolhidos. Por conta do processo falimentar da empresa, um

processo judicial interrompeu a produção da Cervin, e no sentido de reverter essa decisão, o sindicato negociou com o síndico da massa falida para a cooperativa ficar responsável como “fiel depositária” da massa falida através de um contrato de arrendamento com seu síndico.

A constituição da Coop-Arte também se deu a partir de um processo falimentar. Entretanto, os trabalhadores assumiram a empresa antes que fosse decretada a falência oficialmente.

Quando isso ocorre, é possível a troca entre os créditos trabalhistas e os ativos da empresa. Na Sílica, antiga empresa que originou a Coop-Arte, os valores dos ativos eram maiores que a dívida com os empregados. Assim, cada trabalhador recebeu uma parte dos ativos equivalente ao que teriam que receber em créditos trabalhistas. Segundo Parra, as outras despesas que haviam sido adquiridas pela Sílica, permaneceram com a empresa, que continua existindo com a marca Cristal.

Dessa forma, nessa cooperativa, cada trabalhador é proprietário de uma fração diferente dos meios de produção, que é “emprestada” para a cooperativa. As cotas-parte que constituem o capital social da cooperativa são iguais. O valor correspondente aos créditos trabalhistas é ajustado por um índice estipulado judicialmente para que, no caso de saída de algum cooperado, seja devolvido esse valor.

Essa forma de constituição de cooperativas, como já descrito, foi implementada a partir da década de 1990. No caso das duas cooperativas estudadas por Parra, foram apoiadas pelo sindicato de trabalhadores da categoria. Parra identifica nesse cooperativismo dos anos 1990, diversas expressões do conceito. Segundo ele, essa forma de constituição de empreendimento apoiado por sindicatos é chamado de “novo cooperativismo”.

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

Parra acredita que a prática dos trabalhadores no processo de implementação da autogestão interroga e desnaturaliza a neutralidade dos critérios de eficiência produtiva estabelecido pela ordem hegemônica capitalista. Nesse caso, concorda com Arendt, que quando se refere à experiência dos conselhos operários da Revolução Húngara, entende que “essas experiências instalaram uma ordem democrática no interior da ordem gestionária fabril” (Arendt, 1998 *apud* Parra, 2002, p. 31).

A noção do autor dos conceitos de cooperativas autogestionárias ou empresas de trabalhadores autogeridas refere-se às iniciativas que partem dos próprios trabalhadores como uma “forma coletiva de gerar benefícios econômicos orientados para a satisfação das suas necessidades historicamente determinadas, sendo portanto fruto da voluntária associação” (Parra, 2002, p. 55).

Considera, ainda, como cooperativas autogestionárias ou empresas de trabalhadores autogeridas, o empreendimento em que todos os meios de produção estão sob o controle desse coletivo de trabalhadores e que criam formas mais equânimes de distribuição das remunerações e dos excedentes.

Parra entende que a autogestão no nível das relações de trabalho está em permanente processo de construção, o que significa que ela não se realiza plenamente na prática.

O autor concebe a autogestão, tanto no aspecto da autogestão da sociedade, ou seja, a autogestão entendida como uma forma de governo, como a autogestão no local de trabalho. Nessa concepção, o autor reconhece, citando Castoriadis (1987 *apud* Parra, 2002), que não existe um empreendimento realmente autogerido se a sociedade não for autogerida.

Para efeito de seu estudo, Parra diferencia esses conceitos e concebe que a autogestão deva privilegiar a determinação do conteúdo das experiências:

a maneira como se processa a construção das normas e princípios que irão orientar o empreendimento, a forma de legitimação da autoridade, a participação nos processos decisórios e a definição dos critérios de distribuição dos excedentes econômicos (Parra, 2002, p. 65).

Nessa concepção, o autor acredita que a autogestão no nível das relações de produção pode ser um importante espaço de vivência democrática que desnaturaliza as relações anteriores de dominação, tendo em vista que existe um choque de racionalidades (racionalidade econômica x racionalidade democrática), e que esse conflito introduz elementos de ordem moral (valores democráticos e igualitários) no seio das relações capitalistas, gerando a conciliação da eficiência econômica e da gestão democrática.

A riqueza do processo, para esse autor, está no surgimento de soluções para organizar os interesses conflitantes, que criam outras formas de “se fazer”, ou seja, outras tecnologias, que geram o aprendizado democrático. Assim, para ele, existe uma ruptura que se manifesta por meio do desencontro das diferentes racionalidades, em que os empreendimentos autogestionários acabam por questionar a legitimidade da

ordem instituída no modelo anterior de gestão e produção, ordem esta, previamente interrogada com base nos critérios de justiça.

O autor concebe as empresas de trabalhadores autogeridas como organizações “híbridas e complexas, pois ao mesmo tempo que devem responder a critérios de eficiência econômica, têm que respeitar sua ‘natureza’ interna” (Parra, 2002, p. 124).

Entretanto, Parra discorda da condição de degeneração ou falência estabelecida pela característica híbrida desse tipo de organização, atribuída por Luxemburgo (1990). Para ele,

dizer que algo degenerou, implica numa idéia de essência que foi perdida, ou ainda, significa dizer que se desviou do seu caminho original, como se o destino final dessa trajetória fosse algo previamente definido e certo. Classificar essas experiências apenas em termos de conceitos pré-estabelecidos poderia gerar um ‘desperdício da experiência’ que emerge no cotidiano desses trabalhadores (Parra, 2002, p. 131).

O autor avalia a interpretação marxista da condição limitada da cooperativa de produção inserida no contexto capitalista, como “determinismo tecnológico a-histórico”, pois, para ele, torna inimaginável qualquer outra forma de organização da produção que não parta daqueles considerados os mais eficientes nas empresas capitalistas.

Nesta direção, concebe que os problemas enfrentados pelas cooperativas de produção e empresas de autogestão “dizem respeito a uma luta política, pois sua existência dependerá de sua capacidade de criar novos critérios de pertencimento social e de partilha do excedente econômico no interior da sociedade” (Parra, 2002, p. 138).

No que se refere à prática da autogestão nas organizações, o autor compreende que a autogestão introduz uma igualdade fundamental materializada no direito à fala e no poder de voto, ou seja, na participação do trabalhador nas decisões importantes da cooperativa. Entretanto, reconhece que a realização plena da participação dos trabalhadores depende de inúmeros fatores que extrapolam a formalidade dos processos de discussão e deliberação propostas pela autogestão. Destarte, o autor entende que o desenvolvimento das relações democráticas é um processo em permanente construção e sob constante risco de fracasso.

Parra conclui que as empresas autogeridas não possuem condições de competição como as empresas tradicionais capitalistas, mas entende que

a autogestão se realiza no momento em que ela permite que uma igualdade fundamental se atualize (a igualdade de participação e deliberação), questionando no caso dessas empresas, tanto a finalidade da produção como as formas de partilha e de pertencimento no interior desse coletivo. (Parra, 2002, p. 252).

Assim, propõe a luta pela construção de ações políticas, que entende como espaços de liberdade no interior das relações de produção necessárias.

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NAS EXPERIÊNCIAS

De acordo com Parra, na Uniwidia a comunicação entre chão-de-fábrica e diretoria foi intensificada após a constituição da cooperativa, principalmente no tocante às questões que afetavam pontos fundamentais do processo de produção.

O autor constata um bom nível de participação dos trabalhadores e de transparência das informações. Segundo ele, os trabalhadores do setor produtivo procuram se informar sobre todo o processo de trabalho, tanto o produtivo quanto o comercial. Essa participação, entretanto, é decorrente da necessidade de conhecimento dos trabalhadores do processo produtivo, por exemplo, do conhecimento da matéria prima, para que não ocorra desperdício e criação de estoque desnecessária.

Nesta perspectiva de participação para eficiência produtiva, os trabalhadores do setor produtivo colaboram com informações sobre a capacidade e o tempo de produção das máquinas e a disposição pessoal, ou seja, o tempo necessário para produção da mercadoria; enquanto os diretores, que já fizeram parte da produção, contribuem passando conhecimentos técnicos.

O autor compreende que essa possibilidade de discussão coletiva das questões fundamentais para a vida da cooperativa é que torna a organização autogerida, e que esse direito de participação dos cooperados em todos os assuntos melhora a transparência dos procedimentos adotados e descentraliza o controle sobre a informação, fato que impede, por exemplo, a possibilidade de uma fraude, como um desvio de verba.

Porém, o autor reconhece que a autonomia sobre o controle do tempo e da quantidade de trabalho é relativa. Para ele, é o sistema de preços que “pode determinar as metas de produção, a quantidade de trabalho necessária à manufatura e o custo máximo dos produtos comercializados” (Parra, 2002, p. 87).

Parra nota algumas alterações na organização da cooperativa comparada à organização na empresa que originou a cooperativa. Segundo ele, a participação na definição de metas de produtividade não existia na Cervin; e se antes havia competitividade entre os trabalhadores dos setores por conta das metas de produtividade, com a participação dos trabalhadores na definição dessas metas, os

trabalhadores se organizam de forma a um cooperar com o outro, contudo numa perspectiva do “ganha-ganha”, pois se o trabalho é feito em menor tempo, o faturamento é maior.

Já na Coop-Arte, Parra afirma que não existe amplo acesso à informação, gerando desconfiança dos cooperados e conflitos com a diretoria. Nessa cooperativa, a comercialização e distribuição dos produtos são realizadas por outra empresa. O excedente pela venda dos produtos é dividido entre a cooperativa e essa empresa, com base na estrutura de custos de cada organização. Os cooperados entrevistados por Parra alegam conhecer a estrutura de custos da cooperativa, contudo não têm acesso aos custos da empresa distribuidora, gerando dúvidas quanto à coerência e a justiça nos valores.

As modificações observadas por Parra na cooperativa em relação à empresa anterior dizem respeito a:

- não haver mais poder coercitivo por ameaça de demissão: na cooperativa os trabalhadores têm mais estabilidade e segurança, pois só há desligamento em casos extremos, não explicitados nessa dissertação;

- modificação na relação autoridade-legitimidade: em tese, as normas e regras que devem ser respeitadas foram definidas pelos próprios associados;

- autoridade da diretoria: anteriormente era inquestionável, na cooperativa pode ser debatida (essa relação foi constatada pelo autor quando os cooperados, em reunião, reivindicaram a legitimidade e a origem das deliberações tomadas pela diretoria);

- cobrança pela produtividade: na empresa anterior, os trabalhadores recebiam de acordo com a peça produzida, na cooperativa não existe mais essa cobrança, pois agora a remuneração está desvinculada da produção unitária de mercadoria;

- controle do trabalho: na cooperativa as normas disciplinares foram instituídas coletivamente, e apesar de haver um coordenador do Comitê de Ética e Disciplina que fiscaliza o cumprimento dessas normas, este alega que está no cargo para cooperar e não para prejudicar os cooperados.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

Parra relata que na Uniwidia, após o fechamento da empresa, 48 sócios decidiram montar a cooperativa, e que as máquinas e instalações utilizadas eram as mesmas que chegaram a funcionar com 250 trabalhadores. Ele constata que as

máquinas estejam subutilizadas, mas que, mesmo assim, os trabalhadores atingem uma produtividade que torna a cooperativa viável e competitiva. O autor estima um provável crescimento da demanda, prevendo uma necessária incorporação de novos membros à cooperativa.

O sistema de remuneração da Uniwidia foi remanejado após a constituição da cooperativa, realizando um processo de equiparação das remunerações. Esse processo, segundo o autor, já havia começado antes da passagem do controle da empresa para a mão dos trabalhadores, a partir de reivindicações apoiadas pelo sindicato da categoria.

Na empresa Cervin, havia muita diferença entre o maior e o menor salário e os critérios para essa diferenciação não eram discutidos e nem conhecidos. Os cooperados entrevistados por Parra comentam que, até mesmo para funções iguais, havia diferenciação no valor do salário.

Na constituição da cooperativa, de acordo com Parra, houve apoio logístico do sindicato que, em conjunto com os trabalhadores, percebeu a necessidade de reduzir a folha de pagamento para a sustentabilidade da cooperativa. Assim, optaram por reduzir diferenças entre maior e menor remuneração e igualar as retiradas das mesmas funções. O único valor registrado pelo autor é o de torneiro, de R\$1000,00.

O sistema de remuneração da Coop-Arte é mais detalhado na análise de Parra. Segundo ele, a cooperativa manteve relativamente o mesmo esquema da antiga empresa, contudo, a diferença entre maior e menor remuneração diminuiu, além de ter aumentado o valor da retirada mensal: o menor valor que era de R\$278,00 passou para R\$500,00³⁰. Em assembléia, foi definida uma diferença de um para seis, e dentre esses valores, onze faixas de remuneração (R\$500,00, R\$600,00, R\$700,00 até R\$3000,00). O maior valor é referente à retirada da diretoria.

Na diretoria há um cooperado que recebe um valor maior. Parra conta que esse diretor ameaçou sair da cooperativa por uma proposta de salário melhor. Entretanto, os outros diretores julgavam que sua saída prejudicaria a cooperativa no mercado, pois detinha melhor formação e conhecimento. Assim, dois diretores optaram por diminuir sua retirada em R\$500,00 para aumentar em R\$1000,00 a retirada deste diretor.

Parra comenta que, apesar da maior parte dos associados estar de acordo com o sistema de remuneração, havia cooperados que lutavam por retiradas mais equânimes e melhores. A diferenciação nas remunerações fazia-se de acordo com a divisão de trabalho, que se manteve a mesma da antiga empresa. Por se constituir em um trabalho

³⁰ Dados relativos ao ano de 1999 (Parra, 2002).

artesanal e a formação do trabalhador é realizada na própria produção, por isso existe um reconhecimento ao saber acumulado e critérios como competência, antiguidade, domínio técnico e tempo de trabalho.

Outro ponto questionado pelos cooperados se refere a um caso específico: a criação de um fundo que seria dividido entre os cooperados conforme remuneração de cada um. O questionamento partiu de um dos diretores, que acreditava que essa distribuição deveria ser feita de forma igualitária a todos os cooperados, visto que o excedente de onde partiria a verba para o fundo teria sido constituído socialmente. Parra analisa esta questão no sentido da prioridade à igualdade e constata novamente o choque entre a racionalidade econômica e a racionalidade democrática, pois verifica a influência dos princípios de igualdade relativos à autogestão, “o debate saiu do terreno meramente econômico e adentrou os próprios critérios de igualdade e justiça do grupo” (Parra, 2002, p. 109).

Na Coop-Arte, a partir de depoimento de um dos entrevistados por Parra, identificamos um aumento da jornada de trabalho daqueles cooperados responsáveis pela direção. O entrevistado relata que já chegou a trabalhar das cinco horas da manhã até as dez horas da noite por conta de reuniões da cooperativa. Porém, o autor considera que esse esforço é re-significado a partir da constatação de satisfação de outros cooperados.

Quando os 228 trabalhadores constituíram a cooperativa, o forno de fusão de vidro não estava em boa condição de uso. A divisão dos turnos da antiga empresa – três turnos de oito horas - não adequava a quantidade de trabalhadores à quantidade de trabalho necessária para a condição de produção. A alternativa encontrada pelos trabalhadores para não precisar reduzir postos de trabalho foi criar quatro turnos de seis horas, diminuindo o valor da retirada em 10%, enquanto estava-se diminuindo o tempo de trabalho em 25%.

Com esse esquema de trabalho, conseguiram investir em um novo forno, ampliando a produção. Isso possibilitou o retorno para a jornada de três turnos de oito horas e, ainda, a incorporação de novos associados. Parra chama a atenção para o fato dos trabalhadores não terem optado pela contratação pela CLT, fato que descaracterizaria o empreendimento autogestionário.

2.5 Cooperunião, Cooperativa 21 e Ambiens Cooperativa³¹

Este estudo faz uma análise de três organizações consideradas autogestionárias da Região Sul do Brasil, sendo elas: a Cooperunião - Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Limitada, localizada no município de Dioniso Cerqueira em Santa Catarina; a Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria, Conservação e Limpeza - Cooperativa 21, situada no Paraná; e a Ambiens Sociedade Cooperativa, formada por estudantes de arquitetura e urbanismo, também no Estado do Paraná.

Faria pretende, com esta produção, “contribuir para com a compreensão das formas da ação coletiva nas organizações coletivistas de trabalho e das relações entre estas ações e os princípios da autogestão” (2003, p. 19).

O autor denomina as organizações analisadas de “organizações coletivistas de trabalho” por se caracterizarem como empreendimentos coletivos controlados pelos trabalhadores associados.

Ele considera que o estudo pode contribuir tanto para a avaliação das práticas dos integrantes destas organizações, como para melhor compreensão dos princípios que fundamentam a autogestão.

Para tanto, Faria (2003) define na pesquisa os princípios da autogestão, identifica o que chama de “ações organizacionais” empreendidas pela organização coletivista de trabalho, para então analisar a relação entre essas ações organizacionais e os princípios da autogestão.

Para o autor, as organizações coletivistas de trabalho se constituem como organizações de outra natureza que não a capitalista, e entende que a definição destes princípios permite diferenciá-las das organizações formais capitalistas, possibilitando assim a avaliação das ações destas organizações, analisando as formas como são constituídas pelos princípios e como constituem estes princípios, promovendo ou dificultando a sua manutenção.

³¹ Refere-se à análise da dissertação de José Ricardo Vargas de Faria, intitulada “Organizações Coletivistas de Trabalho: a Autogestão nas Unidades Produtivas”, defendida em 2003 no curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Paraná.

ORIGEM DAS EXPERIÊNCIAS

As três cooperativas estudadas por Faria têm origens diferenciadas, o que implica descrição singular de cada uma delas, para que seja possível compreender a constituição de cada experiência.

Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Limitada – COOPERUNIÃO

A Cooperunião é uma cooperativa de produção agropecuária situada no assentamento rural Conquista na Fronteira. O assentamento faz parte do programa de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e foi formado por trabalhadores rurais sem terra do município de Dionísio Cerqueira e por trabalhadores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A origem da cooperativa se deu por iniciativa do grupo ligado ao MST, que participou da discussão que ocorria em vários assentamentos e acampamentos do MST em diversas regiões do Brasil, sobre a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA³². Esse grupo tinha a proposta de produção coletiva, mas de acordo com Faria, as famílias provenientes do município não compartilhavam com essa proposta do grupo ligado ao MST, decidindo pela divisão da área ocupada. Porém, algumas famílias deixaram o assentamento e foram substituídas por outras integrantes do MST. Assim, a cooperativa foi fundada em 1990 por um grupo de trinta e cinco famílias.

Faria destaca o importante papel que a ideologia exerce para a manutenção e o desenvolvimento da Cooperunião. Para ele, essa ideologia perpassa e fundamenta tanto a educação das crianças, que é baseada na valorização do trabalho e na criação de uma cultura do trabalho, quanto à concepção de comunidade e definição do projeto comum.

De acordo com o autor, os associados possuem o entendimento do desenvolvimento histórico e da relação que se estabelece com o contexto em que a cooperativa está inserida. Os associados entrevistados por Faria ressaltaram que a organização se encontra sempre em processo de mudança para se adaptar à realidade do momento histórico.

³² Quanto às propostas do Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, ver análise da dissertação de Raquel Sizanowski, item 2.8 desta dissertação. A autora em questão expõe mais claramente os princípios desse Sistema Cooperativista e sua relação com a formação das CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária.

Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria, Conservação e Limpeza - Cooperativa 21

A Cooperativa 21 foi constituída a partir da adesão de um grupo de trabalhadores, que pretendiam se organizar para prestação de serviços de vigilância, no programa de extensão de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná. O encontro desses trabalhadores com a Incubadora se realizou por meio do Sindicato de Vigilância do Paraná, a partir da participação de um grupo de trabalhadores no evento de lançamento da Incubadora.

Conforme relatado por Faria, esses trabalhadores passaram por um processo de incubação por um ano com cursos de formação, inclusive de gestão e cooperativismo. Entretanto, por uma limitação legal - a legislação que regulamenta a prestação de serviços de vigilância determina que as empresas devem ter seus trabalhadores contratados pelo regime CLT – foi necessário mudar o objeto social de prestação de serviço, passando para serviços em portaria, conservação e limpeza. Alguns trabalhadores foram contrários a essa decisão e se afastaram da cooperativa. Outro grupo, porém, decidiu continuar o processo de formação, modificando o objeto social para prestação de serviços em portaria. Segundo o autor, esta decisão foi influenciada em parte pela oportunidade de preencher uma vaga de portaria na Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. Convém destacar que, conforme exposto por Faria, os trabalhadores aceitaram a mudança do objeto social de prestação de serviço, mas iniciaram uma luta para modificação da lei que protege os trabalhadores de vigilância do trabalho sem benefícios sociais.

Além do serviço em portaria, foram incluídos também os serviços de limpeza e jardinagem no objeto de prestação de serviço da cooperativa, visto que a maioria das empresas que trabalha no setor de portaria também trabalha com esses serviços. Com essa modificação, Faria conta que outras pessoas se incorporaram ao grupo, formado então por 40 (quarenta) pessoas. Porém, no início da cooperativa, houve dificuldade para estabelecer contratos e possibilitar a manutenção da organização, tirando a motivação de algumas pessoas que se afastaram da cooperativa. Na fase em que Faria realizou a pesquisa, a cooperativa contava com 26 (vinte e seis) sócios, dos quais apenas dez estavam trabalhando, por meio de três contratos estabelecidos de prestação de serviço.

Os contratantes dos serviços da Cooperativa 21 são, em geral, condomínios residenciais ou mistos que firmam contratos por períodos determinados de um ano.

Faria relata, a partir da fala de um dos entrevistados, que a primeira motivação para se criar a cooperativa seria sair do trabalho assalariado, mais especificamente, sair da condição de empregado, de ter um patrão. Após a necessária modificação do objeto social de trabalho, a motivação passou a ser outra: melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho. Um dos entrevistados por Faria não concorda que a primeira motivação da cooperativa seja possível de ser realizada, por se tratar de uma prestação de serviço e não de fabricação de um produto, já que essa prestação de serviço implica necessariamente uma pessoa que determina o trabalho do cooperado, qual seja, no caso do serviço de portaria, o síndico do condomínio contratante do serviço.

Ambiens Sociedade Cooperativa

A Ambiens Sociedade Cooperativa, localizada no município de Curitiba, Estado do Paraná, foi fundada por um grupo de trabalhadores autônomos, caracterizados essencialmente por possuírem formação superior, para atuar coletivamente na elaboração de projetos e outras atividades relacionadas ao planejamento dos ambientes urbano e rural.

A idéia surgiu de um grupo de estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná, que tinha em comum o interesse pela área de planejamento urbano e o desejo de criar uma organização que pudesse desenvolver trabalhos neste campo.

Assim, o grupo passou a se reunir para discutir a forma de constituição desta organização e aprimorar a concepção sobre o objeto de trabalho. Nestas reuniões, outras pessoas, na maioria dos casos também estudantes, eram convidadas a participar. Os convidados possuíam alguma identificação com o objeto de trabalho idealizado e, ainda que implicitamente, com um determinado perfil político e ideológico. Além disso, normalmente estes convidados participavam de alguma forma de atividade coletiva que delineava um perfil para o trabalho coletivo.

Conforme relatado pelo autor, o objetivo da Ambiens envolve dois elementos: o estabelecimento de novas relações de trabalho e uma forma de atuação diferenciada em relação ao objeto de trabalho.

Faria destaca que as discussões relativas ao planejamento urbano eram orientadas pela crítica ao tecnicismo que fundamentava os trabalhos desenvolvidos

pelos centros de planejamento urbano e regional no Município de Curitiba, e que essa postura crítica dava suporte à tentativa de criação de uma organização cujas relações de trabalho fossem da mesma forma diferenciadas das relações que se estabeleciam nas empresas tradicionais, ou seja, a proposta de criação de uma cooperativa estava em sintonia com os princípios que fundamentavam o entendimento do grupo quanto ao planejamento urbano.

A constituição da cooperativa se deu após a elaboração de um projeto que possibilitou uma experimentação do trabalho em grupo. Essa experiência tratou-se de um planejamento para o desenvolvimento de um assentamento da reforma agrária que havia recentemente sido instalado em uma região próxima à Curitiba. De acordo com a apresentação de Faria, a execução do projeto foi bem-sucedida e acabou por intensificar o processo de constituição da cooperativa, possibilitando ampliar o campo de atuação do grupo, que passou a incorporar também como objeto de trabalho o planejamento rural.

O autor da dissertação registra que, para os associados, o produto do trabalho realizado pela Ambiens não consiste somente no desenvolvimento de um planejamento urbano ou rural, é compreendido também no seu significado social. “O sentido do trabalho é compreendido também na perspectiva (i) da melhoria das condições de vida das comunidades atingidas e (ii) da geração de conhecimentos que permitam o desenvolvimento de novas formas de intervenção no espaço físico e no ambiente social” (Faria, 2003, p. 174).

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

Faria utiliza como marco teórico para conceituar a autogestão especialmente os autores Guillerm e Bourdet e José Henrique de Faria. Esses autores compartilham com a conceituação da autogestão em um sentido macroeconômico, ou seja, como “um projeto que remete a organização direta da vida coletiva em todos os níveis” (Faria, J. H., 1985 *apud* Faria, J. R. V., 2003).

Porém, como forma de identificar os “tipos” de autogestão, visto que atualmente a expressão é utilizada para explicar desde formas de Estado, de organização do trabalho, de associações sindicais, até formas de gestão de programas públicos e de gestão de planos de saúde, entre outros; cita algumas definições de Leon Cedeño, que concebe diferentes sentidos para o termo.

A partir das definições de autogestão dessa autora, Faria observa que a palavra autogestão pode estar relacionada à dimensão das unidades produtivas ou, de acordo com Cedeño, à dimensão de autogestão "sem patrão". No entanto, Faria considera que, para aprofundar este conceito, é necessário analisar as formas históricas em que ocorreu ou se tentou implementar esta forma de autogestão para, em seguida, encaminhar uma definição a partir de princípios gerais.

A partir do conceito de autogestão na unidade produtiva, a organização coletivista de trabalho foi definida por Faria como uma associação produtiva autogerida pelos seus trabalhadores. Para ele, neste tipo de organização os trabalhadores exercem o papel central na coordenação das atividades produtivas e a lógica de acumulação simples e ampliada, típica do modo de produção capitalista, não constitui o sentido essencial das relações de produção.

Entretanto, Faria alerta que está sendo denominando em sua dissertação de organizações coletivistas de trabalho é uma generalização conceitual criada a partir da análise de várias experiências históricas, como por exemplo, as cooperativas de Robert Owen, as associações operárias de Charles Fourier, as cooperativas modernas, diferentes tipos de organizações coletivistas americanas, entre outras. Assim, neste estudo são utilizados como sinônimos desta definição os termos "coletivos" e "cooperativas".

Assim, define: "autogestão na unidade produtiva ocorre quando a organização é democraticamente gerida pelo conjunto dos trabalhadores, que exercem o controle efetivo sobre o processo de produção e distribuem o resultado proporcionalmente ao trabalho realizado" (Faria, 2003, p. 41).

Para definir os princípios da autogestão, Faria faz inicialmente uma revisão dos conceitos de autogestão com interesse especial nos seus fundamentos e contextos específicos. Para tanto, Faria faz uso das definições de Greenberg, que indica a superação do capitalismo e da alienação do trabalhador como questões da democratização do local de trabalho.

Faria considera a autogestão como uma forma de gestão que ocorre quando a organização é democraticamente gerida pelo conjunto dos trabalhadores, que exercem o controle efetivo sobre o processo de produção e distribuem o resultado proporcionalmente ao trabalho realizado. Neste caso, não é o capital que comanda o processo de produção.

A conseqüência desta definição é de que neste tipo de organização o capital não compra força de trabalho. Assim, o significado das relações de produção nas

organizações coletivistas de produção é diferente do entendimento decorrente das relações de produção capitalistas, portanto, a forma como foram definidas por Marx para analisar o modo de produção capitalista, não podem ser diretamente aplicadas à autogestão.

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NAS EXPERIÊNCIAS

Da mesma maneira diferenciada em que foram constituídas, cada cooperativa estudada por Faria tem uma organização e uma prática particular. Sendo assim, a descrição da prática da autogestão de cada experiência será realizada a partir do tópico relacionado.

Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Limitada – COOPERUNIÃO

A Cooperunião é considerada por Faria como a cooperativa que possui a estrutura mais complexa e consolidada dentre as experiências estudadas por ele. Sua administração conta com um Conselho Fiscal, o Conselho Diretor subdividido por quatro Setores e um Conselho Social e Político, subdividido por Comissões e Núcleos de Discussão.

Além da estrutura formal, em algumas situações os conselhos diretor e social e político se reúnem formando uma terceira instância, e ainda podem ser formadas comissões temporárias para elaborar propostas específicas a serem discutidas nos núcleos.

A assembléia é instância máxima da cooperativa e do assentamento. As assembléias se realizam a cada duas semanas (aos sábados), mesmo que não haja nenhuma decisão a ser tomada, para repassar informações. De acordo com um dos associados entrevistados por Faria, a participação nas assembléias fica em torno de 70% das pessoas, variando de acordo com os assuntos que serão tratados.

Faria descreve que os debates para promover o esclarecimento das questões e fundamentar a tomada de decisão não se realizam na assembléia. Qualquer discussão é feita no núcleo, que é a unidade política onde ocorre a participação direta das pessoas no debate das questões relativas ao planejamento, à decisão e à avaliação.

Os associados debatem e formam sua opinião nos núcleos, mas a decisão é efetivada na assembléia. Faria destaca que os níveis de participação nos núcleos são

maiores que na assembléia, justificado pelo fato dos núcleos de discussão se constituírem em instâncias menores formadas por proximidade de casa, o que permite não só maior presença nas reuniões como maior efetividade na participação, pois as pessoas se sentem menos tímidas.

Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria, Conservação e Limpeza - Cooperativa 21

A Cooperativa 21 está estruturada por uma Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética. A cooperativa ainda conta com a Assembléia Geral e a reunião da diretoria ampliada, com a participação de aproximadamente oito pessoas.

Segundo Faria, das estruturas formais, o conselho de ética existe para julgar casos especiais de comportamento dos cooperados, mas nunca foi acionado. O conselho fiscal reúne-se trimestralmente e também é pouco atuante. Faria compreende que a pouca estruturação da cooperativa está relacionada à fragmentação do processo de gestão, visto que as atividades da gestão da cooperativa restringem-se na maioria dos casos a ações emergenciais, ou seja, solucionar questões específicas do cotidiano da organização.

Faria julga que a gestão da organização seja exercida pelos componentes da diretoria porque são as pessoas que tem a responsabilidade de solucionar os problemas que porventura surgirem.

Ainda assim, o autor relata que as decisões de maior relevância são remetidas à assembléia. Porém, essas decisões são “levadas” para a assembléia pelos diretores, e acaba se tornando um espaço para justificar o que está acontecendo. Um dos entrevistados por Faria revela que foi solicitado a realização de cursos de formação do trabalhador sobre cooperativismo e sobre o próprio estatuto.

Faria relaciona este envolvimento dos associados com o fato de que o que move as pessoas a entrar na cooperativa é a necessidade imediata . A falta de emprego e a dificuldade de manutenção das condições materiais de vida acabam por levar as pessoas a buscarem alternativas que em determinados casos pode ser a cooperativa.

Portanto, o autor compreende que a participação da diretoria na gestão é mais efetiva. Segundo ele, a participação do conselho fiscal é baixa e na assembléia a participação é alta, mas pouco efetiva, pois só ocorre quando a diretoria solicita a manifestação dos associados, em questões operacionais ou para oficializar decisões previamente tomadas pela diretoria. O associado participa com mais efetividade, ainda

que se considere a questão da dupla característica do contratante como cliente e patrão, na definição das questões relativas ao próprio posto de trabalho.

A responsabilidade sobre o processo de gestão é assumida pela diretoria. Faria considera que este fato está relacionado à ausência de planejamento das atividades que torna o processo de gestão fragmentado. Faria analisa que a contradição nesta afirmação está relacionada ao reconhecimento de que, idealmente, todos deveriam ser responsáveis pelas ações da Cooperativa 21, mas que na prática esta situação não ocorre como deveria.

Os associados entrevistados por Faria indicam a informação como outro aspecto, onde existe dificuldade de apropriação coletiva, pois a informação acaba ficando concentrada na diretoria, que repassa a informação de maneira informal, ou seja, não existe uma estratégia para isso.

Ambiens Sociedade Cooperativa

Faria descreve que a estrutura da Ambiens se constitui informalmente, pois não possuem um organograma claramente definido. Mesmo as instâncias formais, como os conselhos, têm suas atribuições definidas informalmente.

O autor identifica nesta organização a separação entre concepção e execução das tarefas, sendo que a concepção cabe ao conjunto dos cooperados e envolve atividades estratégicas como o planejamento e as decisões de caráter fundamental; e a execução se separa em dois grupos de atividades: uma ligada ao gerenciamento e outra referente à implantação dos projetos da cooperativa.

A única estrutura formal observada por Faria foi o Conselho de Administração, que responde pelas ações de gerenciamento e suporte à implementação dos projetos. Este conselho tem a função de operacionalizar as decisões dos cooperados. Na Ambiens existem também as Equipes de Trabalho, que são estruturas temporárias, mas podem ser consideradas como integrantes de uma instância da gestão que seria responsável pela implementação das atividades relativas aos projetos. A instância máxima desta cooperativa, conforme exposto pelos entrevistados por Faria, consiste no “conjunto dos cooperados”, ou seja, todos aqueles que participam efetivamente da cooperativa. Além destas três instâncias, existe o Conselho Fiscal, que se constitui em uma estrutura formal, mas que, segundo Faria, não atua efetivamente.

Existe a convocação formal deste conjunto dos cooperados para as reuniões que definem os planejamentos estratégico e anual da cooperativa, quando as decisões têm

caráter mais polêmico e em temas de maior importância ou que se relacionam à identidade da cooperativa.

Faria encontrou dificuldade em identificar a divisão objetiva da estrutura do “conjunto dos cooperados” pelo fato dos cooperados circularem entre as instâncias organizacionais executando várias atividades.

Em relação às questões estratégicas, o autor identifica uma fragmentação da participação das pessoas nos projetos. No entanto, considera que exista um senso coletivista com razoável intensidade em relação à responsabilidade dos associados sobre as ações da cooperativa.

Portanto, Faria conclui que existe certo “comprometimento”, mas existe um controle coletivo sobre as decisões tomadas individualmente ou em grupo em nome da cooperativa. Como as responsabilidades são delegadas pelo conjunto da cooperativa, então as decisões tomadas no âmbito destas responsabilidades remetem à cooperativa. O autor relata que, caso individualmente um cooperado ultrapassa o limite a ele delegado, o mesmo deve responder internamente, e externamente, é a cooperativa que assume a responsabilidade.

Segundo o autor, existe um baixo grau de integração entre as ações estratégicas e as operacionais também em relação à informação. A disponibilidade e o domínio das informações no nível estratégico é maior e encontra-se de forma homogênea em relação aos cooperados. A exceção verifica-se no que concerne às atividades de acompanhamento e avaliação, pois são atividades que não são desenvolvidas em nenhum dos níveis de gestão. O autor observa que nas atividades de planejamento e decisão operacionais, os associados têm dificuldade tanto de acesso quanto de domínio das informações. Para ele, as dificuldades de acesso referem-se basicamente à falta de organização e sistematização das informações.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Limitada – COOPERUNIÃO

De acordo com Faria, na Cooperunião, cada equipe tem uma pessoa responsável pelo controle das horas executadas pelos associados. A contabilidade destas horas é efetuada em uma ficha mensal individual, que é repassada para o Setor de Controle e Custos. Desta forma, é possível saber quantas horas foram executadas por pessoa, por equipe e pelo conjunto da cooperativa, permitindo calcular o adiantamento mensal.

A jornada de trabalho é de no mínimo oito horas por dia para os homens e de quatro horas por dia para as mulheres, de segunda-feira à sexta-feira. As mulheres podem trabalhar mais se assim o desejarem. Em determinadas épocas do ano, como nas relativas às colheitas, por exemplo, o coordenador tem autonomia para aumentar a jornada, se for necessário. A partir dos 12 (doze) anos os jovens podem participar do trabalho, com horário definido de acordo com as atividades escolares. Em algumas épocas trabalham somente duas horas e meia.

Os meios de produção podem ser considerados basicamente como compostos de dois elementos: a terra e os equipamentos. Em relação à terra, são 60 famílias que têm um contrato de posse junto ao INCRA no qual cada uma tem uma parcela de aproximadamente 20 (vinte) hectares. Não existe, porém, divisão da área, a não ser pelas características da produção definidas pelo agrônomo. Os assentados também não são proprietários da sua parcela, de modo que não podem vendê-la.

Caso não desejem mais continuar no assentamento perdem o direito de uso. Para que a cooperativa pudesse fazer o registro de pessoa jurídica como cooperativa de produção, era necessário que tivesse uma área definida e para isso cada assentado firmou um contrato de comodato para cessão da terra para cooperativa.

Os equipamentos também são todos coletivos, de propriedade da cooperativa, e a sua utilização, assim como a da terra, está vinculada ao planejamento das atividades.

Inicialmente, a remuneração dos associados era calculada por dia, mas atualmente é calculada por hora de trabalho. O valor da hora produtiva é o mesmo, independente da atividade. Excetuando-se as horas despendidas em atividade política, tais como as reuniões de comissões e núcleos e as assembléias que são realizadas à noite, os mutirões de trabalho voluntário, que podem ocorrer tanto no assentamento como fora dele e o apoio aos visitantes, todas as outras horas são produtivas, inclusive as reuniões das equipes de trabalho.

Também são consideradas horas produtivas as despendidas em cursos de formação, até o limite de oito horas por dia. Jornadas de mais de oito horas só podem ser realizadas com autorização do coordenador. Um exemplo que ilustra bem este procedimento é o caso da professora da escola do assentamento, que é associada da cooperativa e recebe um salário da prefeitura. Este salário é repassado ao caixa da cooperativa e ela recebe a remuneração equivalente ao restante dos associados, sendo consideradas as horas de aula como a sua jornada de trabalho.

Cada pessoa tem uma ficha mensal na qual são contabilizadas as horas de trabalho por uma pessoa da sua equipe de trabalho. Existe um responsável pela

medição das horas que, no final do mês, faz a soma e repassa para o associado conferir. Caso haja consenso, os dois assinam a planilha. A planilha é, então, repassada para o Setor de Controle e Custos para cálculo do adiantamento mensal e do fechamento semestral. O valor da hora mensal é calculado a partir da relação entre as horas trabalhadas no mês e o rendimento obtido com a venda do leite. Como o rendimento relativo às demais atividades é realizado em épocas específicas, como, por exemplo, as épocas de colheita, realiza-se o fechamento semestral da contabilidade das horas trabalhadas. Para calcular a distribuição do resultado semestral, contabiliza-se o consumo do associado pelo custo de produção dos alimentos, o adiantamento mensal recebido, e as horas trabalhadas. Em havendo sobra no semestre, decide-se a parcela que será revertida em investimentos e a parcela que será distribuída como renda. Os investimentos são realizados proporcionalmente às sobras e não ao trabalho individual, ou seja, o investimento é realizado pelo coletivo.

As remunerações são diferenciadas apenas para os menores de 18 (dezoito) anos. Dos 12 (doze) aos 14 (quatorze) anos os jovens recebem 50% do valor em dinheiro e 25% da quantidade de alimentos referente à remuneração de um adulto. Dos 15 (quinze) aos 17 (dezessete) anos estes valores passam a ser, respectivamente, 80% e 50%.

O autor observa, porém, que existem divergências em relação à continuidade deste processo de remuneração. Um dos entrevistados por Faria julga que seria mais correto remunerar a partir da produtividade do trabalho. No entanto, ele reconhece que não há, atualmente, mecanismos que permitam dimensionar esta produtividade e considera então que deveria haver ao menos incentivo para os associados que mais se destacassem. Outros entrevistados pelo autor entendem que a remuneração deveria ser realizada pela força de trabalho, considerando de forma diferenciada os trabalhos que envolvem maior dificuldade ou dureza. Desta forma, as atividades no campo seriam melhor remuneradas que as atividades de escritório. Ambos concordam, porém, que seria difícil medir a força de trabalho e que o cálculo desta diferença não seria facilmente compreendido pelos associados. Por outro lado, outro entrevistado afirma que o processo de remuneração deve continuar desta forma, ou seja, as horas têm que ser sempre iguais, pois o sacrifício de uma pessoa que trabalha no escritório é menor, mas a responsabilidade é maior.

Além da remuneração formal, a cooperativa concede uma série de outros benefícios. Em relação à educação, além da escola de 1ª à 4ª série que existe no assentamento e que recebe auxílio financeiro da prefeitura, a Cooperunião financia com

material escolar e transporte os alunos de 5ª à 8ª série. Existe, ainda, uma negociação com órgãos da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado de Santa Catarina para tornar viável que os jovens curse o segundo grau em escolas públicas. Em relação à universidade, a cooperativa financia os estudos de algumas pessoas de acordo com demandas de capacitação do próprio coletivo. Com o mesmo sentido, os cursos de formação política também são contabilizados como trabalho e as despesas são pagas pela cooperativa.

No setor de saúde, a cooperativa remunera as horas despendidas por aqueles associados que procuram viabilizar, por meio de ajudas externas, o atendimento médico particular, quando algum outro associado não consegue recebê-lo através do sistema público. Ocorreu uma situação, que ilustra este procedimento, em que a cooperativa pagou um alto valor pelo atendimento médico-hospitalar de uma associada, tendo sido decidido que não seria necessário que a mesma ressarcisse este valor.

Finalmente, no setor de esporte e lazer a Cooperunião arca com os custos de material esportivo e transporte para campeonatos, além de outras despesas que possam surgir. Nas festividades, a cooperativa paga alimentação e uma parcela das bebidas e promove o intercâmbio entre assentamentos, atividade esta considerada importante para a integração dos mesmos.

Cooperativa dos Trabalhadores em Portaria, Conservação e Limpeza - Cooperativa 21

Um dos problemas apontados por Faria que a Cooperativa 21 enfrenta se refere ao baixo comprometimento dos associados com a cooperativa. A partir de informações adquiridas em entrevista com um dos cooperados, o autor revela que o associado não permanece muito tempo na cooperativa, apenas em caso de necessidade, ou enquanto for mais vantajoso estar na cooperativa em detrimento do trabalho com carteira assinada. Conforme depoimento de um dos entrevistados por Faria, este baixo comprometimento se acentua porque “[...] é difícil apresentar a cooperativa como alternativa de mudança da sociedade, porque eu acho que ela não responde por isso. Ela pode no máximo melhorar as condições de trabalho” (in Faria, 2003, p. 197).

Faria entende que este aspecto é acentuado especialmente se for considerado que o objeto de trabalho da Cooperativa 21 é a prestação de serviço em portaria e limpeza, em que a relação de trabalho envolve o relacionamento direto do associado com o contratante. Neste sentido, um dos entrevistados por Faria reconhece que é

inerente ao serviço que o contratante seja patrão, pois no serviço o relacionamento é com a pessoa, diferente da produção em que o relacionamento é com o produto.

Considerando estes aspectos, Faria percebe que há uma relação entre o baixo comprometimento e a finalidade da Cooperativa 21 definida coletivamente pelos associados, de um lado, e o significado que cada associado dá a esta finalidade, de outro. Esta relação é reforçada pela constatação de que na assembleia a discussão gira em torno das questões operacionais da execução do trabalho para o contratante.

No que se refere ao produto do trabalho, Faria percebe dificuldade dos cooperados na compreensão da mercadoria gerada pela organização e “em dissociar a pessoa do produto do seu trabalho”, pois como o trabalho da cooperativa consiste em serviços e não na produção de um bem material, os trabalhadores não vislumbram o resultado de sua produção.

Os contratantes dos serviços da Cooperativa 21 são, em geral, condomínios residenciais ou mistos que firmam contratos por períodos determinados de um ano. Faria relata que a diretoria da cooperativa procurou firmar contratos com empresas comerciais e indústrias, mas não obteve sucesso. Segundo Faria, os contratos são baseados em outras cooperativas e outras empresas do setor e procuram assegurar condições de trabalho, como, por exemplo, local adequado para as refeições, local coberto para trabalhar, descanso remunerado, férias, vale transporte e vale alimentação, incorporando alguns destes itens nos valores do contrato. Constam também cláusulas referentes ao recolhimento do INSS e a garantia de que o cooperado não venha a entrar com uma reclamatória trabalhista contra o contratante.

Os valores dos contratos são discutidos com os possíveis ocupantes dos postos de trabalho e procuram garantir que a remuneração do cooperado seja equivalente ao piso salarial da categoria. Embora exista a intenção de que o cooperado participe da elaboração da planilha de custos que define os valores dos contratos, individualmente, a preocupação tem sido sempre sobre qual será o valor da remuneração mensal.

Na negociação com o contratante, a cooperativa representa os cooperados como um corpo coletivo. No entanto, alguns cooperados não se sentem representados pelas propostas de trabalho, visto que a cooperativa deve ajustar o melhor serviço ao menor preço com o cliente e o cooperado quer obter melhor remuneração por seu serviço. Neste aspecto, um dos cooperados entrevistados por Faria alega ser muito difícil perceber a fronteira entre o cooperado e a cooperativa, sendo que para ele, “o cooperado é a cooperativa”, pois é ele quem detém os meios de produção e o controle do trabalho.

A construção da planilha de valores do contrato a ser firmado com as empresas contratantes não é coletiva, pois, Faria informa que apenas dois cooperados têm o conhecimento necessário para realizar essa função. O restante dos cooperados, além de não participar de sua construção, também não concorda com os valores. O autor relata que surgem questionamentos principalmente no que se refere à relação entre os valores destinados à remuneração dos associados e à manutenção da cooperativa, visto que os cooperados estão tentando melhorar sua remuneração, apesar de ser um consenso entre todos os associados de que a infra-estrutura é insuficiente.

Com relação à divisão do trabalho Faria identifica uma clara separação entre as atividades realizadas no posto de serviço, ou seja, a atividade fim; e as de gerenciamento da organização, que envolvem desde a venda do serviço e a discussão do contrato até as questões administrativas mais operacionais. Segundo um dos entrevistados pelo autor, a maior parte das pessoas não se envolve nas atividades de gerenciamento da cooperativa, só vai para o posto de serviço e quem estabelece contato com os possíveis clientes e decide para quem vender o serviço é a diretoria.

No posto de serviço a equipe é responsável parcialmente pela organização do trabalho. Nos exemplos citados nas entrevistas, o cliente, representado pelo síndico de um condomínio, define as questões mais gerais da execução do trabalho em conjunto com a equipe.

No que se refere à jornada de trabalho, como definida pelo contrato, variando de cliente para cliente, se restringe ao posto de serviço. Entretanto, Faria coloca que a equipe tem alguma liberdade para modificar ou compor os horários, a não ser que o contratante solicite alguma alteração. Neste caso, a definição da jornada de trabalho continua sendo determinada pelo contratante, pois este sempre é atendido.

A remuneração segue a lógica da definição da jornada de trabalho, sendo, da mesma forma, considerada a partir do posto de trabalho. Portanto, o valor da remuneração varia de acordo com o contrato firmado pela cooperativa procurando estabelecer como valor mínimo o equivalente ao piso salarial da categoria.

Segundo Faria, os associados decidiram que os mais antigos deveriam ocupar os postos de trabalho com melhor remuneração e na medida em que surgem melhores contratos é realizado um remanejamento. Porém, este remanejamento é restrito, pois o cliente prefere que trabalhem sempre as mesmas pessoas.

Somente a hora trabalhada no posto de trabalho é remunerada, entendendo-se que as horas empreendidas em funções administrativas são voluntárias, ou seja, não

são remuneradas. Porém, existe uma bonificação percentual do valor do primeiro ano de contrato para quem efetua a venda.

Ambiens Sociedade Cooperativa

Segundo Faria, o objeto de trabalho da Ambiens é definido pelos associados a partir de um planejamento estratégico que inclui a possibilidade de inserção no mercado e o retorno para a sustentabilidade da cooperativa, ao mesmo tempo em que tentam levar em conta o interesse pessoal de cada cooperado, baseado na vontade e nas motivações políticas e ideológicas do associado.

As atribuições e a divisão da organização do trabalho são determinadas pelo agrupamento de três conjuntos de atividades: a busca de projetos, que consiste basicamente em contactar possíveis clientes e elaborar propostas para agências de financiamento, a execução técnica dos projetos e o gerenciamento da cooperativa.

Na elaboração dos projetos, construiu-se um procedimento que envolve: o contato com o contratante, o levantamento de propostas no “conjunto dos cooperados” por meio de técnicas de tempestade de idéias³³, a elaboração da proposta por um grupo menor de associados para posterior aprovação pelo “conjunto de cooperados”, a definição da equipe e a execução técnica do trabalho. Assim, em todas as etapas o envolvimento dos associados é direto.

Conforme explicitado pelo autor, a divisão que se estabelece na cooperativa refere-se apenas à divisão de responsabilidade sobre os projetos específicos entre as equipes que se formam para sua implementação. Existe divisão também no que concerne às atribuições cotidianas que o autor descreve que se dão a partir da definição do “conjunto dos cooperados”, porém, levando-se em consideração o interesse individual, ou seja, de acordo com a vontade e a habilidade de cada associado.

Neste caso, há uma diferenciação entre associados e trabalhadores que são contratados pela cooperativa. A cooperativa pratica duas formas de contratação: de consultores temporários e funcionários assalariados. Os funcionários contratados³⁴. trabalhadores têm suas funções definidas pelo conjunto de cooperados, não há participação na concepção do processo de trabalho. Já os consultores temporários, como são contratados a partir de uma demanda específica para o projeto, colaboram na

³³ O *Brainstorming* é uma técnica de Administração de Marketing que consiste na “tempestade de idéias”

³⁴ O autor não identifica exatamente qual atividade exerce o funcionário assalariado contratado. Entendemos apenas que esse funcionário encontra-se em processo de aprendizagem.

operacionalização e na organização do trabalho. Assim sendo, Faria relata que existe uma possibilidade deste contratado se tornar um associado, por ter um envolvimento maior com a definição do planejamento coletivo.

Quanto à jornada de trabalho, as horas de trabalho dos associados envolvidos em algum projeto, são definidas a partir do tempo necessário para realização deste, tempo que é estimado pelo conjunto dos cooperados em primeiro lugar e, a partir desse tempo, pela disponibilidade de cada associado para cumprir a tarefa relativa à execução do projeto. No caso das atividades relativas à administração, o tempo de trabalho é definido pela disponibilidade que a pessoa responsável tem em executar essa atividade.

Assim como as horas de trabalho, os recursos materiais ou os meios de trabalho também são definidos em maior grau pela necessidade dos projetos. Neste caso, no entanto, o gerenciamento dos recursos destinados aos bens de consumo ocorre quase que exclusivamente no âmbito das Equipes de Trabalho. Os projetos são autônomos e o gerenciamento integrado dos projetos não é realizado senão informalmente. Entretanto, pode haver uma diferenciação do poder de decisão dos cooperados em relação à aplicação dos recursos relacionada à participação em projetos de maior ou menor importância.

Segundo Faria, nas decisões relativas à infra-estrutura, a discussão se estabelece de maneira informal. O debate formal é realizado somente no que concerne à aquisição de equipamento. Nesse caso, a prioridade é definida pela urgência da atividade ou do projeto ou pela negociação entre os associados.

No que concerne à remuneração dos associados, Faria descreve que inicialmente o orçamento de cada projeto estabelecia a remuneração do cooperado envolvido, e era estabelecida a partir da qualificação e da diferença de formação e experiência. Este orçamento não previa remuneração para o apoio administrativo, por exemplo, a busca pelo projeto. Assim, havia cooperados que ficavam meses seguidos sem receber. Além disso, era estabelecida uma porcentagem determinada para a manutenção da organização por projeto. Caso não houvesse uma quantidade necessária de projetos que somasse o montante de recursos necessários à manutenção, a diferença era coberta por contribuição do cooperado ao capital social ou por empréstimo. Tal situação tornava a situação financeira da cooperativa insustentável.

Dessa forma, foi necessário conceber um novo sistema de remuneração, que priorizasse os recursos para manutenção da cooperativa. Como custos de manutenção, os associados consideravam, além dos custos de produção como insumos, água, luz, aluguel; também as horas de trabalho do cooperado que foi ao banco ou atividade com

objetivo de fechar contrato. Decidiu-se, dessa forma, que a partir do faturamento mensal da cooperativa, se deduziriam os custos, para então distribuir o restante para os cooperados.

Percebemos que os trabalhadores, a partir de documento exposto nesta dissertação, reconheciam que o valor dos projetos, e portanto, da remuneração, era determinado pelo valor do contrato estabelecido com o cliente:

É preciso ter claro então que estamos vendendo TODO trabalho realizado na cooperativa, não só aquele relativo ao projeto específico. Se recebermos R\$ 1.000,00 pelos contratos de um mês, este é o valor de 6 a 8 pessoas trabalhando durante este mês. Em termos capitalistas diríamos que nossa produtividade é baixa. Foi, no entanto, este o valor que conseguimos pelo nosso trabalho (Ambiens, 2002 *apud* Faria, 2004).

Segundo o autor, foi definido um valor mínimo para a remuneração, considerando que, caso não houvesse recursos suficientes para remunerar todas as horas pelo valor mínimo, as horas excedentes formariam um banco de horas.

Faria avalia que a implementação deste modelo implicava na elaboração de um orçamento de médio prazo para o gerenciamento dos recursos financeiros que permitisse um acompanhamento preciso dos valores relativos aos custos, possibilitando o cálculo da sobra para remuneração.

Porém, o autor registra que a remuneração era calculada sempre com base no valor mínimo estipulado. Ele considera que esse problema ocorre devido à dificuldade de informação e formação referentes aos aspectos operacionais da gestão financeira da Ambiens. Além disso, o pagamento dos serviços prestados não ocorria ao mesmo tempo em que era executado o trabalho, gerando desproporções entre a quantidade de horas em determinado mês e o valor arrecadado. Desta forma, foi proposta uma revisão das horas por uma sistemática que considerasse que o valor referente à remuneração fosse calculado pelo trabalho efetivado no mês a partir de uma estimativa da porcentagem executada dos projetos em andamento. Novamente, ocorreram dificuldades para elaboração desta revisão, e a forma adotada foi aumento do valor mínimo da hora. Faria descreve que na situação em que fez sua análise, não havia diferenciação de valor entre as atividades e entre a formação e experiência dos associados.

O curioso neste sistema de remuneração fica por conta do estabelecimento do valor da hora de trabalho, que diferentemente da maioria das organizações que contam a quantidade exata de tempo trabalhado, na Ambiens esta é contabilizada a partir do tempo de trabalho coletivamente necessário para execução da tarefa referente ao

projeto, estipulado pelo conjunto dos cooperados. Nesse sentido, Faria aponta que, se há falta de habilidade ou conhecimento, e se ultrapassa a média necessária, a hora a mais trabalhada não é contabilizada.

2.6 Coopercristal e Unicristal³⁵

Esta dissertação trata da experiência do cooperativismo no setor cristaleiro do Vale do Itajaí e analisa a tentativa de superação das relações capitalistas a partir da eliminação da figura do patrão. Tem por objetivo “realizar uma análise teórico-metodológica sobre as possibilidades de autonomia dos trabalhadores nos movimentos e nas organizações que se apresentam como alternativas ao modelo de organização sócio-econômico dominante” (Hillesheim, 2003, p. VIII).

A autora considera a superioridade da experiência como organização controlada pelos trabalhadores, porém reconhece que não resolve os problemas da sua subordinação ao mercado, que muitas vezes é enfrentado com sobretrabalho: extensão da jornada ou do ritmo de trabalho ou trabalho em condições precárias.

Hillesheim observa que o movimento autogestionário faz parte da agenda de entidades públicas como alternativa ao desemprego. Mas, para ela, estas alternativas vão além disso, pois “procuram ‘modificar’ as relações de trabalho que majoritariamente são incorporadas no interior da dicotômica sociedade capitalista: patrão versus empregado; precarização versus exploração” (Hillesheim, 2003, p. 2-3).

ORIGEM DAS EXPERIÊNCIAS

As cooperativas estudadas pela autora foram as cooperativas do setor cristaleiro da região do Vale do Itajaí em Santa Catarina – Coopercristal e Unicristal³⁶.

Ambas cooperativas foram formadas a partir do apoio do poder público local junto com Sindicato dos Trabalhadores da categoria, Universidade Regional de Blumenau e Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, em momento de crise.

³⁵ Refere-se à análise da dissertação de mestrado de Mariléia Hillesheim Enns, intitulada “Autogestão: a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial” defendida em 2003 no curso de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁶ Ambas as cooperativas estudadas por Hillesheim deixaram de existir após a realização de seu estudo. Dessa forma, durante toda a descrição dessas experiências será utilizado o tempo verbal no passado. A autora relata em seu trabalho que a Unicristal fechou por ter contratado muitos trabalhadores não associados, comprometendo a participação daqueles que eram cooperados, e pelo fato de nenhum dos trabalhadores estarem recebendo no final do mês. A Coopercristal também teve problemas de ordem financeira. Os cooperados adquiriram muitas dívidas com o dono do supermercado local que assumiu a direção da cooperativa, configurando-se uma relação de co-gestão. Essa situação não perdurou por muito tempo e a Coopercristal também fechou tempos depois (essa informação foi obtida na etapa de levantamento de dados da pesquisa realizada por Guimarães et al, 2004).

Na época em que foram constituídas as cooperativas, o contexto era de um Governo de caráter popular, que implementou um programa de apoio às formas cooperativas e associativas, em face da possibilidade de fechamento das empresas do setor. Para tanto, criou uma Divisão de Economia Solidária na Secretaria de Desenvolvimento Social.

A Cooperativa Coopercristal estava localizada no município de Blumenau e atuava no ramo de cristais, mais especificamente no artesanato de bichinhos, vasos, cestinhas, copos e outros artigos. Foi fundada em março de 1997, a partir da falência da empresa Cristais Santa Catarina.

A cooperativa surgiu num contexto de crise. Durante o plano real, com a falta de capital de giro e abertura de mercado, iniciou-se uma competição desigual com produtos importados (com melhor qualidade e preços menores). Esta situação afetou todo o setor de cristalaria e vidraria, e como Blumenau pode ser considerada o pólo deste setor dentro do Estado, foi profundamente abalado, ocasionando a falência de diversas empresas.

A Cristais Santa Catarina estava com problemas financeiros, não tinha condições de manter seus funcionários, que na época eram 78. Na ocasião, o Sindicato dos Cristaleiros, já vinha desenvolvendo uma iniciativa de co-gestão em outra empresa e, juntamente com a ANTEAG fez um acordo com o proprietário da Cristais Santa Catarina, para garantir os empregos. Esse acordo foi aprovado pelos trabalhadores reunidos em Assembléia, que passaram a gerir a empresa. A área de vendas continuou nas mãos do antigo proprietário e os trabalhadores ficaram com o comando da produção (uma espécie de co-gestão). O proprietário trabalhou um mês nas vendas, quando foi descoberto um desvio de dinheiro da cooperativa, por esta razão ele foi afastado. Tentou-se, então, contratar um profissional de confiança para administrar a cooperativa, mas também não deu certo.

Quando a Cristais Santa Catarina entrou em processo de falência, todo o patrimônio foi arrestado. A sede da cristalaria permaneceu alugada, como era anteriormente, portanto não como propriedade dos trabalhadores.

Coube ao Sindicato dos Trabalhadores, à ANTEAG, juntamente com a Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico, da Prefeitura Municipal de Blumenau, apresentarem aos trabalhadores a alternativa de formação de uma cooperativa para continuarem inseridos no mercado de trabalho. Em assembléia realizada em 08 de março de 1997, 34 trabalhadores passaram a se organizar em

cooperativa: surgiu a Coopercristal – Cooperativa de Produção de Vidros e Cristais de Blumenau Ltda.

A Unicristal teve um processo parecido com o da Coopercristal. Foi fundada um ano após a constituição da cooperativa de Blumenau. Localizada em Indaial, originou-se a partir da falência da empresa Di Trevi, que produzia cristais diferenciados, um tipo de produto mais pesado, caracterizado por peças grandes, diferentes das peças produzidas pelas outras empresas do setor (cristais finos, como copos). A denominada “linha sueca” produz peças como por exemplo vasos, saladeiras, troféus, que chegam a pesar de 4 a 8 kg. A combinação de um tipo de produto de difícil aceitação no mercado, juntamente com os problemas de caráter administrativo, contribuiu para o fechamento da empresa no setor.

Com a falência da Di Trevi, os mesmos organismos que apoiaram a formação da Coopercristal também apresentam aos 57 trabalhadores como alternativa à situação de crise, a organização de uma cooperativa.

O gerente da massa falida da Di Trevi, entrevistado durante o estudo de Hillesheim considerava que foi a intervenção do sindicato junto ao processo de falência que deu garantias para a continuidade da empresa, pois, caso decretasse a falência, os trabalhadores não poderiam mais utilizar o espaço fabril para implantar a cooperativa.

Quando a falência fosse declarada pelo juiz, tornando a empresa insolvente, ela não iria mais pagar em dia os créditos e os débitos. Com o decreto do juiz do pedido de falência da empresa, a empresa seria lacrada e os bens seriam arrecadados, assim como todos os créditos. Seria realizado um processo de vendas desses bens, com o pagamento dos credores num processo de liquidação. Para administração dessa falência decreta-se um síndico, que tem o papel de fazer o trabalho administrativo. Esse trabalho demora alguns anos, porque todos esses credores, todas as pessoas que tem crédito com relação àquela empresa podem entrar com um processo de cobrança e se habilitar na falência, tornando-se normalmente um processo muito demorado.

A Di Trevi possuía mais de 100 (cem) credores, somando mais de duzentos processos de credores contra a empresa, justificado pela ação conjunta de todos os trabalhadores, todos os credores, todos os bancos, e o Governo, que também era credor de impostos da empresa. Cada dívida correspondia a um processo, onde são levantados primeiramente os seus valores. A cada um seria feito um quadro geral de credores e informado ao juiz a falência, os bens seriam vendidos através de leilão, para poder pagar os credores.

Para dar continuidade à produção e não fechar a fábrica, evitando causar, desta forma, prejuízo aos fornos, como também não causando maiores prejuízos aos trabalhadores que ficariam desempregados, foi feito através do sindicato um pedido para que o juiz desse continuidade no processo de gestão da empresa, mesmo com o processo de falência. Em paralelo à falência, a Di Trevi continuaria a funcionar com a nomeação de um gerente para fazer a sua administração, substituindo os antigos proprietários. Após a nomeação de um gerente pelo juiz, este continuaria trabalhando junto com os trabalhadores. Este síndico prestaria contas de todos os atos ao juiz. A Unicristal estabeleceu então um contrato com a Di Trevi, onde a cooperativa utilizaria o terreno, o prédio e os equipamentos da massa falida.

Este movimento de fomento às cooperativas autogestionárias que estimulou a criação das duas cooperativas analisadas por Hillesheim estava ligado diretamente com um movimento nacional incentivado, fundamentalmente, pela ANTEAG no início da década de 90. Ambas cooperativas foram formadas a partir de falência de empresas, e esta associação era uma das principais responsáveis pela transformação de empresas falidas em empreendimentos autogeridos.

Os principais autores que influenciaram esse movimento da década de 90 foram Paul Singer, Marcos Arruda e Euclides André Mance.

Como forma de caracterizar as experiências cooperativas e de autogestão a partir da década de 1990, a autora cita Arruda, que vê este movimento como caracterizado por um cooperativismo popular que procura resgatar os elementos filosóficos originários do cooperativismo onde

a primazia é o ser humano (seja ele trabalhador, tomador de crédito, etc); a busca do “preço justo”; as relações solidárias e cooperativas nas transações; a proposta de abolição do sistema assalariado; e a construção de uma esossociedade cooperativa; gestora de um projeto próprio de desenvolvimento capaz de estabelecer laços ao mesmo tempo comerciais e solidários entre os povos. (Arruda *apud* Hillesheim, 2003, p. 44).

Trata-se de uma corrente que observa o cooperativismo como importante meio de organização e gestão política e econômica dos trabalhadores, possibilitando real melhoria na condição de trabalho e vida dos trabalhadores, no que se refere principalmente ao conhecimento dos trabalhadores sobre processos de gestão e produção.

Mance (*apud* Hillesheim, 2003) define o caráter autogestionário de um empreendimento a partir da participação dos trabalhadores na gestão e também pela transformação nas relações de propriedade. Para o autor, pode-se caracterizar um

empreendimento autogestionário quando a gerência é realizada pelos trabalhadores a partir da eleição de direção e conselho de gestão, quando assume a forma de cooperativa a cota torna-se igual a todos os membros, e quando assume forma associativa, os trabalhadores são sócios e operários ao mesmo tempo.

Arruda (*apud* Hillesheim, 2003) cita como problemas comuns a todas as experiências a necessidade de contratação de trabalhadores empregados pelas cooperativas, não abolindo, assim, a mais valia e a dificuldade em conceber a cooperativa como comunidade humana e não como uma empresa. Para Singer, a cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital, deve pensar no desenvolvimento de todas as pessoas (familiares por ex.) e não somente dos cooperados.

Outra dificuldade apontada por Arruda se refere ao enfrentamento, à competição em mercado pela relação capitalista de produção e mesmo entre cooperativas. Para este autor, os objetivos devem ser: estabelecer redes cooperativas desde a produção até a comercialização, ampliando os espaços cooperativos no interior do mercado capitalista; a abolição de preços extorsivos e a adoção do preço justo e a educação integral dos associados. Para o autor, através da educação, os trabalhadores se tornam cidadãos, aprofundando suas competências técnicas, comerciais e administrativas, como também a capacidade de ação política.

A autora entende que a história do cooperativismo foi forjada no interior do sistema capitalista e considera o aspecto revolucionário/transformador da realidade dos trabalhadores. Descreve como princípios do cooperativismo construídos historicamente a autonomia, a igualdade, a solidariedade e a democracia participativa.

Para a autora, o crescimento de empreendimentos cooperativistas do século XX se deu por

dois postulados fundamentais: uma economia de mercado oposta à hegemônica, baseada em princípios não capitalista de cooperação e ajuda mútua, e a crítica ao estado centralizado, priorizando as formas de organização política pluralistas e federalistas, contribuindo para a importância da sociedade civil (Hillesheim, 2003, p. 4).

Assim como Singer (*apud* Hillesheim, 2003), acredita na viabilidade dos empreendimentos onde “falha” o capital, ou seja, a viabilidade econômica se comprova na medida em que os empreendimentos dão certo em uma área do mercado em que não existem empreendimentos capitalistas, que o autor julga que tenham falhado.

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

Hillesheim conceitua autogestão e cooperativismo a partir da perspectiva emancipatória, constituída no interior do movimento operário. Considera que o movimento operário teve influência do socialismo utópico, do marxismo e do anarquismo e vê a constituição de fábricas autogestionárias como defesa contra a exploração.

Reconhece que há limites no interior da sociedade capitalista, mas considera que a organização coletiva significou uma das formas de enfrentamento ao sistema capitalista, e que desde que surgiram, transformaram as estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade.

A autora utiliza Singer e Luxemburgo como referências da problemática das cooperativas autogestionárias.

Singer, utilizando como exemplo os Pioneiros de Rochdale, considera que a cooperativa demonstrou a não necessidade de isolamento dos empreendimentos que mantêm uma forma socialista de distribuição e produção à economia capitalista. O autor ainda ressalta que a cooperativa mostrou a capacidade dos trabalhadores de se organizarem em atividades econômicas a partir de princípios socialistas e que podem competir com empresas capitalistas. Dessa forma, a cooperativa deixa de ser um meio para a luta revolucionária para se tornar um fim em si mesma, inserida na competição capitalista.

Do objetivo do movimento cooperativista de construir uma alternativa ao capitalismo, emerge a discussão sobre autonomia. Hillesheim questiona até que ponto pode-se considerar possível a busca da autonomia dos trabalhadores pela cooperativa.

A autora então volta a citar Singer, que considera que os trabalhadores não têm a obrigação de produzir lucros proporcionais ao capital investido, permitindo se auto-explorar menos. Ainda, avalia que os trabalhadores têm a liberdade de escolher como e quando trabalhar, para tornar a empresa competitiva. Singer ainda concebe que a Economia Solidária melhora a condição do trabalhador pelo fato do mesmo participar das decisões e estar informado. Para ele, tal ocasião reforça o poder da luta dos trabalhadores pois reduz o “exército de reserva”.

Citando Rosanvallon, a autora acredita que as experiências não representem “a mudança ‘radical’, mas concorda que as tentativas autogestionárias têm o mérito de romper com o ‘automatismo’ da história, ao inserir uma brecha no sistema e renovar suas condições” (Hillesheim, 2003, p. 32).

A autora destaca a contribuição do movimento autogestionário para uma possível revolução socialista e acredita na propagação do cooperativismo para instauração de um novo sistema econômico e social, ou seja, acredita no cooperativismo como transformador da realidade dos trabalhadores e de toda a sociedade.

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NA EXPERIÊNCIA

Ambas cooperativas eram consideradas autogestionárias pelo fato da propriedade coletiva dos meios de produção e pela administração representada por trabalhadores eleitos democraticamente. Entretanto, a intervenção de Prefeitura e Sindicato foi primordial na organização da parte jurídica da cooperativa, tanto no que se refere às condições de funcionamento da cooperativa como da parte documental (elaboração de objetivos, estatuto, regimento interno).

A cooperativa era administrada por um Conselho Administrativo constituído por 15 membros que deveriam se reunir semanalmente para discutir assuntos importantes para a cooperativa.

Existia divisão de trabalho, visto a especialidade de cada trabalhador. Dentro desta divisão de trabalho também existia diferença salarial, sendo a retirada do trabalhador determinada a partir do piso salarial da categoria.

Segundo a autora, as condições do ambiente de trabalho eram bastante precárias na Cooper cristal, enquanto a Unicristal apresentava melhores condições por a empresa estar instalada em uma estrutura mais apropriada para produção de uma linha diferenciada e de melhor qualidade.

A produção de ambas cooperativas era principalmente de bichinhos e adornos de cristal para lojas de R\$1,99, sendo que a produção da antiga empresa da Unicristal antes produzia peças de alto valor agregado, caracterizado por um produto mais pesado e peças grandes, diferentemente das outras empresas do setor que produziam cristais finos, como copos. No caso da Cooper cristal, a produção continuou a mesma.

Como a formação de ambas cooperativas não foi iniciativa dos trabalhadores, mas sim uma alternativa encontrada pela Prefeitura Municipal e pelo Sindicato dos Trabalhadores, percebe-se nos depoimentos dos cooperados descritos na análise da autora, que as vantagens colocadas nas falas são as determinadas por essas organizações, e não as realmente vivenciadas pelos trabalhadores. Os trabalhadores falam de união, trabalhar junto, participar das decisões como vantagens. Entretanto, de

acordo com análise, os trabalhadores deixaram de participar assiduamente das reuniões a partir do momento em que passaram a receber com atraso, ou mesmo não receber suas retiradas.

A administração das cooperativas era diferente. Enquanto na Coopercristal fazia-se questão da participação dos cooperados nas reuniões, na Unicristal os representantes dos Conselhos consideravam que os associados não tinham capacidade administrativa, apenas produtiva.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

A partir da análise da autora, percebe-se que os trabalhadores estavam insatisfeitos com a condição de cooperados principalmente pela perda de direitos trabalhistas e da garantia de salários. Além disso, pela falta de capital de giro e condição de precariedade do ambiente físico, tornar-se cooperado não mudou a condição de precarização das relações de trabalho.

Destarte, a autora compreende que tenham ocorrido transformações das relações de trabalho nas cooperativas de forma significativa. Ela considera que os trabalhadores “redefiniram sua relação com o espaço de trabalho”, pois passaram a perceber este espaço como um ambiente possível de ser rediscutido. Segundo a autora, prova disto é que existiam cooperados que acreditavam na possibilidade da cooperativa dar certo por todos estarem trabalhando e dividindo as sobras e estabelecendo os princípios cooperativistas.

Acredita também que a cooperativa possibilitou a liberdade de criação de trabalhadores na produção, visto a “liberdade interna” que passa a se estabelecer pela ausência do “patrão”.

Entretanto, analisa que as experiências não se efetivaram enquanto empreendimentos cooperativos por não terem incorporado princípios cooperativos. Dessa forma, não houve superação da subalternidade entre os trabalhadores e as antigas relações hierárquicas.

Entretanto, a autora considera que houve maior controle do espaço da produção, embora não signifique efetiva participação dos trabalhadores na gestão dos empreendimentos.

Considera que eram regidas pela lógica do cooperativismo, mas que reforçavam as relações de trabalho da gestão e organização capitalista.

De acordo com a autora, ao final de sua pesquisa, uma das cooperativas havia fechado e a outra se transformado em co-gestão, não se efetivando assim enquanto práticas autônomas de gestão e organização da produção.

A autora justifica as dificuldades de sobrevivência das cooperativas a partir da análise de autores que acreditam na autogestão como uma nova metodologia de reorganização e reestruturação de empresas, com os limites de se estar inserido em uma lógica capitalista de produção. Porém, considera que é possível de dar certo a partir da visão de Singer, “quando os trabalhadores se convencerem da validade da proposta e se imbuam dos princípios cooperativistas” (*apud* Hillesheim, 2004, p. 118).

Ao mesmo tempo, Hillesheim explica a realidade das cooperativas a partir de Luxemburgo, quando a autora faz uma crítica às cooperativas de produção submetidas à completa dominação do processo e da lógica capitalista.

Dessa forma, Hillesheim se contradiz ao relacionar, a partir da idéia de Singer, a validade das cooperativas como responsabilidade dos trabalhadores, numa visão bastante fourierista de capacidade de mudança de caráter do homem e conseqüentemente das relações estabelecidas entre eles com o sistema, e considerar a crítica de Luxemburgo, que entende de forma completamente contrária, colocando a responsabilidade na lógica do sistema e reconhecendo a incapacidade do homem em transformar essa situação apenas constituindo cooperativas de produção, ou seja, mudando os princípios apenas no ambiente da organização.

2.7 Makerli Calçados³⁷

Esta dissertação trata da análise da experiência “autogestionária”³⁸ da Makerli Calçados, empresa localizada na cidade de Franca, estado de São Paulo. O autor teve como objetivo contribuir na discussão das práticas de autogestão, que na época da realização de seu estudo, estavam ressurgindo como alternativa ao fechamento de empresas.

Dessa forma, resgata a experiência historicamente, verificando de que forma se realizaram as práticas produtivas, o papel dos conselhos e das assembléias e o significado que os trabalhadores da empresa atribuem ao termo “autogestão”.

Compreendendo os limites objetivos das cooperativas instituídas no sistema capitalista, pretende com a dissertação responder às seguintes perguntas: “o fato de terem os trabalhadores tomado em suas mãos a propriedade dos meios de produção é suficiente para designarmos essas experiências como autogestionárias? Como proprietários, qual o controle que os trabalhadores passam a deter sobre suas atividades no processo de trabalho? Em que medida se atenua nessas empresas a separação entre dirigentes e dirigidos? Enfim, apontam essas experiências para uma possibilidade de ruptura com o modo de produção capitalista ou o reproduzem sob nova forma? (Faria, 1997, p. 3)”.

ORIGEM DA EXPERIÊNCIA

A Makerli Calçados se originou do encerramento das atividades da Indústria de Calçados Makerli, em que a alternativa ao desemprego proposta foi a compra dos maquinários fabris pelos trabalhadores, possibilitando a manutenção das atividades da empresa sem a presença dos antigos proprietários.

O motivo para o fechamento da empresa, assim como para muitas empresas nessa época, foi a crise financeira do setor, causada pela abertura econômica implementada pelo governo Collor, levando a empresa a um elevado endividamento.

³⁷ Refere-se à análise da dissertação de Maurício Sardá de Faria, intitulada “Se a coisa é por aí, que autogestão é essa? Um estudo da experiência autogestionária dos trabalhadores da Makerli Calçados”, defendida em 1997 no curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

³⁸ O autor utiliza as aspas durante toda a análise da experiência por não a considerar como autogestionária, concluindo ao final de sua análise como experiência de co-gestão.

A proposta de autogestão surgiu dos próprios donos da Indústria, para que os trabalhadores assumissem a direção e a dívida das empresas. Para tanto, os trabalhadores precisavam viabilizar a compra ou o controle acionário da empresa.

Com a falência da empresa anteriormente instituída, os trabalhadores não puderam assumir a “massa falida”, e a alternativa encontrada foi a fundação de uma associação em que os trabalhadores adquiriram o maquinário dos antigos proprietários a partir de um financiamento do Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

O volume de recursos liberados pelo Banespa não foi o suficiente para manter a mesma produção e os mesmos postos de trabalho anteriores, resultando numa redução do número de trabalhadores, definindo-se 150 (cento e cinquenta) trabalhadores no reinício das atividades em 1992. Após o primeiro mês de atividade, foi possível a contratação de mais 150 trabalhadores e quando completa um ano a empresa atinge uma produção que absorve 370 (trezentos e setenta) trabalhadores e chega ao final de dois anos com 440 (quatrocentos e quarenta) trabalhadores na empresa.

A experiência findou em março de 1995, quando houve a suspensão da linha de crédito que garantia o funcionamento da empresa. Os trabalhadores decidiram, em assembléia, pelo encerramento das atividades da fábrica.

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

O referencial analítico definido pelo autor situa-se no campo da autonomia operária, em que a autogestão significa gestão pelos próprios trabalhadores das suas reivindicações e das suas lutas, tomando consciência nesse processo de que podem gerir a empresa e a sociedade. Para Faria, não basta a existência de uma comissão ou um conselho de fábrica para se afirmar que os trabalhadores administram a empresa.

No sentido de delimitar o conceito de autogestão, Faria utiliza como referencial, principalmente, os autores João Bernardo, Maurício Tragtenberg e Cornélius Castoriadis.

Nesse campo teórico, a autonomia operária é entendida como prática social em que os trabalhadores, na luta contra o capital, criam relações sociais de novo tipo, antagônicas ao capitalismo.

Dentro dessa perspectiva, a autogestão é uma tendência histórica do movimento operário, um fenômeno que emerge nos momentos em que o acirramento agudo da luta de classes projeta a autonomia operária no domínio econômico, político e social.

Assim, a autogestão passa a ser vista dentro do movimento das lutas emancipatórias dos trabalhadores ou como um momento dessa luta, define como autogestão das lutas operárias, que em determinados momentos, podem se referir à gestão da empresa.

No caso da gestão da empresa, Faria entende que a autogestão se estabelece quando os trabalhadores detêm o controle dos meios de produção. Nesta perspectiva, o autor concebe que as classes sociais são definidas não pela posse de títulos de propriedade, mas pelas funções desempenhadas no processo de produção.

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NA EXPERIÊNCIA

Apesar de ser chamada desde o início do projeto de constituição de “experiência de autogestão”, Faria constata em sua análise a não congruência da utilização da expressão “autogestionária” para caracterizar a experiência com a prática realizada.

Na Makerli, a divisão do trabalho permaneceu a mesma. Os trabalhadores reassumiram suas posições no interior do processo de trabalho, de forma que os chefes continuam na função de superintendentes do processo e os antigos gerentes permanecem como diretores da empresa. A hierarquia se manteve e com isso, as esferas de decisão também continuaram da mesma forma.

O processo de trabalho também se manteve o mesmo após a abertura da empresa, inclusive com ritmos e metas determinados pela diretoria. As metas de produção eram fixadas diariamente por uma instância exterior aos trabalhadores da produção, o Departamento de Planejamento e Controle da Produção, que acabava por determinar também os ritmos de produção.

Faria destaca para o fato de a estrutura física da empresa ter continuado a mesma, visto que a estrutura anterior havia sido estabelecida de forma que possibilitasse aos antigos proprietários a observação de todas as atividades realizadas na fábrica. De acordo com Faria, essa estrutura produzia um efeito de controle dos trabalhadores do chão-de-fábrica que continuou, mesmo com o estabelecimento da “autogestão”.

A organização do processo produtivo continuou nos mesmos moldes “tayloristas” anteriores, mantendo a concepção capitalista de organização do processo de trabalho, implicando a reprodução dos lugares determinados pela divisão do trabalho, permanecendo separadas as esferas de decisão e execução.

De acordo com Faria, as decisões quanto à contratação e demissão de trabalhadores e os critérios utilizados nesses casos, eram definidos pela direção da empresa. A quantidade de trabalhadores ocupados devia estar adequada à meta de produção da empresa, sendo possíveis demissões “em massa”³⁹. A definição do número de trabalhadores necessários para a produção era de responsabilidade da diretoria, enquanto que a escolha dos trabalhadores que deveriam ser demitidos era de deliberação dos chefes de seção.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

Assim como todas as permanências no processo e organização do trabalho citadas anteriormente, o sistema de remuneração anterior também se manteve com base na hierarquia salarial correspondente à hierarquia de direção, em que a gerência chegava a receber 25 (vinte e cinco) vezes mais que um auxiliar na produção direta. Os valores eram definidos a partir dos valores praticados nas empresas do ramo na região, calculando-se um valor médio.

Faria relata que os trabalhadores do chão-de-fábrica, da produção direta, desconheciam o valor da remuneração dos trabalhadores da administração. Não havia transparência nas informações e, conforme descreve Faria, os diretores alegavam que esses dados não eram divulgados porque poderiam ser usado pelos concorrentes.

Assim, esse sistema de remuneração não era questionado pelos trabalhadores, que consideravam ser justo já que era definido de acordo com as condições do mercado. Para Faria, isso acontece porque a organização do processo de trabalho permanece nos moldes traçados pelos antigos proprietários, isto é, com a manutenção das relações sociais de produção, que fundamentam o capital, o antagonismo que atravessa essas relações tende a ser reproduzido nas relações dos produtores entre si, com os meios de produção e com a repartição do produto social.

Embora todas as características do processo de produção e da organização do trabalho indiquem quase nenhuma modificação com a constituição da autogestão na empresa, como foi estabelecida uma nova formatação jurídica de propriedade, em que o trabalhador é o “sócio” da empresa, ou seja, também é seu dono, esse fato repercute

³⁹ Faria relata que as demissões em massa que ocorreram durante a experiência da Makerli ocorreram duas vezes. A primeira logo após o reinício das atividades, em função da redução no limite de capital de giro liberado pelo Banespa. Foram demitidos 56 (cinquenta e seis) trabalhadores. A segunda demissão ocorreu dois anos depois, quando 120 (cento e vinte) trabalhadores não concordaram com o desconto de 20% nos salários para possibilitar a transformação da empresa em Sociedade Anônima.

aos trabalhadores como a existência de certa “liberdade” nas relações de trabalho, mesmo que ainda ocorram divisão e hierarquização do trabalho.

Outro fator que estimulava os trabalhadores da experiência era a possibilidade de repartição do “lucro” da empresa, após o pagamento da dívida com o Banespa, ou seja, o que era pago para o banco, quando não houvesse mais a dívida, seria a sobra da empresa que poderia ser dividida igualmente a todos os trabalhadores, já que todos eram sócios.

Segundo Faria, o que definia o processo de autogestão na Makerli para diretores da empresa era a transformação nas relações de propriedade da fábrica. A propriedade coletiva dos meios de produção já caracterizava a autogestão na empresa.

2.8 Cooperativa de Produção Agropecuária do MST⁴⁰

Esta dissertação analisa a experiência da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga – PR – Cooproserv, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A autora caracteriza esta experiência como “uma organização autogestionada no interior do capitalismo” em que “ao mesmo tempo em que buscam viabilização econômica, tentam, internamente, fundar e manter uma organização da vida pautada em princípios ‘socialistas’, com ampla coletivização em todos os planos” (Sizanoski, 1997, p. 10).

Este trabalho objetiva buscar o significado das experiências de autogestão no capitalismo como forma concreta de contestação ao sistema econômico hegemônico. Para a autora, a expressão “cooperativa autogestionada” pressupõe uma organização coletivizada e uma administração descentralizada.

Reconhece seus limites por estar inserida no modo de produção capitalista, mas acredita que “ao mesmo tempo em que se adaptam à economia dominante, rejeitam estas mesmas regras e a sua lógica, tentam criar uma forma de organizar a vida que colide com a organização capitalista, mantendo, internamente, princípios coletivistas e ‘socialistas’” (Sizanoski, 1997, p. 12).

A questão central desta dissertação refere-se às possibilidades e limites das Cooperativas de Produção Agrícola – CPAs, enquanto organização autogestionada no capitalismo, e às relações sociais que a engendram.

ORIGEM DA EXPERIÊNCIA

De acordo com a autora, a formação e existência da Cooproserv se deve fundamentalmente à sua ligação indissociável ao MST. A formação das CPA's no movimento se realizou como resposta aos problemas enfrentados nos assentamentos, como desnutrição, miséria e fome, estimulando a ênfase à produção.

As cooperativas, localizadas nos assentamentos, remetem ao entendimento quanto à origem de tais assentamentos, realizados a partir das ocupações, que

⁴⁰ Refere-se à análise da dissertação de mestrado de Raquel Sizanoski, intitulada “O Novo dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuária do MST (Possibilidades e Limites na Construção de Outro Coletivo Social)” defendida em 1998 no curso de Mestrado em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

significam formas de resistência e enfrentamento direto com o Estado e o capital latifundiário para a conquista do direito e permanência na terra dos trabalhadores.

A organização do movimento reflete a preocupação na formação das cooperativas de forma que não se distanciem do ideário do MST. Para tanto, na fase de incentivo à formação das cooperativas, o MST criou um Sistema Cooperativista dos Assentados que determina algumas condições para a existência de tais empreendimentos nos assentamentos.

O MST entende a cooperação como a “forma de desenvolvimento econômico e social da comunidade, de enfrentamento à exploração do pequeno agricultor no modo de produção capitalista”. Porém, essa cooperação deve ter sentido estratégico, sem cair em desvios. Sua proposta está em elevar o nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas.

Não há a expectativa por parte do MST de que as cooperativas possam resolver os problemas econômicos e sociais da classe trabalhadora. Consideram-na como ferramenta de luta e resistência na terra. Trabalham para constituir nova sociedade por meio da luta organizada pelo poder contra o capital. Mas reconhecem que a cooperativa tenha “papel fundamental no processo de transformação da sociedade” (CONCRAB *apud* Sizanoski, 1997, p. 59).

Assim, algumas compreensões são determinantes: o MST entende que a produção é orientada pelo Capital, considera que a introdução de uma Agroindústria, por exemplo, é estratégica.

Porém, tanto o MST quanto a autora acreditam na formação de uma nova “subjetividade” ou “mentalidade” a partir de idéias advindas do conceito de autogestão e socialismo, como solidariedade e coletivismo.

O movimento vê a necessidade de viabilização das CPA's do ponto de vista econômico e também de realização do projeto político que, para a autora, passa pela constituição de uma “nova subjetividade”, sendo que para ela, “a intenção de forjar nova subjetividade é para superar relações sociais produzidas na sociedade capitalista” (Sizanoski, 1997, p. 91).

O entendimento dos assentados, de acordo com análise da autora, é de que a cooperativa, como estrutura, não garante o objetivo imediato de alcançar e manter um padrão de vida digno às famílias e, a longo prazo, a formação de outra “subjetividade”.

A CONCRAB considera necessário massificar a cooperação como forma de resistir aos impactos da política governamental e acredita que a massificação representa

também a garantia da organização de base dos trabalhadores, dentro de uma organização de massa.

Existe, por parte dos trabalhadores, o entendimento de que a sobrevivência das CPAs enquanto organizações autogestionadas, e não como empresa capitalista, depende de transformações profundas na sociedade.

CONCEPÇÃO DE AUTOGESTÃO

Para a autora, a autogestão pressupõe relações de classe. Apenas ter assegurado o controle democrático não implica a autogestão.

Os autores utilizados para definir autogestão por Sizanoski foram Mandel, Lucia Bruno, Guillerm e Bourdet, Joieux e Tragtenberg. Para estes autores, a autogestão implica socialismo e só é possível em uma economia planificada, de outra forma, sofrem pressão para se tornar empresa capitalista.

A autora considera que o movimento autogestionário configura-se como um movimento anticapitalista. Para definir o que entende por movimento autogestionário se vale dos autores Guillerm e Bourdet, que consideram a autogestão como sendo “outra organização nacional que suprime o capitalismo e o Estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma das necessidades e desejos” (Guillerm e Bourdet, 1976 *apud* Sizanoski, 1998, p. 31).

Para os autores citados por Sizanoski, “o cooperativismo só adquire importância na medida em que serve de instrumento de autonomia, como ferramenta de luta contra o capitalismo e na construção de uma nova sociedade” (1998, p. 74). A autonomia e a construção de uma nova sociedade aparece aqui como forma ideal sem levar em conta os limites de constituição de uma autonomia dentro de um sistema que não dá outra alternativa ao trabalhador que não seja as regidas pelo mercado.

Para a autora, as CPA's “como uma cooperativa autogestionada, inserida no capitalismo, constitui-se num meio de luta e que, como tal, gesta uma subjetividade rumo a novas relações sociais” (Sizanoski, 1997, p. 129).

Apesar de reconhecer os limites das cooperativas inseridas no modo de produção capitalista, considerando-se sua tendência ao desaparecimento ou sua degeneração à empresa capitalista, a autora avalia suas possibilidades pela sua relação

com o MST, como instrumento de luta que se sobrepõe aos objetivos meramente econômicos.

A PRÁTICA DA AUTOGESTÃO NA EXPERIÊNCIA

De acordo com a autora, na Cooproserv existe uma administração descentralizada, em que “todos são responsáveis”, trabalhando com uma coordenação geral e coordenadores por atividade.

Os coordenadores não recebem remuneração, fato que desestimula a participação dos assentados para o cargo. As decisões são tomadas pela coordenação, com o consentimento da maioria dos associados.

A organização da produção também é feita por coordenação por atividade, que faz o controle das horas de trabalho e da produtividade, que são utilizadas para calcular o valor da remuneração. Existe distribuição de sobras de acordo com a produtividade de cada trabalhador.

A autora considera que exista produção de trabalho excedente e, por conseguinte, mais valia pelos trabalhadores da produção associados. Porém, trata-se de outra natureza de produção, que não a capitalista, onde necessariamente o trabalho excedente está em relação com a apropriação de parte de trabalho por um capitalista, fato que não ocorre na produção cooperativada.

RELAÇÕES DE TRABALHO x AUTOGESTÃO

A comparação estabelecida entre a produção individual e na forma coletivizada é um dos pontos analisados pela autora que demonstra modificações nas relações sociais estabelecidas na cooperativa estudada.

A autora aponta a superação do individualismo como uma possibilidade do alcance de uma nova subjetividade, “alicerçada na noção de autogestão”. Porém, na experiência estudada, os entrevistados criticam a prioridade de investimento na cooperativa em detrimento do investimento em melhoria das condições de vida dos assentados. Se autogestão implica coletividade, e os interesses individuais devem ficar para segundo plano, os assentados devem aceitar esta condição de investimento para melhorias futuras, ou seja, melhorando a produção, a possibilidade de ganho individual mensal, a retirada pelas horas trabalhadas, a longo e médio prazo se torna maior.

No entanto, se a autogestão não melhora a condição de vida dos trabalhadores de forma imediata, o incentivo para o trabalho dessas pessoas se torna menor. O estudo analisado aponta como problemas da cooperativa: saída de famílias, dificuldade de adaptação ao trabalho coletivo, de gerenciamento e de organização. Contudo, a autora aponta que o principal problema é o fato de estar inserido num modelo econômico em que o projeto de coletivização é “completamente conflitivo”.

Apesar dos percalços, a autora observa que os assentados possuem boa alimentação, saúde, trabalho e casa, estando em melhores condições do que anteriormente.

Existe contratação de força de trabalho quando a cooperativa julga necessário maior número de pessoas para a produção. A autora considera que neste processo há extração de mais-valia por parte da cooperativa, que apropria-se de excedente de trabalho.

Na Cooproserv, os trabalhadores pagam pelo que consomem, mesmo sendo eles os próprios produtores, ou seja, pagam pelo que produzem. A partir dos depoimentos, conclui-se que esta tenha sido uma decisão tomada por administrações anteriores e que ainda perduravam durante a pesquisa da autora, o que desagradava os assentados.

A seguir, elaboramos dois quadros, o primeiro caracterizando as experiências estudadas pelas produções analisadas, e o segundo quadro comparativo, referente às condições de trabalho nas experiências.

QUADRO 2 - Caracterização das Experiências

Nome	Tipo de Empreendimento	Origem	Ramo/ Segmento	Num. de Associados/ Sócios	Localização
Cones	Cooperativa	Processo Falimentar	Têxtil	225	Nova Odessa – SP
Ensinativa	Cooperativa	Motivação Pessoal	Educação	21	Bauru – SP
Bruscor	Empresa	Motivação Pessoal	Têxtil	05	Brusque – SC
Uniwidia	Cooperativa	Processo Falimentar	Metalúrgico	250	Mauá – SP
Coop-Arte	Cooperativa	Processo Falimentar	Cristaleiro	228	Não informado
Cooperunião	Cooperativa	Organização dos trabalhadores pelo MST	Agropecuário	25 famílias	Dionísio Cerqueira – SC
Cooperativa 21	Cooperativa	Organização dos trabalhadores por Incubadora	Serviços	26	Paraná – PR
Ambiens	Cooperativa	Motivação Pessoal	Projetos	14	Curitiba – PR
Coopercristal	Cooperativa	Processo Falimentar	Cristaleiro	78-21	Blumenau – SC
Unicristal	Cooperativa	Processo Falimentar	Cristaleiro	57-36	Indaial – SC
Makerli	Cooperativa	Processo Falimentar	Calçadista	150-440	Franca – SP
Cooproserv	Cooperativa	Organização dos trabalhadores pelo MST	Agropecuário	27	Pitanga – PR

Quadro 2: Caracterização das Experiências
 Fonte: Dados Primários e Secundários

QUADRO 3: CONDIÇÕES DE TRABALHO

Empreendimento	Jornada	Remuneração	Observações	Ano referente aos dados informados
CONES	05:00 às 12:00 12:00 às 18:00 21:30 às 05:00	R\$683,84 a R\$ 2.083, 94 Piso R\$386,00	Mulheres recebem valores mais baixos Há contrato CLT	2004
ENSINATIVA	Não especificado	Sem remuneração	Os trabalhadores estavam pagando para trabalhar	2004
BRUSCOR	05:00 às 13:00 13:00 às 21:00	R\$840,00 R\$600,00	Há contrato CLT Acima do piso da categoria	2004
UNIWIDIA	Não especificado	R\$500,00 a R\$3.000,00	Dados relativos ao ano de 1999 Acima do piso da categoria	2002
COOP-ARTE	03 turnos de 08 horas/ 04 turnos de 06 horas	Não especificado	Na mudança da jornada de trabalho, a retirada diminuiu	2002
COOPERUNIÃO	08 horas-homem 04 horas-mulher	Não especificado	Valor da hora produtiva igual para todos	2003
COOPERATIVA 21	Conforme posto de serviço	Determinada por contrato	Funções administrativas não remuneradas	2003
AMBIENS	Definido pela disponibilidade	Valor mínimo	Porcentagem para o vendedor do projeto	2003
COOPERCRISTAL	Não especificado	R\$300,00 a R\$800,00	De acordo com o piso da categoria	2003
UNICRISTAL	Não especificado	R\$250,00 a R\$700,00	Nos últimos meses não houve remuneração	2003
MAKERLI	Não especificado	R\$151,36 a R\$3.0704,80	De acordo com o piso da categoria	1997
COOPROSERV	Não especificado	R\$121,00	Valor referente ao salário mínimo da época	1998

QUADRO 3: Condições de Trabalho
Fonte: Dados primários e secundários

CAPÍTULO 3 – AUTOGESTÃO: TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CAPITALISMO?

No capítulo anterior, optamos por apenas descrever as experiências estudadas nas dissertações e tese selecionadas, analisando a concepção e prática da autogestão, bem como as relações de trabalho.

Neste capítulo, pretendemos aprofundar a análise com base nas categorias que anteriormente definimos para esta pesquisa, identificando quais pressupostos teóricos orientam estas experiências, qual o marco teórico definido pelos autores das produções acadêmicas e sua relação com a prática estabelecida nas experiências e o que modifica ou permanece no que tange às relações de trabalho, com a adoção da autogestão.

1. Fundamentos teóricos das experiências: o retorno ao Socialismo Utópico

A primeira parte da descrição das experiências se refere aos pressupostos teóricos das experiências. Consideramos que para compreender tais pressupostos, é necessário conhecer a forma de constituição, ou seja, a partir de que motivações foram originadas essas experiências.

Identificamos quatro formas específicas de motivação para a criação de uma organização autogestionária nas experiências analisadas nessa dissertação: a) a falência de empresas (Cones, Uniwidia, Coop-Arte, Coopercristal, Unicristal e Makerli Calçados); b) o incentivo e organização a partir de movimentos sociais (caso das cooperativas agropecuárias ligadas ao MST – Cooperunião e Cooproserv); c) a partir do apoio e fomento de incubadora popular (Cooperativa 21) e d) a motivação do conjunto de trabalhadores em constituir uma organização de produção que não estivesse submetida diretamente à lógica do sistema hegemônico, ou seja, que priorizasse valores como coletividade e solidariedade, em detrimento dos valores individualistas e competitivos que regem a organização da produção capitalista (Ensinativa, Ambiens e Bruscor).

Consideramos que as formas de motivação estão todas, de alguma maneira, vinculadas à sobrevivência dos trabalhadores no mercado de trabalho. No caso de falência de empresas, pelo fato dos trabalhadores estarem ameaçados de perder seus postos de trabalho, é mais nítida essa condição de sobrevivência. Entretanto, mesmo as

cooperativas e associações que demonstraram a motivação de formar um empreendimento que foge da lógica autoritária das empresas tradicionais capitalistas, também demonstram que essa foi uma alternativa de criação de postos de trabalho e garantia de sobrevivência dos trabalhadores envolvidos.

Esse fato está relacionado ao contexto em que essas experiências surgiram. Chamamos a atenção para a ocorrência de que todas as teses e dissertações que analisamos foram publicadas a partir dos anos 90 e que a origem das experiências estudadas por elas também data desse período. Isso se deve a um movimento nacional de grande escala de constituição de organizações produtivas controladas por trabalhadores que passou a ser notado não apenas por pesquisadores de universidades, mas por toda a sociedade, inclusive governos locais e até mesmo pelo Governo Federal⁴¹.

A conjuntura econômica dos anos 90 teve como consequência mais profunda para os trabalhadores o desemprego em larga escala, com o fechamento de empresas de grande porte, principalmente no período de abertura econômica do Governo Collor. A situação se agrava a partir da adoção de uma política neoliberal dos governos posteriores, fundamentada em princípios de mínima intervenção do Estado e estabilidade econômica, ocasionando elevação do grau de desigualdade e, com a contenção de salários, elevada taxa de desemprego, “natural” e necessária para a eficiência do mercado (Anderson, 2000).

A consequência do neoliberalismo para o mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por grande heterogeneidade, conforme constatam Carleial e Valle (1997) foi o crescimento do desemprego, redução dos postos de trabalho industriais, mudanças nos requerimentos de qualificação dos trabalhadores e sinais nítidos da agudização da precarização das condições de trabalho de um número significativo de trabalhadores⁴².

O problema gerado pela crise estabelecida nesse período afetou diversos segmentos da indústria. Ilustramos pelas análises, os casos dos setores têxtil, metalúrgico, calçadista e cristaleiro, por meio das experiências da Cones, da Uniwidia, da Coop-Arte, da Coopercristal, da Unicristal e da Makerli Calçados. Esse foi um problema que afetou diversos outros segmentos do setor industrial, e que resultou também na falência e consequente passagem da empresa para os trabalhadores, como foram os casos da Cooperminas, mineradora de Criciúma, Santa Catarina; da

⁴¹ Resultado disso foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, em junho de 2003.

⁴² É preciso considerar, no entanto, que o desemprego não é fruto do neoliberalismo, apesar deste ter sido responsável por seu agravamento. O desemprego se configura como condição inerente à lógica capitalista, assim como já enfocamos na introdução deste trabalho.

Friburguense, indústria de ferramentaria em Nova Friburgo, Rio de Janeiro e da Sakai, fábrica de móveis de Ferraz de Vasconcelos, São Paulo⁴³.

A interferência de Sindicatos de trabalhadores e da ANTEAG⁴⁴, tanto nas experiências analisadas como nas citadas acima, foi determinante no processo de transformação de empresas falidas em cooperativas autogestionárias⁴⁵. Com a crise estabelecida, as empresas encontravam-se com dívidas trabalhistas, possibilitando aos trabalhadores o recebimento de seus direitos atrasados por meio dos ativos da empresa em processo falimentar. Essa foi a alternativa encontrada por esses organismos de apoio, para assegurar os postos de trabalho que seriam eliminados. Com os meios de produção nas mãos dos trabalhadores, a forma associada e cooperativada de gestão do empreendimento era a opção ideal a ser adotada.

Assim, podemos supor que a opção pela criação de cooperativas autogestionárias não foi exatamente por um desejo dos trabalhadores em instituírem relações mais democráticas de trabalho, mas sim por ser a alternativa mais viável e julgada pelas entidades que estimularam a constituição das cooperativas como a mais justa para os trabalhadores.

O pressuposto que influenciou o surgimento dessas cooperativas, portanto, refere-se àquele constituído pela organização que apoiou esses empreendimentos. Nos casos estudados que se originaram da falência de empresas, predominou o apoio do sindicato de trabalhadores da categoria relativa à experiência. Os trabalhadores, quando se vêem na situação de desemprego, logo que a empresa ameaça interromper a produção e fechar suas portas, buscam no sindicato a possível “salvação” para essa situação.

Assim aconteceu com os trabalhadores de todas as cooperativas estudadas nas dissertações e tese analisadas, que surgiram de falência de empresas. Algumas delas, como a Unicristal e a Coopercristal, tiveram também o apoio de Prefeitura, de Universidade e da ANTEAG ou no caso da Cones, que teve contribuição da ATC e em seguida da UNISOL.

⁴³ Diversas são as experiências autogestionárias que surgiram a partir de falência de empresas. Nesse caso, foram citadas apenas essas experiências para exemplificar quais setores produtivos, além dos referentes às organizações estudadas nessa dissertação, também sofreram com a crise que ocasionou o fechamento de muitas empresas. As informações foram retiradas da publicação da ANTEAG – “Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho”, s/d.

⁴⁴ A ANTEAG surgiu no início da década de 1990, no contexto em que crescia o número de falências e encerramento das atividades de empresas no setor industrial. Foi fundada em 1994 em um encontro de representantes de empresas em “autogestão” que negociavam a transferência da propriedade de empresas falidas ou em processo de falência para os trabalhadores.

⁴⁵ Além de cooperativas autogestionárias, as experiências podem constituir-se também sob a forma jurídica de empresa ou associação.

No caso da Cones, e na Makerli Calçados, observamos também o interesse dos proprietários das empresas na constituição de uma cooperativa. Consideramos que essa situação acaba por se constituir como uma estratégia oportunista dos proprietários das empresas no sentido de se desobrigar dos passivos financeiros e trabalhistas adquiridos por conta da crise estabelecida, delegando aos trabalhadores saldar as dívidas⁴⁶. Entretanto, a alternativa de “autogestão” proposta transparece aos trabalhadores apenas como a possibilidade de construção do trabalho coletivo, a partir de “um modelo de profunda sensibilidade humana, de resgatar trabalho e renda, de poder” (ANTEAG, s/d).

Quanto aos sindicatos, estes passam a ter uma ligação com as cooperativas somente nesse período de alto grau de desemprego e falência de empresas. Essa inserção do sindicato no fomento ao cooperativismo se realizou a partir da década de 90, minimizando o papel de “sindicalismo combativo” que fundamenta as ações dos sindicatos ligados à central sindical – CUT, que consiste em um sindicalismo construído a partir de um modelo de relações trabalhistas baseado em vínculo empregatício; passando a adotar um “sindicalismo propositivo”, caracterizado pela negociação, pela participação e pela proposição (Zarpelon, 2003). O “sindicalismo propositivo” apóia o que denomina “novo cooperativismo” e está ligado ao campo da Economia Solidária.

Nesse campo da Economia Solidária, também estão inscritas as experiências que surgem com o incentivo de instituições como a ATC, a UNISOL (esta criada pelos Sindicatos dos Químicos e Metalúrgicos do ABC paulista) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná⁴⁷.

⁴⁶ Para Souto (1997), geralmente as empresas que se encontram em processo de transferência de controle para as mãos dos trabalhadores, estão envolvidas em uma das seguintes situações: empresa insolvente, devido a problemas financeiros, de gestão e de obsolescência tecnológica; ou empresa em situação regular, cujo grupo controlador encontra-se em processo de desverticalização; e empresa onde o controlador dispõe-se a compartilhar o controle com os empregados (co-gestão) e, assim, realizar o saneamento financeiro necessário ou viabilizar a saída de um dos sócios. (*apud* Guimarães, Korosue, Corrêa, 2006, p. 305)

⁴⁷ Exemplificamos com as instituições que apoiaram as experiências analisadas nesta dissertação. Entretanto, são inúmeras outras instituições que incentivam e fomentam a criação de empreendimentos autogestionários inscritas no campo da Economia Solidária. O Atlas de Economia Solidária (2002) chama essas instituições de “Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento”, identificando 1.120 entidades no Brasil. Entre elas, cita as organizações não-governamentais FASE, IBASE, IPACS e IMS, a Cáritas e as Pastorais da CNBB, o Movimento Sindical e a ADS/CUT e as Universidades e Incubadoras. Em Santa Catarina, a pesquisa de Severo e Guimarães (2003) sobre programas e ações de apoio a empreendimentos autogestionários identificou em Santa Catarina entidades principalmente no meio rural que incentivam a implementação de projetos autogestionários, como a Apaco: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense, o Cepagri: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais, a Fetrafesc: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina e o Centro Vianei de Educação Popular.

Além das experiências já citadas que se originaram por falência de empresas, outra cooperativa que se encaixa nesse domínio da Economia Solidária analisada nesta dissertação é a Cooperativa 21, que foi gerada a partir da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná. Consideramos que também se incluem no âmbito da Economia Solidária as experiências da Bruscor e a Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinativa, que surgiram da motivação de seus associados em constituir uma organização produtiva com valores diferenciados daqueles estabelecidos pelas empresas capitalistas. Essas experiências são estimuladas por um sentimento de justiça e humanização das relações de trabalho, o que as aproxima dos princípios instituídos pelo socialismo utópico.

Predomina, portanto, nas experiências estudadas, a influência da vertente teórica da Economia Solidária. Dessa forma, abordaremos alguns autores que defendem essa perspectiva de alternativa de produção, com o intuito de compreender seus fundamentos.

O *Atlas da Economia Solidária* (2002, p.17) entende que essa iniciativa “tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho”, definindo a Economia Solidária como “milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário”.

Para Lisboa (1999), a Economia Solidária constitui um “outro circuito econômico” diferenciado do estatal e do mercantil, o qual, através de níveis crescentes de associação e fortalece como uma dinâmica híbrida que combina a produção doméstica de valores de uso com a produção mercantil. Assim define:

São atividades, formais e informais, não motivadas pela idéia de maximização do lucro, o que não significa que este não esteja presente, mas um lucro social interagindo com o mercado, e não sujeito a ele, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma autosustentável (Lisboa, 1999, p. 76).

De acordo com este autor, o que caracteriza a Economia Solidária é sua condição de estar voltada para prover o sustento do grupo (experiência associativa), em geral, sem a presença da mercantilização do trabalho, como uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. Por isso, o autor alerta para não confundir com uma espécie de “capitalismo popular”, pois entende que nela a acumulação é um meio para a reprodução do grupo social que participa do empreendimento econômico.

Em torno deste entendimento de Economia Solidária, se caracteriza a organização produtiva solidária “pela finalidade de serviço aos membros e ao meio, pela autonomia de gestão, pelos processos de decisão democrática e pela primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, para a repartição das rendas” (Gutiérrez, 1997).

O que fundamenta a Economia Solidária, portanto, é o entendimento dessa proposta como um “outro circuito econômico” por meio do estabelecimento de “novas relações de propriedade e trabalho” (Mance, 1999, p. 21).

Nesse sentido de “outro circuito econômico”, encontramos nas obras de Paul Singer, considerado o autor expoente da Economia Solidária no Brasil⁴⁸, a ênfase ao cooperativismo como forma de desenvolver um modo de produção.

A economia solidária constitui um modo de produção que ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses (2002, p. 86).

Nesse caso, Germer (2006) alerta quanto ao sentido teórico que Singer atribui ao conceito de “modo de produção”. Germer (2006) adverte que é preciso distinguir o conceito de “modo de produção” atribuído por Singer, do conceito construído por Marx, utilizado para caracterizar as diferentes épocas históricas da sociedade. Para Marx, em cada momento histórico, a sociedade é uma totalidade como expressão de um modo de produção, ou seja, o modo de produção se refere à forma como a sociedade está organizada.

Para este autor, Singer cai na armadilha de conceber a economia solidária com uma expressão especificamente marxista, sem contudo, empreendê-la da forma como foi concebida. Essa imprecisão teórica, para Germer (2006), “retira toda plausibilidade às propostas que deriva deste conceito”.

Paul Singer aponta para a necessidade de uma teoria de “transição à economia solidária” como modo de produção dominante e considera que o cooperativismo tenha uma “missão transformadora”. (2003, p. 122-125). Para este autor, “a economia solidária é um projeto revolucionário, é um projeto para uma outra sociedade” (2005, p. 13). Singer entende que “a cooperativa é uma empresa socialista”, alegando que “todos os seus princípios são totalmente diferentes dos princípios da empresa capitalista” (s/d, p. 86).

⁴⁸ Lisboa (2004) menciona os autores Laville, Chaves; Defourny; Monnier e Thiry; Pérez; Montolio e Barea e Monzón, como referências na Europa Latina que utilizam o conceito de Economia Solidária.

Partindo da possibilidade de coexistência de vários “modos de produção” numa mesma formação social, este autor considera que esteja sendo gestada uma revolução socialista, a partir das transformações nas relações de trabalho estabelecidas nas organizações de produção cooperativadas e autogestionárias. Para que esta transformação seja possível, Singer (2005, p. 13) acredita que seja preciso “fazer com que essa concepção, esse programa, tenha viabilidade de conquistar as mentes e os corações dos nossos outros cidadãos, senão todos, muitos, para que ela possa se transformar em prática”.

Lisboa (2004) adverte que essa compreensão de Economia Solidária como um “modo de produção” não é consensual. Segundo o autor, Quijano (2002 *apud* Lisboa, 2004), por exemplo, discorda desta posição, pois reconhece que

não se trata de um ‘modo de produção’ alternativo, mas de organizações ‘não-capitalistas’ aptas a pertencerem a um ‘mercado globalizado, isto é, organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que como alternativas ao próprio capitalismo (Quijano, 2002 *apud* Lisboa, 2004, p. 10).

Porém Lisboa (2004) apregoa que estas “organizações não-capitalistas” se entrelaçam em redes de produção e consumo, engendrando uma superação do “*ethos* produtivista” e consumista e, assim, estarão ultrapassando a tênue linha demarcatória que separaria as organizações não-capitalistas de um “modo de produção alternativo”.

Contudo, Lisboa (2004) considera também a formulação de Gaiger (*apud* Lisboa, 2004) para o conceito “modo de produção”, que relaciona o conceito a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, e que, em todos os empreendimentos solidários não há mudanças profundas na base técnica do seu processo produtivo em relação à das fábricas capitalistas, mas suas principais diferenças residem em novas relações de trabalho. Gaiger (*apud* Lisboa, 2004) sugere que a Economia Solidária se constitui como uma nova forma social de produção, contrária à forma social de produção assalariada, e não um modo de produção distinto. Caso o desempenho desta nova forma social venha se mostrar superior, ela engendrará um novo desenvolvimento da base material e, portanto, um novo “modo de produção”.

Entendemos pelas análises dos autores que proclamam a Economia Solidária, que eles acreditam na superação do modo de produção capitalista a partir da propagação das experiências de produção “solidárias”. Essa concepção nos remete, primeiramente, à discussão acerca das possibilidades e limites dessas experiências solidárias instituídas no ambiente competitivo do mercado capitalista, ou seja, sua condição híbrida: uma empresa que internamente pode ser organizada com princípios

socialistas, mas que está inserida no modo de produção capitalista, tendo que competir no mercado capitalista. Ao se constituírem como empresas híbridas, as cooperativas e empresas solidárias estão sujeitas à contradição entre falência e degeneração. Isso quer dizer que, ou as empresas solidárias abrem mão de seus princípios democráticos internos, ou mantêm tais princípios e acabam por falir (Luxemburgo, 1990)

Nos casos analisados por meio das produções acadêmicas, verificamos o fechamento de três das experiências apresentadas: Coopercristal, Unicristal e Makerli Calçados, todas com problemas de ordem financeira. No caso da Makerli, antes do fechamento da empresa, houve degeneração dos princípios autogestionários por manter todo o processo de produção e organização do trabalho de forma heterogerida.

Considerando ainda o aspecto de degeneração, observamos nos casos analisados nas teses e dissertações duas experiências que resolveram contratar força-de-trabalho, caracterizando-se dessa forma, como empresa capitalista com a possibilidade de extração de mais-valia direta. Essa característica, vista pelas organizações como solução para não demitir nem admitir associados, alegando a possibilidade de falta de engajamento do trabalhador com a proposta da organização, descaracteriza por completo a proposta de produção socializada antagônica à produção heterogerida capitalista.

No que se refere ao processo de transição do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista por meio da proliferação das empresas solidárias, compartilhamos com a crítica feita por Marx nas “Resoluções do Primeiro Congresso da Associação Internacional do Trabalho”. Para este autor:

O sistema cooperativo restrito às formas ínfimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. Para converter a produção social num vasto e harmonioso sistema de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças gerais. Essas mudanças não serão nunca obtidas sem o emprego das forças organizadas da sociedade. Assim, o poder de Estado, arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários, deve ser manejado pelos próprios produtores. (1979, p. 22).

Como pode ser observado em suas análises, tanto Singer, como os outros autores da corrente da Economia Solidária, reelaboram, mesmo que de formas distintas, elementos do socialismo utópico do século XIX, a partir do reformismo característico de suas propostas. O próprio autor considera as idéias dos pensadores socialistas utópicos como antecedentes históricos da economia solidária e valoriza Robert Owen como “o mais importante iniciador do que é hoje o movimento socialista” (Singer, 2003, p. 117).

A forte influência de Owen na concepção de Singer da Economia Solidária pode ser percebida quando analisa o longo intervalo que se instituiu entre os antecedentes históricos da economia solidária, no século XIX, e seu ressurgimento nas décadas finais do século XX. Para ele, a supressão ou degeneração das cooperativas desse período não se deve somente aos aspectos econômicos. Singer reconhece que “o crescimento do tamanho da cooperativa e do número de seus membros dificulta a vigência da democracia participativa, mas este fator jamais bastaria, por si só, para operar a mudança”, mas considera que “a autogestão foi deixada basicamente de lado por causa da passividade ou desinteresse dos próprios expropriados, isto é, da base das cooperativas”. Para ele, “quem mudou antes do que a cooperativa foram seus membros” (Singer, 2003, p. 121).

Nesse sentido, consideramos que Singer defende que a responsabilidade emerge do caráter do homem. Este autor atribui a responsabilidade ao sujeito-trabalhador e minimiza os fatores externos, econômicos e políticos, que acabam por levar os trabalhadores a desistir da experiência. As experiências históricas do século XIX (Falanstério do Saí e Colônia Cecília), e dos *kibbutzin* relatadas nessa dissertação, servem para ilustrar essa situação. Temos que nos ater à objetividade da situação. Dessas experiências históricas que se fundamentaram nos ideais utópicos do século XIX, não podemos considerar que sua dissolução se deve à falta de vontade dos trabalhadores. As experiências demonstram que as condições materiais de produção e de vida dos trabalhadores envolvidos foram se tornando cada vez mais precárias ao longo de sua trajetória, por fatores econômicos e políticos, e pela própria condição de como se originaram essas experiências, ou seja, já de forma precária, nos casos da Colônia Cecília e do Falanstério do Saí, por exemplo, pela necessidade de imigração.

Da mesma forma, as experiências que se originam da falência de empresas já iniciam a produção de forma precária. Conforme os relatos dos autores sobre as experiências, verificamos que as cooperativas acabam adquirindo dívidas dos antigos proprietários (passivos financeiros e até mesmo trabalhistas), ou se vêem obrigados a comprar ou alugar os meios de produção para dar continuidade ao empreendimento. Além disso, o maquinário apresenta-se obsoleto e muitas vezes com problemas que impedem sua utilização. Assim, a tendência acaba mesmo sendo o esgotamento dessas organizações, como foi o caso da Unicristal e da Coopercristal.

Alguns autores da vertente da Economia Solidária (Tiriba, 2001; Galvão, 2004; Dal Ri e Vieitez, 1999) que concebem a educação como fator essencial para a constituição de organizações autogestionárias, alegam que o fracasso das experiências

autogestionárias se deve à falta de “preparo” dos associados no que se refere à administração do empreendimento. Esse é um fator que influencia de forma significativa para prejudicar o andamento da cooperativa. Mas isso não se deve apenas à falta de formação dos trabalhadores envolvidos no processo. Esses autores deixam de levar em conta que essas organizações produtivas estão inseridas em um processo em que a produção de capital se torna determinante e as outras relações acabam subordinadas a essa condição.

Singer considera que, mesmo sendo o capitalismo o modo hegemônico, “não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa” (2003, p. 86).

Entretanto, verificamos que as experiências inscritas na vertente da Economia Solidária, tratam-se, geralmente, de iniciativas comunitárias na produção de bens de consumo e de serviço, invariavelmente pouco desenvolvidas tecnologicamente, portanto com escassas – senão nulas – possibilidades de constituir-se numa esfera econômica minimamente sólida, duradoura e competitiva.

Ao final dessa dissertação anexamos dois quadros que apresentam os produtos e serviços considerados da Economia Solidária. Um deles exhibe a relação do tipo de mercadoria mais produzido entre as experiências de Economia Solidária (Anexo A), enquanto o outro quadro demonstra a média do valor agregado mensal desses produtos da Economia Solidária (Anexo B).

Conforme indica o próprio *Atlas da Economia Solidária no Brasil*,

quando considerados os valores agregados dos produtos, a participação relativa das diversas atividades apresenta um quadro diferente. Destacam-se os produtos relativos a crédito e finanças com valor médio mensal 1.628,5% superior à média geral dos produtos organizados por tipo de atividade, os produtos da mineração com 145,1% e os produtos industrializados com 126,6%. Cabe destacar que, embora os produtos artesanais e da produção têxtil e confecção sejam citados por muitos EES, o valor médio mensal da sua produção é relativamente baixa em relação aos demais (2003, p. 37).

Ao compararmos os quadros, verificamos que as atividades apresentadas demonstram que o valor médio mais alto é representado pelos empreendimentos do setor de crédito e finanças, e no que se refere à produção, a atividade de mineração é a que agrega mais valor, sendo, entretanto, uma atividade de menor percentual de produção, enquanto a atividade de produção artesanal e têxtil, que tem maior porcentagem de produção, tem menor valor agregado em seus produtos.

Apropriamo-nos da crítica de Ribas e Pinheiro Machado (2003, p. 29), quando analisam que “essas ações econômicas de pequena escala, por mais respeitáveis que

possam ser, do ponto-de-vista humanitário, destinam-se a operar exclusiva e irreversivelmente nos estreitos limites dados pelas ‘franjas’ do processo produtivo hegemônico”.

Os autores que defendem a Economia Solidária como uma possível reforma no interior do capitalismo a partir da proliferação de empreendimentos solidários e a possibilidade de uma revolução pacífica que conduza ao socialismo, não levam em consideração a reação das classes dominantes (até porque não consideram a luta de classes), caso tenham a sua posição hegemônica ameaçada, como já alertavam no século XIX, Engels, em sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* e Marx, no *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, quando fazem a crítica à experiência de Owen.

Apesar de predominar a influência dos socialistas utópicos nas experiências que analisamos, não podemos deixar de citar o diferencial das duas experiências ligadas ao MST. Embora este movimento esteja inserido no *Atlas da Economia Solidária no Brasil* (2003) como entidade que apóia a formação de empreendimentos solidários, deve-se levar em conta que o MST reconhece a luta de classes e que não vê a formação de cooperativas como um fim em si mesmo, mas sim como meio de luta. A partir dos princípios que originaram as cooperativas do MST, evidencia-se que o movimento não defende que as cooperativas possam vir a resolver os problemas econômicos e sociais dos trabalhadores, reconhecem que a produção é orientada pelo capital e entendem que a nova sociedade será constituída por meio da luta organizada pelo poder contra o capital (CONCRAB *apud* Sizanoski, 1997).

Porém, devemos também considerar as contradições inerentes ao fato das cooperativas do MST também estarem inseridas no sistema capitalista. As dificuldades enfrentadas pelas cooperativas do MST são semelhantes às dificuldades por que passam as cooperativas apoiadas pela Economia Solidária, como problemas de gerenciamento, organização e adaptação ao trabalho coletivo, como aponta Sizanoski (1999) em sua análise da Cooproserv.

No que se refere ao processo educacional, Sizanoski (1999) aponta a superação da individualidade a partir do trabalho coletivizado, como uma possibilidade de alcance de uma “nova subjetividade”. Isso implica um processo de mudança social atrelado apenas a uma condição de mudança na compreensão dos indivíduos, por meio da educação. Esse entendimento de formação educacional como processo de mudança, acaba por corroborar a visão idealista e utópica.

2. A autogestão concebida e a autogestão exercida: congruência ou incoerência?

A definição do marco conceitual dos autores das dissertações e tese analisadas nos interessa no sentido de estabelecer a relação entre o que eles entendem por autogestão e o que a prática das experiências tem evidenciado, ou seja, se realmente as organizações observadas implementam os princípios estabelecidos na teoria.

A maior parte dos autores das produções analisadas distingue a autogestão no interior da organização produtiva de uma autogestão da sociedade. Porém, para efeito de seu estudo, consideram apenas a “autogestão na unidade produtiva”, como define José Ricardo Vargas de Faria ou focam especificamente na “autogestão nas relações de trabalho”, como Henrique Parra. Essa conceituação da autogestão no interior da organização remete a algumas características que observamos serem comuns em todas as produções que pesquisamos. A principal diz respeito à democratização do local de trabalho, tanto no que se refere à gestão e organização do trabalho no empreendimento, como no que tange às relações de trabalho estabelecidas a partir da constituição da autogestão na organização. A seguir, elencamos as características identificadas nas produções analisadas, no sentido de conceber uma organização como autogestionária.

Consideramos a gestão democrática como elemento principal, visto que todas as produções indicam como requisito essencial para se caracterizar a organização como autogestionária. A participação do trabalhador associado nas decisões mais importantes da organização deve ser realizada, no mínimo, pela concepção “cada associado, um voto”. De fato, essa condição não garante uma efetiva participação do associado na gestão da cooperativa ou empresa autogestionária da qual faz parte. Entretanto, só o fato de existir uma Assembléia Geral como órgão máximo de decisão da organização, já garante, para a maioria dos autores analisados, a existência de uma “autogestão”.

Nas produções que descrevemos, percebemos que a maior parte dos autores aponta como fator que caracteriza a constituição da autogestão na experiência, o fato de se realizar pelo menos uma assembléia geral por mês para tomada de decisões estratégicas da organização. Em alguns casos, como nos das cooperativas do MST, os órgãos de decisão iniciam na base, nos núcleos, para possibilitar maior participação dos associados.

Contudo, na maior parte dos casos, a realidade é de uma participação formal e restrita. Principalmente nas cooperativas que se originaram da falência de empresas, em que já existia uma estrutura de trabalho formada e hierarquizada, observamos a permanência da estrutura administrativa anterior, ou seja, os mesmos trabalhadores da gerência⁴⁹ formaram os conselhos administrativos das cooperativas. Essa situação é justificada, tanto pelos autores das produções analisadas, como por seus entrevistados, pela questão da qualificação e experiência profissional. Nesse momento é que a condição de se estar inserida num ambiente competitivo determinado pela lógica capitalista vem à tona. Para manter a sustentabilidade da organização no mercado, as cooperativas acabam reproduzindo os mesmos requisitos técnicos das empresas capitalistas para seleção dos cargos administrativos.

Para tornar a gestão da cooperativa mais democrática, os associados dos conselhos administrativos tendem a passar mais as informações, tornar a administração mais “transparente”. Assim aconteceu no caso da Uniwidia em que, como relatado por Faria, a comunicação entre “chão-de-fábrica” e “diretoria” se intensificou. Nesse caso, porém, essa comunicação nos pareceu mais uma estratégia para melhorar a produtividade da cooperativa, visto que essa comunicação tinha o objetivo de otimizar o processo de produção, e não a democratização das decisões da cooperativa.

No caso da Cones, a estratégia utilizada para tentar garantir a participação dos associados foi a criação de comitês, porém estes também são compostos por trabalhadores mais qualificados. Nos casos das três cooperativas do setor cristaleiro, a falta de recebimento de retiradas dos associados também foi fator de desmotivação e conseqüente falta de participação.

Nas cooperativas orientadas pela motivação pessoal dos associados em constituir um empreendimento distinto do modelo capitalista hegemônico, com relações mais solidárias e democráticas, a realidade é mais animadora, até mesmo pela condição de sua origem, afinal a proposta vem dos próprios trabalhadores e não de uma organização exterior, como nos outros casos. Como o empreendimento já surge da vontade dos trabalhadores em estabelecer relações mais democráticas no trabalho e, geralmente, como são os casos da Bruscor e da Ambiens, o número de associados é pequeno (cinco na Bruscor e 14 na Ambiens), consideramos que seja objetivamente

⁴⁹ Segundo Braverman (1987), no modo de produção capitalista, o gerente assume o papel de representante do capitalista na administração do empreendimento. Assim, o gerente permanece como gestor no empreendimento autogestionário, processo que dificulta a relação democrática dos trabalhadores na gestão do empreendimento.

menos complicado o processo de tomada de decisão se comparado a uma cooperativa com mais de 200 (duzentos) cooperados, como é o caso da Coop-Arte.

Contudo, como pudemos observar nas descrições, essa relação é somente entre os associados mais antigos, em geral, os fundadores e idealizadores do empreendimento. Além disso, nas duas organizações, até mesmo pelo número pequeno de associados, existe contratação de trabalho. Como o contratado não é associado, não tem direito de voto nas assembléias. Isso implica, além da degeneração do ideal da autogestão, não participação do trabalhador na tomada de decisões referentes ao seu ambiente de trabalho.

A divisão do trabalho, nos casos originados por falência de empresa, também se mantém a mesma, tendo em vista a necessidade de qualificação técnica para a função, que implica também “experiência”. Nesses casos, geralmente o processo de produção continua o mesmo, com os mesmos fornecedores e os mesmos clientes. O que acaba acontecendo, por ter se originado de crise, é a diminuição da produção, obrigando os trabalhadores a remanejar seus horários de trabalho ou diminuir o número de associados. O primeiro caso se refere a Coop-Arte, que aumentou o número de turnos, diminuindo a quantidade de horas trabalhadas para não eliminar trabalhadores. O segundo caso, de diminuição do número de trabalhadores refere-se ao caso da Makerli Calçados, que demitiu e admitiu trabalhadores durante toda a experiência conforme a necessidade de produção⁵⁰.

Mesmo nas empresas ou cooperativas que tiveram outras origens, como no caso da Bruscor, a divisão do trabalho continua nos padrões do modelo taylorista de produção, o que significa que permanece a mesma divisão do trabalho característica do capitalismo, evidenciando, mais uma vez a condição de estar competindo em uma economia que determina a relação de produção.

Com a divisão do trabalho nos mesmos moldes capitalistas, a gerência da antiga empresa geralmente permanece na cooperativa como Conselho Administrativo ou Diretoria, e o processo decisório acaba nas mãos desse pequeno grupo. Mesmo quando ocorrem assembléias em que todos os trabalhadores têm o mesmo poder de voto, o que se observa é que as deliberações já foram definidas pela diretoria, e são levadas às assembléias apenas para serem legitimadas pelos trabalhadores.

Trata-se então de considerar o controle do processo de produção pelo coletivo de trabalhadores e não apenas a propriedade coletiva dos meios de produção. Não basta a

⁵⁰ Nesse caso, a autogestão do empreendimento está ameaçada porquanto os trabalhadores são admitidos e demitidos, sendo que são efetivamente os donos do empreendimento.

transformação da propriedade dos meios de produção para os trabalhadores se não existe o controle desses meios por todo o coletivo de trabalhadores. Maurício Sarda de Faria (1997) enfatiza em sua análise essa questão. Para ele, não é a relação de propriedade que define a divisão de classes sociais, mas sim a separação entre quem concebe o trabalho e quem executa.

Reconhecemos que a separação entre definição e execução do processo de trabalho seja uma estratégia do capital em se apropriar da mais valia relativa do trabalhador de forma mais eficaz. Por meio do controle do processo de trabalho, é possível extrair mais horas de trabalho excedente, pagando ao trabalhador somente o necessário para sua reprodução. Entretanto, essa relação só pode ser estabelecida (de extração de mais-valia) caso exista a venda da força de trabalho a um capitalista, o que requer a existência da propriedade dos meios de produção por um capitalista e a não propriedade por parte do trabalhador, que tem apenas sua força de trabalho para vender. Esse não é o caso das organizações autogestionárias, visto que a propriedade é de um coletivo de trabalhadores.

Nessa perspectiva da organização produtiva, Singer (2005) avalia as transformações ocorridas no processo de trabalho nas empresas no período em que foi adotado um modelo toyotista de produção como “benéfica” para o trabalhador e como parte de uma nova situação que explica a “revivência” da economia solidária, já que a reformulação do processo de trabalho em células de produção permite, para ele, uma maior participação do trabalhador nas decisões, sendo dessa forma, “natural” a busca de mais participação nas decisões e de mais poder pelo trabalhador, o que significa a busca pela autogestão, já que elimina a hierarquia.

Lisboa (2004) corrobora com Singer quando considera “que as presentes tendências das transformações organizacionais que estão a perseguir a diminuição dos níveis hierárquicos dentro das firmas apontam para o horizonte da autogestão, ou seja, a eliminação total da hierarquia”.

Essa concepção parece-nos que não alcança a essência das relações de produção no capitalismo. Considerar autônomo o processo em que os trabalhadores participam nas deliberações sobre o que é melhor para a empresa da qual não é proprietário, é no mínimo paradoxal. Esse tipo de “modelo” de gestão é a gestão participativa nos moldes capitalistas, apenas no que se refere às decisões operacionais da empresa. Pateman (1992) refere-se a esse tipo de participação como parcial e, no limite, “pseudo-participação”, que na verdade se configura como cooptação dos trabalhadores nessa relação de classe, uma estratégia do capital para ludibriar os

trabalhadores a produzir mais, apropriando-se de suas idéias e sugestões como forma de gerar mais-valia para a empresa, absorvendo cada vez mais o trabalhador. Assim, o trabalhador, por mais incentivos que receba, visto que essa motivação significa manipulação e coação, está cada vez mais sendo explorado em função dos objetivos do capital, sua reprodução e acumulação.

Verificamos que a participação na gestão é o fator que mais aparece nas experiências relatadas. Ela é vista como o principal elemento que caracteriza a organização como autogestionária. Essa participação remete, para a maioria dos autores, a uma autonomia dos trabalhadores, no sentido do controle do processo de trabalho. A questão que se coloca é: autonomia em relação a quê? Os autores que analisam as experiências reconhecem, na maioria das vezes, que o mercado limita essa autonomia. Afinal, se a organização surge de uma empresa falida, nem o objeto de trabalho pode ser escolhido, já está determinado. Quando é possível definir o objeto, é necessário que se verifiquem as condições do mercado. Na experiência da Cooperativa 21 é possível constatar mais claramente essa determinação, visto que os trabalhadores tiveram que modificar seu objeto de prestação de serviço.

A quantidade de mercadorias a ser produzida também depende das condições impostas pelo mercado. Dessa forma, a jornada de trabalho também não pode ser definida pelos trabalhadores, ela está pré-condicionada. Nos casos estudados, pudemos observar esse caso especialmente nas experiências da Makerli Calçados e da Coop-Arte, já que os trabalhadores dessas organizações precisaram reformular suas jornadas de acordo com a produção solicitada pelo mercado.

Numa perspectiva anarquista, os autores Mauricio Sardá de Faria (1997), José Ricardo Vargas de Faria (2003) e Fernanda Corrêa (2004), concebem a autogestão societária, utilizando como referencial teórico autores da corrente da autonomia operária que definem a autogestão a partir da história do movimento operário, ou seja, como instrumento de luta pela emancipação e busca pela liberdade. A autogestão societária implica o auto-governo, ou seja, a ausência do Estado. A autogestão na unidade produtiva (Vargas de Faria), no chão-de-fábrica (Sardá de Faria) ou no nível microsocietário (Corrêa) é entendida como uma forma de organização do trabalho antagônica à forma vigente, contrária à disciplina e hierarquia características da organização capitalista heterogerida, possibilitando aos trabalhadores a autogestão de suas lutas para se chegar à autogestão de toda a sociedade. Consideramos que o referencial teórico mais utilizado pelos autores que se orientam por essa perspectiva

tenha sido Guillerme e Bourdet. Destacamos a citação desses autores que aparece em mais de uma análise:

A autogestão é outra organização nacional que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma das necessidades e desejos (Guillerme e Bourdet, 1976, p. 30).

Embora esse entendimento se aproxime das idéias de Proudhon, que enfatizava a organização de grupos autônomos livres, fundamentadas na reciprocidade, na troca e na justiça, e que tornaria o político inútil, Guillerme e Bourdet (1976) consideram que a noção de liberdade de Proudhon tenha um sentido “esvaziado”, pois para este autor, a liberdade é um “instinto”, e não um conceito.

Os autores que seguem a teoria da “autonomia operária”, não negam a luta de classes, consideram que a autogestão se constitui num caminho para ela. No entanto, a crítica que fazem à sociedade se configura pelas “disfunções atuais da sociedade heterogerida” (Guillerme e Bourdet, 1976, p. 213), e consideram que a “invenção de um novo tipo de atividades livremente construídas que revolucionam o trabalho, as ferramentas e os produtos” consiste no mecanismo para se chegar à negação da alienação, que consideram ser o autogoverno dos produtores associados que, por conseguinte, é o comunismo. Essa compreensão nos leva a crer que esses autores também julgam a educação como fator de transformação numa trajetória para o comunismo. Em uma passagem da obra supracitada, os autores colocam que

não se podem, com efeito, conceber cidadãos verdadeiramente autônomos, se não se respeita, desde a infância, a liberdade, a autocriatividade das crianças, pois se tende agora a crer que a necessidade de exercer a autoridade, ou o laço consentimento a suportá-la, resultam, mais ou menos diretamente, das estruturas familiares e das formas autoritárias, aterrorizantes e tranquilizadoras da educação (Guillerme e Bourdet, 1976, p. 197).

Nesse sentido, Mészáros alerta que “romper com a lógica do capital na área da educação equivale a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (2005, p. 47).

Assim, entendemos que apesar de esses autores da vertente da autonomia operária reconhecerem a luta de classes, entendem que o elemento fundamental que impede a liberdade do trabalhador no modo de produção capitalista é a “alienação” e não as condições objetivas de produção do capital, aproximando-se, dessa forma, da

mesma compreensão dos autores que utilizam o referencial teórico da Economia Solidária. Para Lisboa (2004) “rompendo com o trabalho alienado, a socioeconomia solidária promove a cultura cooperativa e da autogestão, forjando indivíduos livres e autônomos”.

Consideramos que as condições objetivas de produção são alienantes, dessa forma, romper com o trabalho alienado deveria significar romper com as condições de produção assim como estão estabelecidas, ou seja superar o modo de produção capitalista, e não apenas promover um indivíduo “livre e autônomo” inserido na sociedade como ela está configurada, sem modificá-la.

3. Autogestão e democratização das relações de trabalho

Os autores das dissertações e tese analisadas que assumem o aporte teórico da Economia Solidária, analisam as modificações nas relações de trabalho como a característica principal que distingue uma organização autogestionária de uma empresa capitalista. Na nossa análise, identificamos quatro autores que seguem essa linha: Marisa Galvão (2004), Cinthia Ariosi (2004), Henrique Parra (2002) e Mariléia Hillesheim (2003).

Galvão (2004) define que a construção de novas relações sociais se realiza por meio do grau de autonomia conquistado pelos trabalhadores com a instituição da autogestão, pois atribui ao trabalhador uma organização mais democrática.

Galvão e Ariosi relacionam essa mudança nas relações de trabalho com o estabelecimento de uma “nova cultura do trabalho” e consideram a educação como fator fundamental nessa transformação. Parra também caminha nessa direção quando concebe a transformação nas relações de trabalho como um “espaço de vivência democrática” que “desnaturaliza outras relações de dominação”. Essa concepção aproxima-se do entendimento de Owen, que acreditava na educação como elemento capaz de transformar o caráter do homem, que bastava um sistema de instrução e organização do trabalho para modificar a sociedade corrompida e desigual.

É necessário considerar, porém, assim como Mézáros (2005) alerta, que essas mudanças educacionais não levam em conta a transformação do modo de reprodução da sociedade, são adotadas em nome da reforma – com objetivo único de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida.

Assim como para Singer, para os autores das dissertações e tese supracitados, o que importa são as transformações no interior da fábrica, medidas para amenizar ou

democratizar o controle sobre o trabalho. Nesse tipo de análise, não importa a sobrevivência da organização autogestionária no mercado capitalista.

A remuneração dos trabalhadores das organizações autogestionárias examinadas pelas produções acadêmicas analisadas é calculada, na quase totalidade das experiências, a partir da quantidade de horas trabalhadas na produção da mercadoria. Nos casos de prestação de serviço, também é assim definido, mesmo que indiretamente. Somente na experiência da Ambiens cooperativa é que se determina o valor da remuneração a partir de um tempo coletivamente necessário para a produção da mercadoria, nesse caso, para execução de um projeto.

Ambas as formas de remuneração reproduzem a mesma lógica de remuneração das empresas capitalistas, em que existe compra e venda da força de trabalho. No caso da Ambiens fica mais característico, visto que é a partir do valor negociado pelo projeto que se define o valor do trabalho, ou seja, a partir do valor definido pelo mercado externo. Nos casos de origem por falência de empresas, o valor da remuneração, na maioria das vezes, é de acordo com o piso salarial da categoria ou se mantém as mesmas divisões salariais anteriores. Observamos apenas na Uniwidia um aumento no valor da remuneração com relação ao que era anteriormente. Nos outros casos, os autores relataram alguma diminuição no valor ou até falta de pagamento, como nos casos da Coopercristal, Unicristal e da Cooperativa Educacional Ensinitiva.

As condições de insalubridade são identificadas também nas experiências, principalmente naquelas referentes ao setor industrial. A obsolescência das máquinas também é destacada nas organizações desse setor. Esse fato acaba por interferir no tempo de trabalho necessário para produção da mercadoria, visto que, como esse tempo socialmente necessário já está determinado pela concorrência, que geralmente é calculado a partir de máquinas com tecnologia de ponta, os trabalhadores das organizações com máquinas obsoletas são obrigados a produzir mais unidades de mercadoria para se chegar ao valor determinado pela concorrência, não recebendo, portanto, de acordo com as horas trabalhadas, sendo obrigado a trabalhar mais para se chegar ao valor do produto, sem agregar esse valor em sua remuneração. Exemplo disso é a Bruscor, em que os trabalhadores praticam “hora extra” quando aumenta o volume de pedidos, sem ter aumento na retirada, já estabelecida em “acordo conjunto” entre os trabalhadores associados.

A partir do momento em que o trabalhador se associa e deixa de ser assalariado, perde o direito de se inserir na legislação trabalhista. Algumas cooperativas e empresas autogestionárias definem fundos específicos que tentam garantir ao associado

remuneração em caso de motivo de saúde ou até garantir o equivalente ao 13º salário, como nos casos da Bruscor e da Coop-Arte. Entretanto, não é o que ocorre na maioria dos casos, deixando os trabalhadores desprotegidos nesse sentido.

Questionamos, portanto, até que ponto as organizações “autogestionárias” são uma alternativa ao trabalho precarizado, se mantém as relações de trabalho de uma empresa capitalista?

As experiências observadas nas dissertações analisadas indicaram tendência à evasão dos trabalhadores, desistência dos associados em permanecer na organização caracterizada como autogerida principalmente por não melhorar a condição de vida dos trabalhadores de forma imediata, muitas vezes não alcançando um valor satisfatório de retirada para os trabalhadores, e como exposto na descrição dos casos, em muitas experiências, não haver remuneração aos trabalhadores.

Assim, percebemos uma permanência das relações de trabalho características das empresas tradicionais capitalistas. Para Liedke (2002), no capitalismo, as relações de trabalho caracterizam-se pela subordinação ao assalariamento. Essa subordinação é estabelecida a partir da compra e venda de força-de-trabalho, aspecto que deveria não existir na relação entre os trabalhadores da organização autogestionária. Na perspectiva marxista essas são relações de exploração, de extração pelo capitalista de sobretrabalho a partir da extração de mais-valia, tendo como objetivo a produção e acumulação de capital.

A produção e acumulação de capital só são possíveis a partir da extração do trabalho excedente do trabalhador contratado, que pode se realizar pelo prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz o equivalente ao valor de sua força de trabalho, caracterizando o que Marx denomina de mais-valia absoluta. A mais-valia pode ser produzida também encurtando o tempo de trabalho necessário com a aquisição de máquinas e novas tecnologias, caracterizando a mais-valia relativa.

Verificamos que nas organizações autogestionárias originadas a partir de falência de empresas, caracterizadas como organizações industriais, se mantêm a mesma jornada de trabalho equivalente às empresas do segmento em que atuam. Como não existe extração de mais-valia direta nessas experiências, salvo naquelas que contratam força-de-trabalho, a definição da jornada de trabalho dos associados, deveria ser, conforme seus princípios, definida pelos próprios associados, de forma autônoma.

Contudo, observamos em experiências estudadas nas produções acadêmicas que analisamos a manutenção da jornada de trabalho nos moldes capitalistas, como em

um dos casos em que se mantiveram determinados turnos que completam 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por dia.

Essa situação se explica, para nós, por sua condição de produzir uma mercadoria que será vendida no mercado capitalista. O valor dessa mercadoria, destarte, já está definido pelo tempo de trabalho necessário para ser produzida. Assim, para alcançar o valor do produto, as organizações autogestionárias prolongam a jornada de trabalho assim como acontece na extração da mais-valia absoluta na relação capitalista de produção, porém sem que exista o trabalho excedente apropriado diretamente por um capitalista. Esse trabalho excedente é apropriado pelo capital por meio da tecnologia requerida, dos instrumentos de trabalho e da matéria prima adquirida no mercado capitalista, dos juros pagos ao capital financeiro, do lucro do capital comercial, em renda da terra, e principalmente pelo valor da mercadoria definido pelo mercado hegemônico.

No capitalismo, o salário aparece como preço do trabalho: determinada quantidade de dinheiro que paga determinada quantidade de trabalho. Mas, se valor é a forma objetiva do trabalho social despendido para produzir uma mercadoria, e o que o trabalhador vende é a força de trabalho, o valor da força de trabalho deve ser mensurado pelo valor necessário para reproduzi-la. Para Marx (2005, p. 591), “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários do trabalhador médio”.

Nesta relação, apesar do salário parecer estar vinculado com a jornada de trabalho, o trabalhador não recebe pelo valor total equivalente à jornada trabalhada. O capitalista paga ao trabalhador o equivalente à utilização dela durante o dia, ou seja, o valor pago refere-se à subsistência do trabalhador durante as 24 horas do dia.

Na nossa análise, algumas experiências do setor industrial apresentaram remunerações um pouco acima do estabelecido pelo mercado, predominando a permanência da remuneração instituída pelas empresas capitalistas do respectivo segmento produtivo.

No modo de produção capitalista, as relações de trabalho são relações de cooperação e conflito. Marx chama de cooperação a “forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (1983, p. 259).

Da cooperação de muitos trabalhadores assalariados, torna-se indispensável o comando do capital sobre o trabalho. O capital passa a ter a função de dirigir, superintender e mediar de maneira específica (Marx, 1983).

A direção capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre sua adequada utilização. (Marx, 1983, p.263)

De acordo com Braverman (1987), o controle de um número grande de trabalhadores já existia antes da produção capitalista, mas é apenas nesse modo específico de produção que, por terem sido obrigados a vender sua força de trabalho para o capitalista, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi alienado e, dessa forma, o processo de trabalho passa a ser responsabilidade do capitalista. Para o autor, nesse momento é que se torna fundamental que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para o capitalista. “O capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista” (Marx, 1983, p.264).

Na forma capitalista de produção, a cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista e o comando do capital converte-se numa exigência para execução do próprio processo de trabalho, em uma verdadeira condição da produção.

Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala e a conseqüente elevação da produção, o capitalista transfere a função de supervisão a um trabalhador específico, o gerente, que se torna o representante do capital na administração do empreendimento (Braverman, 1987). Como forma de aumentar o processo de acumulação de capital e conseqüência dos problemas gerados pela ampliação dos trabalhadores na produção, os métodos de controle do trabalho são aperfeiçoados e surge o que Braverman (1987) chama de “gerência científica”, com o intuito de adaptar o trabalho em função das necessidades do capital.

Assim, as relações de trabalho no capitalismo são caracterizadas pela organização do trabalho no capitalismo representada pela heterogestão, que implica um processo de controle do trabalho a partir de relações de poder, em um ambiente disposto pela hierarquia das funções e a conseqüente divisão entre quem comanda e quem executa as atividades produtivas.

De acordo com Liedke (2006), o conceito de relações de trabalho envolve o conjunto de arranjos institucionais e informais que modelam e transformam as relações sociais de produção nos locais de trabalho, transcendendo por isso a situação

laborativa. Assim, por exemplo, a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, a formação de oligopólios, e as mudanças de industrialização certamente afetaram e transformaram as relações de trabalho.

Nas sociedades de classe, em que as relações de trabalho ocorrem de forma assimétrica, como relações de dominação e subordinação, é por meio de arranjos institucionais que podem ser negociados entre as partes ou impostos de uma parte sobre a outra, e dos acordos informais que são feitas as escolhas e tomadas as decisões acerca do trabalho a ser realizado (como e o que fazer; quem fará e para quem) . Essas decisões, portanto fazem-se com base em relações de poder, que regulam e transformam o trabalho.

A organização do trabalho no capitalismo pode ser determinada a partir de diferentes métodos e técnicas, que são elaborados com o objetivo de obter cada vez mais lucro.

Dentre os métodos utilizados na produção capitalista para o melhor aproveitamento da força-de-trabalho, destacam-se atualmente o taylorismo com suas técnicas de controle do tempo e divisão do trabalho e o toyotismo.

O método taylorista propõe um trabalho desenvolvido em determinadas condições pré-estabelecidas, com um tempo padrão e métodos pré-definidos. A partir dessa técnica, aqueles trabalhadores que produzem além da meta estabelecida, devem ganhar um salário maior. Além do controle do tempo do trabalhador, o taylorismo sugere a intensificação da divisão manufatureira do trabalho, que significa a separação do trabalho em seus elementos constituintes.

A administração deve planejar e executar muitos dos trabalhos de que até agora têm sido encarregados os operários; quase todos os atos dos trabalhadores devem ser precedidos de atividades preparatórias da direção, que habilitam os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso (Taylor *apud* Corrêa, 2004).

Essa intensificação da divisão do trabalho resulta numa separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, entre os que pensam e os que executam, reforçando a condição do trabalhador como mero instrumento de produção do capital.

Para o trabalhador, os efeitos da organização do trabalho nesses moldes são, conforme Braverman (1987), nitidamente degradadores sobre sua capacidade técnica, porquanto as tarefas sejam simplificadas e o trabalho concebido e controlado por outra pessoa.

Para o ajuste do trabalhador a esse processo de produção, as estratégias que a gerência capitalista utiliza de acordo com este modelo de gestão da Escola de Relações Humanas, são as seleções de funcionários, a garantia da harmonia no ambiente de trabalho, a manipulação e o treinamento para atuarem no processo de produção já previamente estabelecido e organizado. A conjugação destes modelos de gestão permite que a gerência induza o trabalhador a cooperar no esquema de trabalho organizado por eles, habituando o trabalhador às condições do emprego oferecido e produzindo de acordo com o desejado pela gerência com um desempenho satisfatório (Braverman, 1987).

Outra técnica bastante empregada pelas empresas capitalistas atualmente é o modelo japonês toyotista, que consiste na definição de metas de produção por célula e a introdução de uma nova noção de tarefa e de posto de trabalho – a do trabalhador polivalente, que agora, ao invés de produzir apenas uma pequena parcela do trabalho de forma repetitiva, opera diversas máquinas. Essa condição exige maior qualificação do trabalhador, visto que deve haver uma maior agilidade na adaptação para o trabalho nas máquinas automatizadas e robotizadas características das empresas que adotam esse método de organização do trabalho (Antunes, 1995). Outras medidas tomadas neste modelo de produção referem-se à desverticalização e à externalização do processo produtivo através da terceirização ou subcontratação, contratação de trabalhadores a tempo parcial, o trabalho fora do sistema de seguridade social e a flexibilização da jornada de trabalho, evitando o controle sindical e buscando romper com os contratos coletivos de trabalho.

A relação entre trabalho e capital demonstra, a partir das estratégias utilizadas no processo de produção, seu antagonismo. A introdução da gerência nas empresas tem como finalidade única e exclusivamente a extração de mais-valia, ou seja, de mais trabalho excedente. Assim, o trabalhador, por mais incentivos que receba, visto que essa motivação significa manipulação e coação, está cada vez mais sendo explorado em função dos objetivos do capital, sua reprodução e acumulação.

Na maioria das experiências estudadas nas dissertações e tese analisadas, a mesma organização do trabalho característica do capitalismo prevaleceu. Identificamos na nossa análise, a organização do trabalho nas experiências autogestionárias a partir do estabelecimento de metas, da divisão do trabalho hierarquizada e até subcontratação e contratação parcial, no caso das cooperativas que comprem força-de-trabalho. Assim, continua não existindo o controle do processo de trabalho e dos meios de produção pelo conjunto dos associados, como promulga a proposta autogestionária.

A realidade das experiências demonstrou que as condições objetivas acabam por determinar a trajetória da experiência, levando muitas ao fechamento precoce. Consideramos que a prática da autogestão nas experiências se torna difícil, tendo em vista a manutenção do processo e da organização do trabalho, em especial, nas cooperativas originadas de falência de empresas, caso que predominou em nossa análise.

Mesmo nas experiências originadas por motivações do conjunto dos trabalhadores, percebemos a manutenção de processos e organização do trabalho característicos da gestão heterogerida capitalista. A condição de estarem submetidas à lógica do capital é determinante nesse sentido.

Entendemos que as condições estabelecidas na lógica capitalista acabam por determinar todas as relações sociais de produção inseridas no sistema, mesmo que tenham características antagônicas, como é o caso da autogestão, caracterizada como uma relação não capitalista de produção.

Assim, consideramos que as condições de trabalho dos indivíduos envolvidos no projeto autogestionário, assim como o processo e a organização do trabalho, na maioria dos casos, e principalmente no caso dos empreendimentos que surgiram a partir de falência de empresas, permanecem as mesmas, ou seja, as condições precárias características do modo capitalista de produção.

Porém, se essas experiências caracterizam-se como instrumento de luta, como no caso das organizações ligadas ao MST, não se constituindo como um fim em si mesmas, podem ser um mecanismo de construção de uma consciência de classe que leve os trabalhadores ao embate político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, nos propomos a analisar as implicações nas relações de trabalho, estabelecidas com a adoção da autogestão como princípio e forma de administração de organizações produtivas, ou seja, pretendemos apreender se a autogestão está sendo uma alternativa às condições precárias a que os trabalhadores são submetidos nas empresas capitalistas.

Para tanto, inicialmente procuramos compreender os princípios e valores da autogestão, buscando seus antecedentes históricos nas principais correntes teóricas que forneceram aporte para a construção da proposta autogestionária: o socialismo utópico e o anarquismo de Proudhon. Em seguida, conduzimos para a crítica de Engels e Marx no sentido de apreender sua posição e crítica quanto às cooperativas, demonstrando suas limitações como experiências utópicas.

Para alcançar nosso objetivo, optamos por realizar a análise com base em dissertações e teses que tratassem das relações de trabalho em organizações produtivas autogestionárias. Apesar de termos encontrado no Banco de Teses do Portal da CAPES uma quantidade expressiva de trabalhos que abordam o tema da autogestão, no que se refere às Relações de Trabalho em experiências concretas de autogestão, nos deparamos com escassas produções e apenas nas regiões sul e sudeste do País. A importância da metodologia adotada está na possibilidade de analisar experiências diversas, em diferentes regiões, áreas de atuação e setores da economia.

As limitações foram, além do alcance regional restrito, termos localizado experiências apenas nas áreas de administração, educação e sociologia e de não haver trabalhos que estudassem a experiência em uma organização produtiva autogestionária constituída juridicamente como associação. No entanto, nos deparamos com experiências de variadas origens, o que nos possibilitou analisar as diferenças e semelhanças em suas propostas de instauração da autogestão nas organizações produtivas. Além disso, abarcamos, na análise das produções acadêmicas, experiências nos três setores da economia.

A partir da investigação realizada nas dissertações e tese, podemos deduzir que predomina nas experiências autogestionárias uma proposta idealista, que não se aprofunda na objetividade e concretude econômica das organizações, não compreende seus limites materiais por estar inserida no sistema competitivo capitalista, e que, dessa

forma, acaba reproduzindo na sua organização real, muitos dos aspectos perversos da organização capitalista do trabalho. O que pudemos observar nos relatos das experiências apresentadas pelas produções acadêmicas analisadas, é que seus autores não consideram a totalidade, mas enfatizam as possíveis transformações que ocorrem quando os trabalhadores não reproduzem as relações de produção características das empresas capitalistas. Para estes autores, a transformação se realiza apenas a partir da “cultura do trabalho”.

Assim, perpassa pelas experiências analisadas a importância da educação de acordo com as propostas defendidas por Owen e Fourier, como fator essencial para a transformação das condições em que os trabalhadores vivem, como se os autores da tese e das dissertações acreditassem que basta um sistema de instrução para modificar a sociedade corrompida e desigual. É necessário considerar, porém, que a expressão das idéias e tendências pedagógicas está relacionada à forma como se estrutura a sociedade de cada época. Portanto, as influências do capital, representadas pelo mercado, não deixam de estar presentes nos espaços destinados à educação dos trabalhadores. Dessa forma, o processo de mudança social não pode estar atrelado apenas a uma condição de mudança de compreensão dos indivíduos e não pode ser atribuição apenas da educação.

No que se refere à organização, relações e condições de trabalho, devemos levar em conta a diversidade de origens das experiências analisadas nas dissertações e tese. Pudemos analisar produções em que as experiências se originaram de quatro formas diferentes: falência de empresa, motivação pessoal, incentivo de Incubadora Popular ou por meio de Movimento Social, no caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Cada processo identificado tem suas particularidades, suas características singulares e algumas características em comum.

Dentre essas experiências, a maioria surgiu a partir de falência de empresas. A sua particularidade provém do fato de iniciarem o processo de organização do empreendimento já de forma precária, ou seja, em condições degradantes e insalubres de trabalho. Assim, a transformação das condições e relações de trabalho torna-se mais distante. A análise realizada nas produções revela a permanência das características da relação capitalista de gestão nestas experiências que surgiram a partir de falência de empresas, quando a forma de gestão era a gestão capitalista, a heterogestão. Isso ocorre, principalmente por se manter a estrutura do trabalho, delegando aos antigos proprietários ou às lideranças do movimento de passagem de empresa falida para cooperativa, as funções e cargos administrativos da organização. Entretanto, é preciso

se considerar que ocorre algum avanço no que se refere à transparência das informações, mesmo que isso signifique transparência apenas nas informações operacionais do empreendimento.

Outro fator significativo, ainda no que tange às experiências originadas a partir de falência de empresas, se refere à sua situação diante o desemprego. A transferência da empresa para as mãos dos trabalhadores representa uma alternativa para os trabalhadores ao desemprego, apesar das adversidades e relações perversas que enfrentam por continuarem inseridos no mesmo mercado competitivo que de outrora.

No caso das outras experiências, originadas por outro tipo de motivação, como a motivação pessoal ou instituída a partir do MST ou de Incubadora, poucos foram os casos analisados nas produções selecionadas. O que se pode perceber é que existem condições e relações de trabalho melhores se comparadas às cooperativas surgidas de empresas falimentares, principalmente pela situação financeira inicial, ou seja, podem até iniciar sem capital de giro, porém sem dívidas anteriores (passivo trabalhista e financeiro).

A concepção política em que essas experiências se fundamentam também têm um caráter mais político e menos de sobrevivência, e, portanto, a ênfase na experiência coletiva, na manifestação de uma relação de trabalho mais democrática e no significado dessa “nova cultura de trabalho” está mais presente, apesar de todos os percalços que enfrentam, e continuarão enfrentando, enquanto a lógica capitalista for hegemônica e determinante. Convém lembrar que, mesmo constituídas por uma motivação política e sem dívidas anteriores, sua sustentabilidade não está garantida, tal como observou-se na experiência da Cooperativa Ensinativa, em que os trabalhadores pagavam para trabalhar.

A contradição que se estabelece entre as organizações autogestionárias e as relações de trabalho está relacionada essencialmente aos limites impostos pela lógica que rege a sociedade capitalista. Mesmo que se consiga estabelecer uma relação de trabalho mais democrática dentro da unidade produtiva, uma autogestão na organização do empreendimento, essas experiências se deparam com as regras de competitividade e produtividade do sistema capitalista. Nas experiências originadas por processo falimentar, e mesmo no caso da Bruscor, surgida por motivação pessoal, em que o processo de trabalho é industrial, a jornada de trabalho e as condições de trabalho são determinadas pelo alcance de metas de produtividade, impostas a partir do valor do produto no mercado.

Porém, não podemos negar que existe melhoria na “qualidade de vida” dos trabalhadores, no que se refere a sua relação com o trabalho, ao sentido desta experiência coletiva para as pessoas envolvidas no projeto autogestionário e, principalmente, ao sentido de estar reproduzindo sua vida a partir do trabalho coletivo no lugar da condição degradante de impossibilidade de reprodução da vida por que passam os desempregados.

Assim, consideramos que apesar de termos identificado, com base em fontes secundárias, a predominância das experiências em que permanecem as relações de trabalho precárias características do sistema capitalista, é necessário se considerar as particularidades desde sua origem até a concepção política das organizações autogestionárias.

Nos casos estudados, predominaram as experiências originadas a partir de falência de empresa, em que o processo de modificação das relações de trabalho é mais complexo, dadas as condições em que iniciam o processo de trabalho e a característica de continuidade do processo de produção. Dessa forma, as modificações na organização do trabalho são menos visíveis, tornando o empreendimento mais vulnerável à manutenção das condições e relações de trabalho características da empresa capitalista.

Nas duas experiências analisadas surgidas a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, as contradições inerentes ao fato de serem organizações também inseridas no mercado capitalista pouco aparecem. Entretanto, reconhecemos que são casos ímpares, sobretudo o caso da Cooperunião, de Dionísio Cerqueira⁵¹, cooperativa que destoa do conjunto de experiências do Movimento, mas que não está isenta de contradições.

No caso das cooperativas originadas a partir de Incubadora Popular, apenas uma experiência pôde ser analisada. No entanto, são muitas as cooperativas populares que vêm sendo apoiadas por este tipo de incentivo. Estas experiências também têm características peculiares por iniciarem a partir de um processo mais estruturado, devidamente planejado e pela oportunidade de realização de cursos de formação, gestão e cooperativismo como aconteceu com a experiência analisada Cooperativa 21.

No que se refere às experiências iniciadas por uma motivação pessoal e política, os casos analisados nesta dissertação também apontam características diferenciadas, relacionadas ao segmento produtivo em que atuam. As relações de trabalho revelam-se

⁵¹ Sobre esta Cooperativa, ver MUÑOZ, E.F.P.; NODARI, D. E. **A sustentabilidade da atividade turística no assentamento de reforma agrária “Conquista na Fronteira”**. (Monografia de Graduação em Ciências da Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

mais democráticas e a preocupação em seguir os princípios autogestionários está constantemente presente. Entretanto, no que se refere às condições de trabalho, estas se relacionam diretamente ao segmento produtivo e às regras impostas com relação ao produto no mercado. Na Bruscor, a jornada de trabalho era estabelecida pelas metas de produtividade, enquanto na Ambiens, por se tratar de uma prestadora de serviços de trabalho com planejamento e execução de atividades, existia uma certa autonomia relativa à jornada de trabalho, que pode ser definida pela disponibilidade da pessoa responsável, conquanto termine a atividade no tempo estabelecido, porém previamente combinado com o cliente. A experiência da Cooperativa Ensinativa já demonstra uma condição mais precária, visto que os trabalhadores não recebiam por seu trabalho.

Outro fator limitante para o desenvolvimento deste trabalho, se refere às categorias definidas para análise das relações de trabalho, como a jornada de trabalho ou a remuneração, que em algumas produções não estavam contempladas, nos impossibilitando de realizar um estudo comparativo mais minucioso.

Consideramos, portanto, a necessidade de estudos que aprofundem a análise com relação a essas experiências e suas relações de trabalho, com base em estudos de caso (dados primários), trabalhos que possam identificar as transformações na consciência de classe dos trabalhadores envolvidos no projeto autogestionário e que possibilitem promover a edificação de um projeto para a superação da condição degradante que vivem os trabalhadores, especificamente, na condição de produtores associados.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARIOSI, C.; M. F. **Cooperativa Educacional Multidisciplinar De Bauru –** Ensina-tiva: uma possibilidade de democratização das relações de trabalho e da gestão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2004.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BAKUNIN. **O socialismo libertário**. São Paulo: Globo, 1979.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

BULGARELLI, W. **Os Kibutz e as cooperativas integrais; Ejidos-Kolkhoses..** São Paulo: Pioneira, 1966

CARLEIAL, L.; VALLE, R. (Orgs.). **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCIBET-ABET, 1997.

CORRÊA, F. Z. M. **Autogestão e Heterogestão: comparando as relações de trabalho em duas organizações do setor têxtil de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

COUTINHO, C. N. Gramsci e os Conselhos de Fábrica. In: GRAMSCI, A., BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DAL RI, N. M. , VIEITEZ, C. G. A Economia Solidária e o desafio de democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N.M.(org). **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 3ed. São Paulo: Global, 1980.

FARIA, J. R. V. **Organizações Coletivistas de Trabalho**: a autogestão nas unidades produtivas. Dissertação (Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2003

FARIA, M. S. **Se a coisa é por ai, que autogestão é essa?** Um estudo da experiência autogestionária da Makerli Calçados. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

FEDERAÇÃO ISRAELENSE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISEMG.

<http://www.fisemg.com.br/>. Acesso em 23 de janeiro de 2007.

GALVÃO, M. N. **Os fios da esperança**: cooperação, gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores. Tese (Doutorado em Ciências Sociais aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

GERMER, C. M. A 'Economia Solidária': uma crítica com base em Marx. In: **Outubro** (São Paulo), v. 14, p. 193-214, 2006.

GUÉRIN, D. **Proudhon**: textos escolhidos. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

GUILLERM, A., BOUDET, Y. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUIMARÃES, V. N. **Novas Tecnologias de Produção de Base Microeletrônica e Democracia Industrial**: estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

_____, KOROSUE, A. **Flexibilização ou Precarização das condições de trabalho?** o caso das cooperativas de trabalho de Santa Catarina. Relatório Final de Pesquisa. PIBIC/CNPQ, 1999.

_____, KOROSUE, A. CORRÊA, F. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: PICCININI, V. et al (Org.). **O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea**: persistências e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. et al. **Autogestão como Sobrevivência Organizacional e dos Trabalhadores**: mapeamento de empreendimentos autogeridos em Santa Catarina. Relatório Final de Pesquisa, CNPq, 2004.

GUTIÉRREZ, G. L. Globalização e Autogestão: as empresas de Economia Social na Comunidade Econômica Européia. In: **Desafios da Globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GÜTTLER, A. C. **A colonização do Sai (1842-1844)** : esperança de falansterianos expectativa de um governo. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

GRAMSCI, A., BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HILLESHEIM, M. **Autogestão**: a Experiência das Organizações Autogestionárias do Setor Cristaleiro de Blumenau e Indaial. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

HIRATA, H. (Org.). **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Editora da USP, 1993.

KROPOTKIN, P. **A questão social**. São Paulo: Prometheu, 1916.

LEUENROTH, E. **Anarquismo**: roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LISBOA, A. M. A emergência das redes de Economia Popular no Brasil. In: GALVÃO, M. N. (org). **A Economia Solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

_____. Socioeconomia Solidária: marco conceitual latino-americano. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MANCE, E. A. **A revolução das Redes**: a colaboração solidária como alternativa à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 1999.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARX, K. et al. **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1979.

MARX, K. Carta a J. B. Schweitzer. In: MARX, K., ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1984a.

_____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K., ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1984b.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Carta a P. V. Annenkov. In: MARX, K. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2001b.

_____; Engels, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol.II. 20ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

MELLO NETO, C. **O anarquismo experimental de Giovanni Rossi**: (De Poggio al Mare a Colonia Cecília). 2. ed. Ponta Grossa: UEPG, c1998

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTTA, F. P. **Burocracia e Autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, C. Autogestão e Economia Solidária. In: Democracia e Autogestão. **Temporaes**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1992.

PARRA, H. M. Z. **Liberdade e necessidade**: empresas de trabalhadores autogeridos e a construção sócio-político da economia. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2002.

PROUDHON, P. J. Sistema mutualista. In: RESENDE, P.A., PASSETTI, E. **Proudhon**. São Paulo: Ática, 1986.

RESENDE, P. A., PASSETTI, E. **Proudhon**. São Paulo: Ática, 1986.

RIBAS, C. E. D. C, PINHEIRO MACHADO, L. C. Economia Solidária: atualização e reforço da (des)ordem neoliberal. **Revista Plural**, Florianópolis, APUFSC, v. 13, n. 1, p. 22-31, 2003.

SEVERO, L., GUIMARÃES, V. N. **Empreendimentos Autogeridos em Santa Catarina**: Políticas, Programas e Ações Institucionais de Apoio. Relatório de Pesquisa, PIBIC/CNPq. Florianópolis, 2003.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SOUZA, B. S (Org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Introdução. In: MELLO, S. L. (org). **Economia Solidária e Autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

SIZANOSKI, R. **O novo dentro do velho** cooperativas de produção agropecuária do MST (possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SOUTO, Luiz Antônio et al. **Autogestão Empresarial: propostas para discussão**. São Paulo: BNDES, 1997.

TEIXEIRA, A. (Org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

TIRIBA, L. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo: Moraes, 1980.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1990.

TRIVIÑOS, A. N. S. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: idéias gerais para elaboração de um projeto de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis.** Porto Alegre, v. 4, nov. 2001.

TUMOLO, P. S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade.** Campinas, v.24, n.82, abril 2003.

VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S. L. **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais.** São Paulo: NESSOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

WOODCOCK, G. **História das idéias e movimentos anarquistas: a idéia.** v.1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ZARPELON, S. R. **A esquerda não-socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o cooperativismo da CUT.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

APÊNDICE A

RELAÇÃO DA SELEÇÃO PELA PALAVRA-CHAVE “AUTOGESTÃO”

Teses de Doutorado (05 selecionadas do total de 25)

ALMIR ZAMPOLO. A MÚLTIPLA PERCEÇÃO DOS ELEMENTOS DE AUTOGESTÃO EM UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA. 01/06/2004 1v. 302P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADMINISTRAÇÃO

DALILA MARIA PEDRINI. ENTRE LAÇOS E NÓS. ASSOCIATIVISMO - AUTO-GESTÃO - IDENTIDADE COLETIVA A EMPRESA DE PRODUÇÃO SOCIALIZADA - EAPS BRUSQUE - SANTA CATARINA. 01/08/1998 1v. 314p. Doutorado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

GRACIELA ALEJANDRA HOPSTEIN. BARBÁRIE "ARGENTINA OU A POTÊNCIA CONSTITUINTE DA MULTIDÃO". 01/01/2004 2V. 216P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

GUSTAVO LUIS GUTIERREZ. AUTOGESTAO, PARTICIAPACAO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL. 01/09/1989 1V. 157P. DOUTORADO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP - ADMINISTRACAO DE EMPRESAS

MARISA NUNES GALVÃO. "OS FIOS DA ESPERANÇA? COOPERAÇÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO NAS EMPRESAS GERIDAS PELOS TRABALHADORES".. 01/02/2004 1V. 150P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - EDUCAÇÃO

Dissertações de Mestrado (40 selecionadas do total de 116)

ADILSON ARAÚJO DE SOUZA. MUTIRÃO HABITACIONAL E GERAÇÃO DE RENDA: AUTOGESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL. 01/10/2004 1V. 116P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - CIÊNCIAS SOCIAIS

AIRTON CARDOSO CANÇADO. AUTOGESTÃO EM COOPERATIVAS POPULARES:OS DESAFIOS DA PRÁTICA. 01/11/2004 1V. 136P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – ADMINISTRAÇÃO

ALMIR ZAMPOLO. O ESTUDO DA ARTE EM AUTOGESTÃO :UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.. 01/06/2000 1V. 93P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADMINISTRAÇÃO

ANA RITA CASTRO TRAJANO. TRABALHO E IDENTIDADE EM NOVAS CONFIGURAÇÕES SÓCIO-PRODUTIVAS: AUTOGESTÃO, AUTONOMIA E SOLIDARIEDADE EM CONSTRUÇÃO.. 01/08/2002 1V. 196P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – PSICOLOGIA

AZEVEDO, ANA MARIA ANDRADE DE. QUATRO GRUPOS, QUATRO ONGS: UM ESTUDO SOBRE AGRICULTORAS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS EM PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA NO NORDESTE.. 01/03/1997 1V. 155P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – SOCIOLOGIA

BEATRIZ VOLPATO MACHADO PINTO. VISÕES DE COOPERATIVISMOS: REINVENTANDO UTOPIAS. 30/03/1999 1V. 202P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – EDUCAÇÃO

CARLA CARUSI DOZZI. PARADOXOS E AMBIGUIDADE DE UMA COOPERATIVA POPULAR DE PRODUÇÃO: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL. 01/09/2003 1V. 120P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PSICOLOGIA (PSICOLOGIA SOCIAL)

CICILIA MARIA KROHLING PERUZZO. PARTICIPAÇÃO NA COMUNICAÇÃO POPULAR. 01/11/1991 1V. 234P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI. COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU - ENSINATIVA: UMA POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DA GESTÃO. 01/03/2004 1V. 163P. MESTRADO. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – EDUCAÇÃO

CLEIDE MARIA D. RODRIGUES. MEDIAÇÃO DEMOCRÁTICA E GESTÃO PARTICIPATIVA NOS PERÍMETROS IRRIGADOS DA BORDA DO LAGO DE ITAPARICA. 01/08/1999 2V. 124P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - SERVIÇO SOCIAL

CYNTHIA DAS GRAÇAS SANTOS. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA HABITAÇÃO VIA AUTOGESTÃO: REALIDADES E POTENCIALIDADES DE UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA HABITACIONAL DE BELO HORIZONTE. 01/05/2004 1V. 179P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – GEOGRAFIA

DANIEL GARCIA FLORES. CONSELHO DE ESCOLA: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES (UM ESTUDO DE CASO). 01/11/1996 1V. 116P. MESTRADO. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – EDUCAÇÃO

DENISE MARIA MAIA. O PAPEL DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ NO DESENVOLVIMENTO HUMANO. 01/01/2003 1V. 130P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EDI AUGUSTO BENINI. POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO: ESTUDO SOBRE O PROCESSO E NATUREZA DA DENOMINADA "ECONOMIA SOLIDÁRIA", ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA, A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO DE ALGUNS CASOS CONCRETOS. 01/11/2004 1V. 119P. MESTRADO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO

EGEU GOMEZ ESTEVES. SÓCIO, TRABALHADOR, PESSOA: NEGOCIAÇÕES DE ENTENDIMENTOS NA CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA AUTOGESTÃO DE UMA COOPERATIVA INDUSTRIAL. 01/09/2004 1V. 177P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - PSICOLOGIA SOCIAL

ELOAH PEREIRA DE MORAES MANOEL. FUNDAMENTOS DO SUPORTE A EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A INCUBAGEM DE COOPERATIVAS POPULARES.. 01/10/2004 1V. 113P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ERIKA PORCELI ALANIZ. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EMPRESA AUTOGERIDA. 01/03/2003 1V. 356P. MESTRADO. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – EDUCAÇÃO

FABIO LUIZ DA MOTTA LANZELLOTTE. O COOPERATIVISMO POPULAR - UMA ANÁLISE DO TRABALHO COLETIVO EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA.. 01/07/2003 1V. 151P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

FERNANDA ZANIN MOTA CORREA. AUTOGESTÃO E HETEROGESTÃO- COMPARANDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM DUAS ORGANIZAÇÕES DO SETOR TÊXTIL DE SANTA CATARINA. 01/07/2004 1V. 252P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRAÇÃO

FERNANDO BOMFIM MARIANA. AUTONOMIA, COOPERATIVISMO E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): CONTRIBUIÇÕES EDUCATIVAS PARA AUTOGESTÃO E PEDAGOGIAS DE LEVANTE. 01/12/2003 1V. 1P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO

FERNANDO JOSÉ MARTINS. OCUPAÇÃO DA ESCOLA E GESTÃO DEMOCRÁTICA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA PRÁTICA EDUCACIONAL REALIZADA EM ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DO MST.. 01/02/2004 1V. 156P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – EDUCAÇÃO

FERNANDO BORGES DE CASTRO. DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E COMPETITIVIDADE: O CASO DE UMA PEQUENA INDÚSTRIA DE AUTOGESTÃO.. 01/03/2003 0V. 111P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

GERRÁ LEITE CORREIA DE ARAÚJO. PODE O COOPERATIVISMO SER UMA ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A GESTÃO ESCOLAR?. 01/04/2004 1V. 297P. MESTRADO. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA – EDUCAÇÃO

GISELE CARNEIRO BLASIUS. ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS CLUBES DE TROCA DO PARANÁ.. 01/09/2004 1V. 209P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – DIREITO

GUILHERME RIBEIRO EULÁLIO CABRAL. UMA TENTATIVA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA AUTOGERIDA: O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO NA COOPERATIVA DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DE CONFECÇÃO E VESTUÁRIO DE PERNAMBUCO.. 01/10/2004 1V. 110P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – SOCIOLOGIA

HENRIQUE ARLINDO FRANZMANN SCHUSTER. AUTOGESTÃO: UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO?. 01/09/2004 1V. 227P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

GOMEZ LUCRECIA CAMPO. AUTOGESTAO E SERVICO SOCIAL NAS COOPERATIVAS AGRARIAS DE PRODUCAO CAPS DO PERU.. 01/10/1991 9V. 130P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL

JANIO CAETANO DE ABREU. COMUNIDADES DO MOVIMENTO ALTERNATIVO: UMA PERSPECTIVA AUTOGESTIONARIA.. 01/10/1989 1V. 275P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA. ORGANIZAÇÕES COLETIVISTAS DE TRABALHO: A AUTOGESTÃO NAS UNIDADES PRODUTIVAS. 01/08/2003 2V. 220P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO

KÁTIA RAGNINI SCHERER. A AUTOGESTÃO E A POSSIBILIDADE DE SUA INSERÇÃO NO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. 01/10/2000 1V. 134P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - CIÊNCIA JURÍDICA

LUIS JULIANI. POTENCIALIDADES E LIMITES DOS EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 01/06/2004 1V. 210P. MESTRADO. UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DESENVOLVIMENTO, GESTÃO E CIDADANIA

LUIZ ANTONIO SOUTO GONCALVES. EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS NO BRASIL - PRINCIPAIS PROBLEMAS E PROPOSTAS DE METODOLOGIA DE PESQUISA - AÇÃO..

01/02/2001 1V. 97P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

MARCIA CAMPOS ANDRADE. PSICOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL SOBRE O TRABALHO ASSOCIATIVO E COOPERATIVO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. 01/07/2004 1V. 161P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – PSICOLOGIA

MARILÉIA HILLESHEIM ENNS. AUTOGESTÃO – A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONÁRIAS DO SETOR CRISTALEIRO DE BLUMENAU E INDAIAL. 01/02/2003 1V. 124P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - SOCIOLOGIA POLÍTICA

MAURÍCIO SARDÁ DE FARIA. SE A COISA É POR AÍ, QUE AUTOGESTÃO É ESSA? UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA DOS TRABALHADORES DA MAKERLI CALÇADOS. 01/10/1997 2V. 143P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRACAO

RAQUEL SIZANOSKI. O NOVO DENTRO DO VELHO: COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST (POSSIBILIDADES E LLIMITES NA CONSTRUÇÃO DE OUTRO COLETIVO SOCIAL). 01/09/1998 1V. 136P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - SOCIOLOGIA POLÍTICA

REYNALDO NORTON SORBILLE. AUTOGESTÃO: UM MODELO ECONÔMICO ALTERNATIVO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.. 01/11/1999 2V. 123P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – ECONOMIA

RENATA CALDAS FAGUNDES. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO. 01/08/2003 1V. 159P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – DIREITO

SUZANA HECKSHER. A AUTOGESTÃO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO: O CASO DE UMA COOPERATIVA INDUSTRIAL.. 01/03/2002 1V. 100P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

VERA DE FATIMA MACIEL LOPES. AS RELAÇÕES SOCIAIS NAS EMPRESAS DE AUTOGESTÃO: SONHOS E REALIDADES NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO.. 01/12/2001 1V. 123P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

RELAÇÃO DA SELEÇÃO PELA PALAVRA-CHAVE “ECONOMIA SOLIDÁRIA”

Teses de Doutorado (08 selecionadas do total de 34)

ANA RITA GALLO. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: ALTERNATIVAS ORGANIZACIONAIS DE (RE)INSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA. 01/09/2003 1V. 271P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

FRANCISCO QUINTANILHA VÉRAS. ANÁLISE CRÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E SEU IMPACTO NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DOS CONCEITOS DE FETICHIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO NAS OBRAS DE KARL MARX E MAX WEBER. 01/08/2004 1V. 894P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – DIREITO

JOÃO ROBERTO LOPES PINTO. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ELOGIO À ASSOCIAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE.. 01/11/2004 1V. 298P. DOUTORADO. INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO - CIÊNCIA POLÍTICA (CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA)

MARILENA NAKANO. JOVENS NO ENCONTRO DE GERAÇÕES: DEMOCRACIA E LAÇOS SOLIDÁRIOS NO MUNDO DO TRABALHO. 01/08/2004 1V. 248P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO

NOËLLE MARIE PAULE LECHAT. TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS E O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. 01/12/2004 1V. 405P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO CLAÚDIO CUNCA BACAYUVA. METAMORFOSES DO TRABALHO E COOPERAÇÃO PRODUTIVA: A GÊNESE, AS VERTENTES E A PLATAFORMA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.. 01/01/2003 1V. 387P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

VALÉRIA HELOÍSA KEMP. PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E LAÇO SOCIAL. 01/12/2001 1V. 190P. DOUTORADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PSICOLOGIA (PSICOLOGIA SOCIAL)

VITÓRIA CATARINA DIB. A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO: MITO OU REALIDADE?. 01/05/2001 1V. 120P. DOUTORADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertações de Mestrado (17 selecionadas do total de 146)

ALEXANDRE MAIA DO BOMFIM. ECONOMIA SOLIDÁRIA E O "FIM DAS UTOPIAS": ESTUDO SOBRE OS EMPREENDIMENTOS AUTOGESTADOS PELOS TRABALHADORES NA ATUAL CONFIGURAÇÃO CAPITALISTA. 01/08/2001 1V. 198P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – EDUCAÇÃO

ALINE MENDONÇA DOS SANTOS. VIVENDO E PENSANDO O DIFERENTE. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 01/03/2004 1V. 194P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

AMÉLIA DO CARMO SAMPAIO ROSSI. O COOPERATIVISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL DE RESGATE A CIDADANIA A LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. 01/09/2003 3V. 119P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – DIREITO

ANTÔNIO SANTOS BARBOSA DE CASTRO. SINDICALISMO, UTOPIA POLÍTICA DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: AS VICISSITUDES DO PROJETO POLÍTICO E SINDICAL DA CUT NOS ANOS 90.. 01/08/2003 1V. 150P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – SOCIOLOGIA

CLAUDIR JOSÉ DALTOÉ. CONCEPÇÕES SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DOS ASSOCIADOS DE COOPERATIVAS POPULARES. 01/10/2003 1V. 83P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – EDUCAÇÃO

CRISTINA AGUIAR BARRETO. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS ÀS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. 01/01/2002 2V. 118P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - SERVIÇO SOCIAL

HENRIQUE ARLINDO FRANZMANN SCHUSTER. AUTOGESTÃO: UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO?. 01/09/2004 1V. 227P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

HENRIQUE ZOQUI MARTINS PARRA. LIBERDADE E NECESSIDADE: EMPRESAS DE TRABALHADORES AUTOGERIDOS E A CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICO DA ECONOMIA. 01/10/2002 1V. 264P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SOCIOLOGIA

ISAMARA DELLA FAVERA ALEGRETTI. REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA: UM CONTRAPONTO AO DESMANCHE DO MUNDO DO TRABALHO. 01/09/2003 1V. 139P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

IVAN FREIRE FONSECA. "CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PERSPECTIVA DE EMPREGABILIDADE E EMPREENDEDORISMO".. 01/05/2003 1V. 102P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇO SOCIAL

JANE CLÁUDIA JARDIM PEDÓ. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: RUMOS DE UMA ALTERNATIVA ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E DA QUESTÃO SOCIAL. 01/03/2003 2V. 111P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - SERVIÇO SOCIAL

JOSÉ DE ALMEIDA AMARAL JÚNIOR. ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PROPOSTA DA CUT AO DESEMPREGO ESTRUTURAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. 01/02/2003 1V. 181P. MESTRADO. CENTRO UNIVERSITÁRIO NOVE DE JULHO – EDUCAÇÃO

RENATA CALDAS FAGUNDES. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO. 01/08/2003 1V. 159P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – DIREITO

ROBERTO MOSCA JUNIOR. MERCADO, CAPITALISMO E SOCIALISMO: ALGUMAS ABORDAGENS FUNDAMENTAIS PARA O DEBATE DO COOPERATIVISMO E DA ECONOMIA. 01/08/2004 1V. 84P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIÊNCIAS SOCIAIS

SANDRA MARIA QUINTELA LOPES. MULHERES PARA ALÉM DO CAPITAL: SINAIS DE UMA NOVA ECONOMIA. 01/04/2004 1V. 132P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

SANDRA REGINA ZARPELON. A ESQUERDA NÃO SOCIALISTA E O NOVO SOCIALISMO UTÓPICO: APROXIMAÇÕES ENTRE A ATUAÇÃO DAS ONGS E O COOPERATIVISMO DA CUT. 01/08/2003 1V. 163P. MESTRADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - CIÊNCIA POLÍTICA

VALMOR JOÃO UMBELINO. SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS. 01/10/2000 2V. 128P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO

APÊNDICE B

20 TRABALHOS SELECIONADOS DO TOTAL DE 70 DISSERTAÇÕES E TESES

ALMIR ZAMPOLO. A MÚLTIPLA PERCEÇÃO DOS ELEMENTOS DE AUTOGESTÃO EM UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA. 01/06/2004 1V. 302P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADMINISTRAÇÃO

ANA RITA GALLO. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: ALTERNATIVAS ORGANIZACIONAIS DE (RE)INSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA. 01/09/2003 1V. 271P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

MARILENA NAKANO. JOVENS NO ENCONTRO DE GERAÇÕES: DEMOCRACIA E LAÇOS SOLIDÁRIOS NO MUNDO DO TRABALHO. 01/08/2004 1V. 248P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EDUCAÇÃO

MARISA NUNES GALVÃO. "OS FIOS DA ESPERANÇA? COOPERAÇÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO NAS EMPRESAS GERIDAS PELOS TRABALHADORES".. 01/02/2004 1V. 150P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - EDUCAÇÃO

PEDRO CLAÚDIO CUNCA BACAYUVA. METAMORFOSES DO TRABALHO E COOPERAÇÃO PRODUTIVA: A GÊNESE, AS VERTENTES E A PLATAFORMA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.. 01/01/2003 1V. 387P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI. COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU - ENSINATIVA: UMA POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DA GESTÃO. 01/03/2004 1V. 163P. MESTRADO. UNIVERSIDADE ÉST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – EDUCAÇÃO

CRISTINA AGUIAR BARRETO. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS ÀS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. 01/01/2002 2V. 118P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - SERVIÇO SOCIAL

EDI AUGUSTO BENINI. POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE TRABALHO: ESTUDO SOBRE O PROCESSO E NATUREZA DA DENOMINADA "ECONOMIA SOLIDÁRIA", ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA, A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO DE ALGUNS CASOS CONCRETOS. 01/11/2004 1V. 119P. MESTRADO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO

ERIKA PORCELI ALANIZ. CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EDUCACIONAIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EMPRESA AUTOGERIDA. 01/03/2003 1V. 356P. MESTRADO. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – EDUCAÇÃO

FERNANDA ZANIN MOTA CORREA. AUTOGESTÃO E HETEROGESTÃO- COMPARANDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM DUAS ORGANIZAÇÕES DO SETOR TÊXTIL DE SANTA CATARINA. 01/07/2004 1V. 252P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRAÇÃO

HENRIQUE ARLINDO FRANZMANN SCHUSTER. AUTOGESTÃO: UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO?. 01/09/2004 1V. 227P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

HENRIQUE ZOQUI MARTINS PARRA. LIBERDADE E NECESSIDADE: EMPRESAS DE TRABALHADORES AUTOGERIDOS E A CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICO DA ECONOMIA. 01/10/2002 1V. 264P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SOCIOLOGIA

JOSÉ DE ALMEIDA AMARAL JÚNIOR. ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PROPOSTA DA CUT AO DESEMPREGO ESTRUTURAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO. 01/02/2003 1V. 181P. MESTRADO. CENTRO UNIVERSITÁRIO NOVE DE JULHO – EDUCAÇÃO

JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA. ORGANIZAÇÕES COLETIVISTAS DE TRABALHO: A AUTOGESTÃO NAS UNIDADES PRODUTIVAS. 01/08/2003 2V. 220P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO

LUIS JULIANI. POTENCIALIDADES E LIMITES DOS EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 01/06/2004 1V. 210P. MESTRADO. UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DESENVOLVIMENTO, GESTÃO E CIDADANIA

MARILÉIA HILLESHEIM ENNS. AUTOGESTÃO – A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONÁRIAS DO SETOR CRISTALEIRO DE BLUMENAU E INDAIAL. 01/02/2003 1V. 124P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - SOCIOLOGIA POLÍTICA

MAURÍCIO SARDÁ DE FARIA. SE A COISA É POR AÍ, QUE AUTOGESTÃO É ESSA? UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA DOS TRABALHADORES DA MAKERLI CALÇADOS. 01/10/1997 2V. 143P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRACAO

RAQUEL SIZANOSKI. O NOVO DENTRO DO VELHO: COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST (POSSIBILIDADES E LLIMITES NA CONSTRUÇÃO DE OUTRO COLETIVO SOCIAL). 01/09/1998 1V. 136P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - SOCIOLOGIA POLÍTICA

RENATA CALDAS FAGUNDES. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO. 01/08/2003 1V. 159P. MESTRADO. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – DIREITO

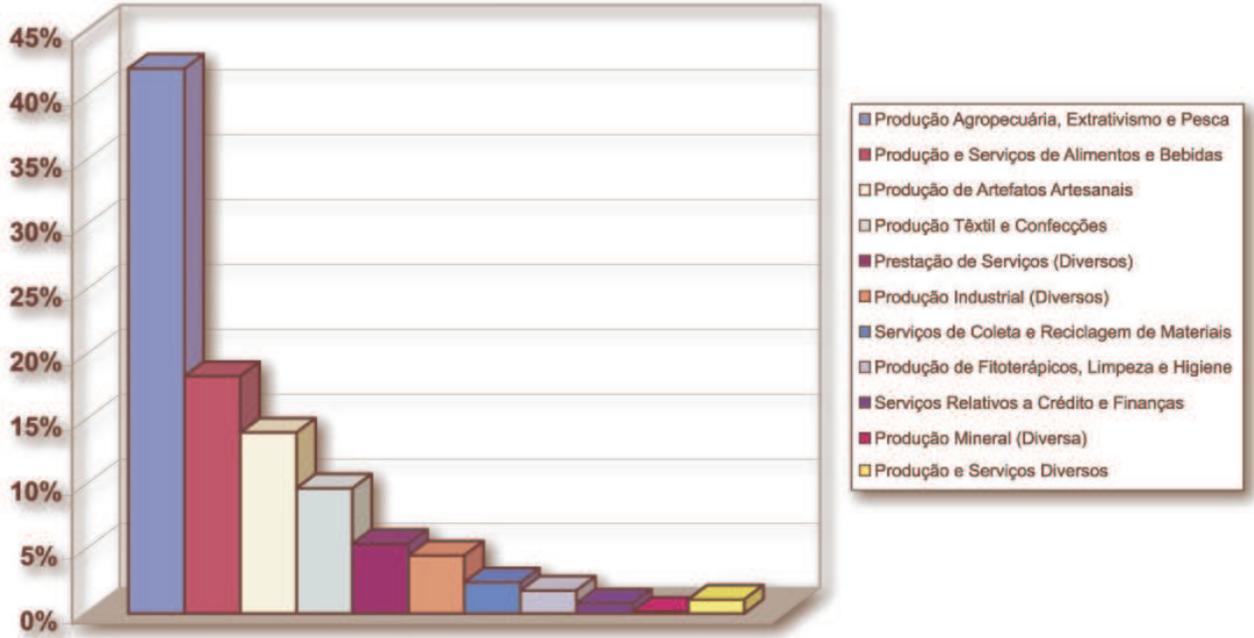
VALMOR JOÃO UMBELINO. SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS. 01/10/2000 2V. 128P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO

APÊNDICE C

1. **MARISA NUNES GALVÃO. "OS FIOS DA ESPERANÇA? COOPERAÇÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO NAS EMPRESAS GERIDAS PELOS TRABALHADORES".. 01/02/2004 1V. 150P. DOUTORADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - EDUCAÇÃO**
2. **CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI. COOPERATIVA EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR DE BAURU - ENSINATIVA: UMA POSSIBILIDADE DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DA GESTÃO. 01/03/2004 1V. 163P. MESTRADO. UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA – EDUCAÇÃO**
3. **FERNANDA ZANIN MOTA CORREA. AUTOGESTÃO E HETEROGESTÃO-COMPARANDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO EM DUAS ORGANIZAÇÕES DO SETOR TÊXTIL DE SANTA CATARINA. 01/07/2004 1V. 252P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRAÇÃO**
4. **HENRIQUE ARLINDO FRANZMANN SCHUSTER. AUTOGESTÃO: UM CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO NAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO?. 01/09/2004 1V. 227P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**
5. **HENRIQUE ZOQUI MARTINS PARRA. LIBERDADE E NECESSIDADE: EMPRESAS DE TRABALHADORES AUTOGERIDOS E A CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICO DA ECONOMIA. 01/10/2002 1V. 264P. MESTRADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SOCIOLOGIA**
6. **JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA. ORGANIZAÇÕES COLETIVISTAS DE TRABALHO: A AUTOGESTÃO NAS UNIDADES PRODUTIVAS. 01/08/2003 2V. 220P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO**
7. **MARILÉIA HILLESHEIM ENNS. AUTOGESTÃO – A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONÁRIAS DO SETOR CRISTALEIRO DE BLUMENAU E INDAIAL. 01/02/2003 1V. 124P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - SOCIOLOGIA POLÍTICA**
8. **MAURÍCIO SARDÁ DE FARIA. SE A COISA É POR AÍ, QUE AUTOGESTÃO É ESSA? UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA DOS TRABALHADORES DA MAKERLI CALÇADOS. 01/10/1997 2V. 143P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – ADMINISTRAÇÃO**
9. **RAQUEL SIZANOSKI. O NOVO DENTRO DO VELHO: COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST (POSSIBILIDADES E LLIMITES NA CONSTRUÇÃO DE OUTRO COLETIVO SOCIAL). 01/09/1998 1V. 136P. MESTRADO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - SOCIOLOGIA POLÍTICA**

ANEXO A

GRÁFICO 29 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS POR TIPO DE ATIVIDADE



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil

ANEXO B

TABELA 4 – MÉDIA DO VALOR MENSAL DOS PRODUTOS DA ES

Produtos Agrupados por Tipo de Atividade	Valor Médio Mensal por EES *	% Valor Médio Mensal
Serviços Relativos a Crédito e Finanças	516.073,59	1628,5%
Produção Mineral (Diversa)	45.986,89	145,1%
Produção Industrial (Diversos)	40.115,35	126,6%
Produção e Serviços de Alimentos e Bebidas	31.055,14	98,0%
Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca	31.015,13	97,9%
Prestação de Serviços (Diversos)	23.116,83	72,9%
Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene	10.507,99	33,2%
Produção de Artefatos Artesanais	10.464,63	33,0%
Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais	9.098,15	28,7%
Produção Têxtil e Confecções	8.222,40	25,9%
Produção e Serviços Diversos	20.315,08	64,1%
TOTAL	31.690,16	100,0%
<i>* Do total de EES, 31% não declarou o Valor da Produção</i>		

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil